



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

BÁRBARA SABRINA PEREIRA DOS SANTOS MENDONÇA

**A PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE GÊNERO E RAÇA
SOB A GOVERNANÇA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL (2017-2022)**

**CAMPINA GRANDE
2024**

BÁRBARA SABRINA PEREIRA DOS SANTOS MENDONÇA

**A PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE GÊNERO E RAÇA
SOB A GOVERNANÇA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL (2017-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como requisito final para obtenção do título de mestra em Serviço Social. Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Área de concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago.

Coorientador: Prof. Dr. Victor Rafael Limeira da Silva.

**CAMPINA GRANDE
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M539p Mendonça, Bárbara Sabrina Pereira dos Santos.

A produção intelectual do Serviço Social sobre gênero e raça sob a governança da extrema direita no Brasil (2017-2022) [manuscrito] / Bárbara Sabrina Pereira dos Santos Mendonça. - 2024.

153 p.

Digitado. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024. "Orientação : Profa. Dra. Idalina Maria Freitas Santiago, Departamento de Serviço Social - CCSA. " "Coorientação: Prof. Dr. Victor Rafael Limeira da Silva , Departamento de Serviço Social - CCSA. "

1. Gênero. 2. Raça. 3. Mulheres negras. 4. Serviço Social.

I. Título

21. ed. CDD 361

BÁRBARA SABRINA PEREIRA DOS SANTOS MENDONÇA

A PRODUÇÃO INTELLECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE GÊNERO E RAÇA
SOB A GOVERNANÇA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL (2017-2022)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba como requisito final para obtenção do título de mestra em Serviço Social. Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder.

Área de concentração: Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais.

Aprovada em: 30/08/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

goubR

Documento assinado digitalmente
PATRICIA CRISTINA DE ARAGÃO
Data: 01/09/2024 13:49:28-0300
1601894444@uepb.com.br

Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão (Membro interno)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Flávia da Silva Clemente (Membro externo)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Com todo o meu amor dedico esse texto a Gabriel. Filho, você é a minha inspiração e esperança por dias melhores!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter plantado esse desejo no meu coração em realizar esse sonho pessoal e profissional. Um sonho que para a sua realização contei com o apoio e compreensão de muitas pessoas, familiares, amigos e amigas. Já dizia a música: “Sonho que se sonha só. É só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade”. Esse sonho foi possível e se tornou real porque ele foi apoiado e compartilhado por muitos/as.

À minha família. Primeiramente, ao meu companheiro Levi por seu apoio em todas as etapas da minha vida profissional, me incentivando e reconhecendo o meu potencial como Assistente Social e pesquisadora. Por todas as noites que Gabriel sentiu minha falta e você se fez presente tentando diminuir um pouco dessa saudade. Por tudo, obrigada!

Ao meu filho, Gabriel, que mesmo sem que saiba é dele que vem toda a minha força de vontade para buscar sempre o melhor para a nossa família e realizar todos os nossos sonhos. Por tudo o que você é para mim e por todos os momentos preciosos que passamos juntos, obrigada filho!

Ao meu sogro, Nivaldo e à minha sogra, Maria Bertulina, pelo apoio e por ter sido o suporte para a minha família quando estive ausente. À ela, minha gratidão!

Agradeço aos meus pais, pelo apoio e incentivo para os estudos, por todos os sacrifícios de uma vida para investir na nossa maior riqueza: o conhecimento, pois vindo do sertão pernambucano, esse sonho seria quase impossível. Por tudo, obrigada!

Agradeço ainda à Man, minha prima, por ter me acolhido no seu apartamento em Campina Grande e por ter dividido comigo tantos momentos especiais, resgatando a nossa amizade de uma vida inteira. Agradeço a Rafa, por toda ajuda e contribuição nessa reta final, me ajudando nas impressões e envio à professora orientadora. Já diz o ditado: quem tem amigos/as tem tudo!

Aos amigos Jorge Luiz e Luiz Braúna por terem disposto de tempo para a minha preparação na fase da arguição para ingressar no Mestrado.

Às amigas e presentes do Cabo de Santo Agostinho, Marcela e Sandra, pois diante de tantos desafios, fomos apoio mútuo umas das outras e sempre seremos!

Às amigas da Policlínica, pela compreensão das mudanças da escala para que eu pudesse cursar as aulas em Campina Grande.

Aos amigos do CREAS Cordeiro, em especial o TOP 5 AS, Raquel, Luan, Jennifer e Evelly, por todo o companheirismo, pelas trocas e pela leveza que a companhia de vocês trazia para o cotidiano do trabalho, sempre com café e risadas... Saudades!

Às novas companheiras de plantão no HRA, agradeço pela paciência e compreensão com meu nível de estresse elevadíssimo nessa reta final, com prescrição de receitinhas naturais para aliviar a tensão... Obrigada, meninas!

Às colegas e companheiras da turma do Mestrado, em especial, às companheiras da linha de Gênero: Flávia, Ravena, Rosa e Thayse. Foi muito bom o nosso encontro e construir o conhecimento de forma coletiva ao lado de vocês!

Agradeço às professoras/es do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, em especial as professoras da Linha de Gênero: Patrícia Aragão e Jussara Costa por toda a troca de experiências durante as aulas ministradas e por trazerem tantas contribuições à minha formação.

Agradeço a Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, em especial às professoras Valéria Nepomuceno, Sandra Silveira e Vivian Matias, que foram ponte para a realização do estágio docência, o qual contribuiu e muito para essa pesquisa. Também agradeço ao Departamento Pós Graduação de Psicologia dessa instituição, onde foi possível cumprir os créditos do mestrado, cursando a disciplina de Gênero, complementando meus estudos, sendo possível perceber neste trabalho todas as contribuições das disciplinas cursadas.

À banca examinadora, as professoras Patrícia Aragão e Flávia Clemente por terem aceitado contribuir nesse trabalho desde a qualificação. Agradeço a vocês por toda colaboração.

À minha orientadora Idalina Santiago pelas pontuações e revisão para o alcance dos objetivos deste trabalho. Agradeço também a Victor, que chegou como coorientador e trouxe contribuições para este estudo. A vocês, obrigada!

Por fim, agradeço a todos/as que fazem e fizeram parte da minha vida e que de alguma forma contribuíram para a conclusão de mais uma etapa dessa jornada do conhecimento que nunca tem fim e assim espero...

(...) Nós estamos a clarear um caminho para nós mesmas e para as nossas irmãs. Esperamos que quando elas nos virem alcançar o nosso objetivo – não mais vitimizadas, não mais menosprezadas, não mais com medo – elas tenham coragem e sigam (bell hooks, 1981, p. 139).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral analisar como o Serviço Social posicionou o debate sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' no contexto de ascensão e governabilidade da extrema direita no Brasil. O interesse para a realização desta pesquisa se deu sobretudo pelo pressuposto de que o compromisso social, ético e político da profissão teria exigido um posicionamento contundente contra as opressões e as reformas operacionalizadas no período de 2017-2022, cujas ações se orientaram pelo conservadorismo e neoliberalismo. Dessa forma, elencamos como objetivos específicos: i) situar o contexto histórico, social e político de avanço da extrema direita no Brasil e a sua atuação na efetivação das políticas públicas voltada para mulheres e população negra; e ii) examinar como pesquisadores/as de Serviço Social têm posicionado as categorias 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' na produção teórico-científica no período 2017-2022. A primeira etapa do percurso metodológico se realizou através da bibliometria, efetuando-se o levantamento de artigos publicados por pesquisadores/as da área de Serviço Social em revistas periódicas eletrônicas, reconhecidas pela ABEPSS, no período de 2017-2022, tabulados em planilhas excel. A segunda etapa se operacionalizou por meio da análise de conteúdo dos resumos dos artigos, a partir da qual encontramos três eixos de análise: 1) produção de conhecimento; 2) formação profissional; 3) prática profissional. Esses eixos temáticos são compostos por categorias analíticas e seus respectivos indicadores. Da análise quantitativa, os resultados mostraram que houve uma crescente de estudos utilizando os termos 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' na série histórica (2017-2022), sendo os anos de 2021 e 2022 que apresentaram maior número de publicações, demonstrando que a produção do conhecimento está sintonizada com as transformações e requisições sociais postas à profissão. As regiões Sudeste e Nordeste se apresentaram de forma proeminente em número de publicações. Da análise qualitativa, no eixo 'produção de conhecimento', podemos perceber que apesar de reconhecer outras epistemologias, o marxismo foi prevalente nas discussões dos/as pesquisadores/as, sendo a 'divisão sócio-sexual racial do trabalho e cuidado' predominante nas discussões. No eixo 'formação profissional' foi destacada a necessidade de inclusão do debate étnico-racial no currículo. No eixo da 'prática profissional', salientamos as principais políticas e serviços que se configuram

como espaços sócio-ocupacionais do/a Assistente Social: atenção à mulher; saúde; assistência social; e atenção à criança e ao adolescente.

Palavras-chave: gênero; raça; mulheres negras; Serviço Social.

ABSTRACT

The general objective of this study is to analyze how Social Services positioned the debate on 'gender and race' or 'black women' in the context of the rise and governability of the extreme right in Brazil. The interest in carrying out this research was mainly due to the assumption that the social, ethical and political commitment of the profession would have required a strong stance against oppression and reforms operationalized in the period 2017-2022, whose actions were guided by conservatism and neoliberalism. Therefore, we list the following as specific objectives: i) situate the historical, social and political context of the advancement of the extreme right in Brazil and its role in implementing public policies aimed at women and the black population; and ii) examine how Social Service researchers have positioned the categories 'gender and race' or 'black women' in theoretical-scientific production in the period 2017-2022. The first stage of the methodological path was carried out through bibliometrics, carrying out a survey of articles published by researchers in the area of Social Service in electronic periodical magazines, recognized by ABEPSS, in the period 2017-2022, tabulated in excel spreadsheets. The second stage was operationalized through content analysis of article summaries, from which we found three axes of analysis: 1) knowledge production; 2) professional training; 3) professional practice. These thematic axes are composed of analytical categories and their respective indicators. From the quantitative analysis, the results showed that there was an increase in studies using the terms 'gender and race' or 'black women' in the historical series (2017-2022), with the years 2021 and 2022 presenting the highest number of publications, demonstrating that the production of knowledge is in tune with the social transformations and demands placed on the profession. The Southeast and Northeast regions were prominent in terms of number of publications. From the qualitative analysis, in the 'production of knowledge' axis, we can see that despite recognizing other epistemologies, Marxism was prevalent in the researchers' discussions, with the 'racial socio-sexual division of work and care' predominant in the discussions. In the 'professional training' axis, the need to include the ethnic-racial debate in the curriculum was highlighted. In the 'professional practice' axis, we highlight the main policies and services that are configured as social-occupational spaces for Social

Workers: attention to women; health; social assistance; and attention to children and adolescents.

Keywords: gender; race; black women; Social Service.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero e Raça por pesquisadores/as de áreas afins.....	93
Gráfico 2 - Produção de Pesquisadores/as de Serviço Social.....	93
Gráfico 3 - Série histórica de produção teórico-científica do Serviço Social (2017-2022).....	95
Gráfico 4 - Número de publicações por periódicos de Serviço Social 2017-2022).....	95
Gráfico 5 - Localização geográfica da produção teórico-científica do Serviço Social).....	97
Gráfico 6 - Autoras com duas publicações ou mais sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' (2017-2022).....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eixo 1 Produção do Conhecimento - Marxismo - Questão Social.....	100
Quadro 2 - Eixo 1 Produção do Conhecimento - Marxismo - Divisão sócio-sexual e racial do trabalho e cuidado.....	102
Quadro 3 - Eixo 1 Produção do Conhecimento - Marxismo - Enovelamento e consubstancialidade.....	107
Quadro 4 - Formação Profissional - Decolonialidade e Interseccionalidade- Marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade.....	111
Quadro 5 - Eixo 2 Formação Profissional - Projeto ético-político do Serviço Social - Compromisso ético-político de transformação social.....	120
Quadro 6 - Eixo 3 Prática Profissional - Política de Atenção à Mulher - Saúde da Mulher.....	124
Quadro 7 - Eixo 3 Prática Profissional - Política de Atenção à Mulher - Saúde da Mulher.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Revistas de Publicação Periódica na área de Serviço Social.....	23
Tabela 2 - Artigos de periódicos de Serviço Social sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' - 2017 a 2022.....	25
Tabela 3 - Quantidade de artigos por eixo temático.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CFSS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRSS	Conselho Regional de Serviço Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FNB	Frente Negra Brasileira
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
MMN	Movimento de Mulheres Negras
MNLA	Movimento Nacional da Luta Antimanicomial
MNU	Movimento Negro Unificado
MPT	Ministério Público do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAISM	Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher
PBF	Programa Bolsa Família
PCRI	Programa de Combate ao Racismo Institucional
PNASM	Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher
PNIR	Política Nacional de Igualdade Racial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

PT	Partido dos Trabalhadores
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIGMA	Sistema Integrado de Gestão Policial do Maranhão
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STF	Superior Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TEN	Teatro Experimental do Negro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	18
2.	EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS: CONHECIMENTO SITUADO, A CONSTITUIÇÃO DE GÊNERO COMO CATEGORIA E ABERTURA DE NOVOS CAMPOS. COMO PENSAR RAÇA, CLASSE E GÊNERO?.....	28
2.1.	Saberes insurgentes: epistemologias feministas e crítica à colonialidade do saber.....	29
2.2.	Teorizando sobre gênero: das perspectivas globais (euro-norte americanas) à decolonialidade.....	38
2.3.	Entrecruzamentos de opressões: raça, classe e gênero.....	49
3.	RACISMO ESTRUTURAL E SEXISMO NO BRASIL: AÇÃO ESTATAL E CONTRA ATAQUE ÀS POLÍTICAS DE EQUIDADE RACIAL E DE GÊNERO.....	55
3.1.	As bases do racismo e sexismo brasileiros e a inserção do/a negro/a na sociedade de classes.....	55
3.2.	Desigualdade racial e de gênero no Brasil e a agenda pública do Estado.....	63
3.3.	Contra todo o “mimi”: a extrema direita brasileira e avanço do conservadorismo.....	72
4.	A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: A QUESTÃO RACIAL E DE GÊNERO EM DEBATE.....	83
4.1.	Breve histórico sobre a profissão do Serviço Social no Brasil.....	84
4.2.	A produção de conhecimento nas revistas indicadas pela ABEPSS.....	92
4.3.	A produção teórico-científica de pesquisadores/as do Serviço Social sobre ‘gênero e raça’ ou ‘mulheres negras’ (2017- 2022).....	94
4.4.	Análise de conteúdo das produções de pesquisadores/as de Serviço Social sobre ‘gênero e raça’ ou ‘mulheres negras’.....	98
4.4.1.	Eixo 1 A produção de conhecimento.....	99
4.4.1.1.	<i>Categoria Marxismo.....</i>	<i>99</i>
4.4.1.2.	<i>Categoria Decolonialidade e Interseccionalidade.....</i>	<i>111</i>
4.4.1.3.	<i>Categoria Feminismo Negro.....</i>	<i>115</i>
4.4.2.	Eixo 2 Formação Profissional.	118
4.4.2.1.	<i>Categoria Diretrizes Curriculares.....</i>	<i>118</i>
4.4.2.2.	<i>Categoria Projeto ético-político do Serviço Social.....</i>	<i>120</i>
4.4.3.	Eixo 3 Prática Profissional.....	123
4.4.3.1.	<i>Categoria Políticas de Atenção à Mulher.....</i>	<i>124</i>

4.4.3.2.	<i>Categoria Política de Saúde.....</i>	128
4.4.3.3.	<i>Política de Assistência Social.....</i>	130
4.4.3.4.	<i>Política de Atenção à Criança e Adolescente.....</i>	132
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
	REFERÊNCIAS.....	140
	ANEXO I.....	149

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente escrevo esse texto pensando e me colocando no desafio da escrita em primeira pessoa, situando que as reflexões aqui produzidas partem do meu desejo, enquanto mulher negra pesquisadora da região nordeste brasileira, de debater sobre gênero e raça (categorias que me atravessam) na produção acadêmica.

Pondero que apesar da minha vontade ser anterior a essa pesquisa, em vários momentos recuei por não me sentir preparada para encampar esse debate. Percebo que, tanto na minha formação pessoal como profissional, essas discussões foram situadas no campo mais liberal, a partir do reconhecimento e exercício dos direitos civis e políticos de nós mulheres ou até mesmo sobre as políticas direcionadas às mulheres em situação de violência.

Ponto ainda que, no momento de submissão do projeto de pesquisa para ingresso na Pós Graduação, situei o objeto como algo externo a mim, a partir de uma das minhas experiências profissionais, no atendimento às mulheres usuárias da Política de Assistência Social. Reconheço que naquele momento incorri em alguns erros, pensando em uma neutralidade de que sou eu quem traduzo o conhecimento sobre as condições sociais, econômicas e políticas em que vivem essas mulheres usuárias que acessam os serviços públicos, negando a minha existência enquanto parte integrante desse processo.

Considero que as limitações elencadas partem do não lugar dessas discussões no Serviço Social, pois conforme a análise de Santos (2021), a formação em Serviço Social não contempla as discussões sobre raça e gênero de forma relacional e imbricada às refrações da questão social, sendo esses conteúdos apresentados de forma secundarizada nas matrizes curriculares.

Em virtude desse não-lugar, muitas produções e intervenções foram e ainda são direcionados/as para pensar e traduzir as expressões da questão social e a forma como se apresentam no cotidiano sem correlacionar aspectos que envolvem mulheres, população negra, segmento LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais), pessoas com deficiência, entre outros/as.

Rememoro que, durante a minha graduação, realizada entre os anos 2011-2014 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), as disciplinas de gênero eram ofertadas como créditos eletivos, sendo o referencial teórico baseado nas discussões

das feministas francófonas, as quais elegem a divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo como categorias de análise, nos quadros teóricos do marxismo.

Recordo ainda que, apesar de naquele período da minha formação estar em grande debate o Estatuto do Nascituro e a formação de uma bancada conservadora contra os direitos sexuais e reprodutivos de nós mulheres, essas discussões não encontravam eco dentro do Serviço Social.

Ao revisitar meu trabalho de conclusão de curso da graduação, o qual versou sobre o trabalho de assessoria de assistentes sociais nas Promotorias da Infância e Juventude da Capital, não foi dada relevância necessária às questões de gênero e raça na análise e discussão do material coletado, sendo dada ênfase ao papel do Estado, o contexto de precarização das políticas públicas e a judicialização da questão social, aspectos que pesam mais sobre corpos negros.

Passados quase dez anos de conclusão do curso de graduação, retornei como estagiária docente do curso de Serviço Social da UFPE, momento que pude perceber mudanças no referencial teórico da disciplina eletiva “Família e Relações de Gênero”, a qual trouxe para os/as estudantes a oportunidade de conhecer outras teorias feministas. Em uma das atividades realizadas durante o estágio docência, os/as estudantes foram questionados/as sobre quantos autores/as negros/as teriam lido e eles conseguiram nominar Djamilia Ribeiro e Lélia Gonzalez. Apesar de pouco, hoje os/as alunos/as podem reconhecer personalidades negras na produção de ciência.

A possibilidade de retornar ao espaço acadêmico na formação de novos/as profissionais me fez perceber as mudanças que estão em curso nas universidades, com ingresso de estudantes e docentes negros/as, os/as quais tem problematizado a questão racial na produção do conhecimento e no espaço político das universidades.

Acreditamos que a partir de mudanças no perfil profissional e utilização de outras bases epistêmicas, os/as assistentes sociais têm apresentado novas perspectivas de análise da questão social brasileira.

No cotidiano profissional, como Assistente Social, trabalhadora nas Políticas Públicas de Assistência Social e de Saúde, as expressões da questão social se apresentam no cotidiano das famílias atendidas, que se encontram em situação de violação de direitos, revelando-se na fome, no recrutamento para o tráfico de drogas e conseqüentemente no encarceramento de jovens pobres, pretos e periféricos, os quais são oriundos sobretudo de famílias chefiadas por mulheres negras.

O projeto político profissional do Serviço Social aponta para a construção de um projeto societário sem exploração de classe, raça/etnia e gênero (Cf. Netto, 2006), entretanto as produções teórico-científicas no seio da categoria profissional por muito tempo distanciou-se das discussões sobre racismo-sexismo em articulação à classe. Alguns estudos, apesar de situarem a articulação entre as três categorias, acabam por privilegiar classe e gênero, sendo a questão racial negligenciada.

Considerando que dos 44.932 registros profissionais no conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 41.083 ou 92,92% são do gênero feminino e mais da metade (50,34%) identificam-se como negras/os, pretas/os e pardas/os, conforme pesquisa do CFESS 2022, é necessário ampliar o debate e estudos sobre gênero e raça tanto no seio da categoria profissional quanto sobre a população usuária (CFESS, 2022).

Entre idas e vindas na construção desse estudo e a partir de uma discussão dialogada no processo de orientação de refinamento do objeto, consideramos pertinente sair da esfera da prática profissional e população usuária e direcionar o pensamento sobre a produção intelectual do Serviço Social sobre gênero e raça, no período de derrocada da esquerda brasileira (expresso no golpe parlamentar da ex-presidenta Dilma Rousseff e a prisão arbitrária do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores - PT), sob avanço das ideias extremistas de direita que culminaram no bolsonarismo.

Importa situar que o Serviço Social ao romper com os interesses da classe dominante, assumiu o compromisso ético político em seu projeto profissional contra toda e qualquer forma de exploração e opressão de classe, gênero e etnia, sendo a teoria crítica de Marx a base epistemológica hegemônica. Entretanto, destacamos que conforme a análise de Assis (2022) há muito tempo o Serviço Social é chamado a se posicionar sobre as relações raciais, mas essa temática não foi incorporada ao debate profissional, apesar do processo de renovação profissional crítico, sendo percebido os primeiros artigos sobre a questão étnico-racial nos anos de 2018 e 2019 na Revista Serviço Social e Sociedade, uma das principais revistas da profissão.

Sobre isso, abro um parêntese para apontar que diante do processo formativo na Pós-Graduação, de alguma forma me angustiei ao conhecer outras bases epistêmicas, as quais são taxadas de forma pejorativa como pós-modernas, que poderiam contribuir a essa pesquisa e isso significaria um caminho divergente, de uma possível ruptura com a teoria hegemônica do Serviço Social.

Dito isso, com o desenvolvimento da pesquisa e das experiências proporcionadas, a partir do ingresso na Pós-Graduação, as quais contribuíram para o processo de maturação teórica, pude entender que o compromisso é com a transformação social. Reconhecer isso foi libertador, livrou-me de amarras e me possibilitou a liberdade de transcorrer um caminho mais coerente com as discussões aqui produzidas.

Nesse sentido, passei a buscar por conhecimentos comprometidos com as lutas sociais feministas, antirracistas, decoloniais e anticapitalistas. A partir dessa exposição, considero que este estudo caracteriza-se como uma pesquisa crítica, situada no campo do pluralismo teórico metodológico, a partir do pensamento de feministas negras.

Considerando os aspectos apresentados acima, esta pesquisa foi direcionada com base nas seguintes problemáticas:

- Como o Serviço Social posicionou o debate sobre ‘gênero e raça’ ou ‘mulheres negras’ frente ao avanço da extrema direita no Brasil?
- Como pesquisadores/as da área de Serviço Social têm se posicionado, por meio da produção intelectual, acerca das categorias ‘gênero e raça’ ou ‘mulheres negras’, no período de avanço da extrema direita no Brasil?

Tínhamos como pressuposto que o compromisso social, ético e político da profissão poderia ter levado a categoria a se posicionar de forma contundente contra as opressões e reformas estruturais praticadas no período de 2017-2022 que tiveram como base o conservadorismo e o neoliberalismo.

Com vistas a responder os questionamentos anteriormente indicados, a presente pesquisa teve como **objetivo geral** analisar como o Serviço Social posicionou o debate sobre ‘gênero e raça’ ou ‘mulheres negras’ no contexto de ascensão e governabilidade da extrema direita no Brasil, e como **específicos**: i) situar o contexto histórico, social e político de avanço da extrema direita no Brasil e a sua atuação na efetivação das políticas públicas voltada para mulheres e população negra; e ii) examinar como pesquisadores/as de Serviço Social têm posicionado as categorias ‘gênero e raça’ ou ‘mulheres negras’ na produção teórico-científica no período 2017-2022.

No que toca à importância e relevância da pesquisa, este estudo demonstra a atualidade e ineditismo de sua proposta, uma vez que traz um panorama sobre a

produção de conhecimento do Serviço Social voltada à temática de gênero e raça, na qual permitiu reconhecer o quanto a referida temática teve rebatimentos entre os/as autores/as da área de Serviço Social, especificamente no contexto social e político vivenciado pelo avanço da extrema direita no Brasil. Além disso, a proposta se caracteriza como uma produção pioneira vinculada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Considerando que essa pesquisa se operacionaliza a partir de uma construção colaborativa, de orientação, construção e reconstrução da escrita e do pensamento, foi adotada a escrita em primeira pessoa do plural. Essa escrita de forma alguma se coloca em posição de neutralidade, pelo contrário, se ancora a partir de uma dimensão social e política, com vistas a transformações seja no âmbito acadêmico com repercussões para a profissão, seja no âmbito social para alcançar as subjetividades que são coletivas.

Importante dizer que esse estudo se configura como uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental, usando-se abordagem quanti-qualitativa, uma vez que determinados dados foram tabulados e submetidos a tratamento estatísticos. Após a tabulação, foi possível refinar os dados para consecução do trabalho, analisando os artigos publicados por pesquisadores/as de Serviço Social nas revistas eletrônicas no período de 2017 a 2022 por meio de análise de conteúdo.

No intuito de mapear as produções realizadas por pesquisadores/as do Serviço Social (graduação e pós-graduação) e a partir dos objetivos da pesquisa, foi estabelecido como fonte de dados as revistas eletrônicas com publicações periódicas, reconhecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Em consulta ao site da ABEPSS (2023), encontramos listadas dezoito revistas com publicações na área de Serviço Social, as quais estão dispostas na tabela a seguir:

Tabela 1 - Revistas de Publicação Periódica na área de Serviço Social

Revista	ISSN	Instituição	Qualis	Site
TEMPORALIS	2238-1856	ABEPS - UFES	A 2	https://periodicos.ufes.br/temporalis
ARGUMENTUM	2176-9575	Pós-Graduação Política Social - UFES	A 1	https://periodicos.ufes.br/argumentum
EM PAUTA	2238-3786	UERJ	A 1	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index
KATÁLYSIS	1982-0259	UFSC	A 1	https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/about
LIBERTAS	1980-8518	UFJF	A 3	https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas
O SOCIAL EM QUESTÃO	2238-9091	PUC-RJ	A 1	https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/rev_OSQ.php?strSecao=INDEX
OIKOS	2236-8493	UF Viçosa	A 2	https://periodicos.ufv.br/oikos/
PRAIA VERMELHA	1984-669X	UFRJ	A 4	https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/index
REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL	2447-0023	UFMT	A 2	https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/issue/view/720
REVISTA ELETRÔNICA MUTAÇÕES	2178-7018	UFAM	B 3	https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem
REVISTA EMANCIPAÇÃO	1982-7814	UE DE Ponta Grossa	A 2	https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/index
REVISTA GÊNERO	1517-9699	UFF	A 2	https://periodicos.uff.br/revistagenero
SER SOCIAL	2178-8987	UnB	A 2	https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social
SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE	0101-6628	Cortez Editora	A 1	https://www.scielo.br/j/sssoc/grid
SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE	2596-3155	UEMG	A 4	https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate
SERVIÇO SOCIAL EM PERSPECTIVA	2527-1849	UE Montes Claros	A 3	https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/index
SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA	1679-4842	Universidade Estadual de Londrina	A 2	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/search
SOCIEDADE EM DEBATE	2317-0204	Universidade Católica de Pelotas	A 2	https://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd

Fonte: ABEPSS

Foram excluídas da pesquisa as seguintes revistas, pelos motivos abaixo:

As revistas Serviço Social em Debate e Serviço Social em Perspectiva tiveram início, por meio eletrônico, em 2018 e em 2020, respectivamente. Por esse motivo, não fizeram parte da busca uma vez que estes periódicos iniciaram suas atividades eletrônicas posterior ao marco temporal estabelecido para esta pesquisa;

A revista Serviço Social e Sociedade utiliza a base de dados Scielo e não conseguimos obter os resultados esperados, motivo pelo qual não fez parte do estudo;

A base de dados da revista Emancipação é multidisciplinar, apresentando um resultado ampliado, não sendo possível refinar para o alcance e realização da nossa pesquisa.

A partir disso, a pesquisa das publicações ocorreu diretamente nos 14 sites das revistas eletrônicas, utilizando o ícone “busca” para realizar uma busca refinada, estabelecendo o período de 01/01/2017 a 31/12/2022 e as palavras chaves: ‘mulheres negras’ e ‘gênero e raça’.

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, o período de 01/01/2017 a 31/12/2022 foi estabelecido conforme o entendimento de ter sido marcado histórica e politicamente pelo golpe parlamentar na ex- presidenta Dilma Rousseff e avanço da extrema direita brasileira, que abrange a gestão do vice-presidente Michel Temer, entre 2017 e 2018, e o período de governança do ex-presidente Jair Bolsonaro a partir de 2019 até 2022.

Em relação às palavras chaves foram utilizados os seguintes termos: ‘gênero e raça’ e ‘mulheres negras’. Em cada site foi realizada a primeira busca sobre ‘gênero e raça’ e uma segunda busca utilizando ‘mulheres negras’. O estabelecimento desses descritores ocorreu a partir das referências teóricas construídas sobre as formas de referência das categorias a serem analisadas. A partir dessas combinações de termos, os dados foram organizados em uma tabela excel, com as seguintes informações: título, revista, qualis, gênero e raça, mulheres negras, área, ano, autor/a, produção individual ou coletiva, formação, instituição de origem e resumo.

A primeira etapa da pesquisa ocorreu entre os meses de agosto a dezembro de 2023 nos sites das revistas, utilizando a bibliometria como técnica de pesquisa necessária para o levantamento dos dados. Segundo Spera (2017), a bibliometria tem uma variedade de acordo com a forma que é aplicada na produção de pesquisas, podendo ser utilizada para o levantamento de obras de autores/as (número de citações, produções, etc.), levantamento da produção dos periódicos e a análise a partir das palavras utilizadas que determinam de qual assunto trata.

Os dados coletados foram dispostos na tabela Excel. Nesse primeiro levantamento, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 2 - Artigos de periódicos de Serviço Social sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' - 2017 a 2022

REVISTA	ARTIGOS
TEMPORALIS	5
ARGUMENTUM	11
EM PAUTA	12
REVISTA KATÁLYSIS	19
LIBERTAS	32
O SOCIAL EM QUESTÃO	12
OIKOS	4
PRAIA VERMELHA	9
DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL	3
MUTAÇÕES	0
GÊNERO	14
SER SOCIAL	3
SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA	4
SOCIEDADE EM DEBATE	13
TOTAL	141

Fonte: Elaboração própria (2024)

O total de cento e quarenta e uma (141) publicações contempla pesquisadores/as da área de Serviço Social e áreas afins, mas o objeto deste trabalho refere-se exclusivamente sobre a produção de pesquisadores/as de Serviço Social.

A partir desse resultado bruto, para selecionar a amostra deste estudo foram obedecidos os critérios de inclusão e exclusão, estabelecidos previamente.

Assim, como critérios de **inclusão**:

- Artigos produzidos por pesquisadores/as na área do Serviço Social (Graduação, Mestrado ou Doutorado);
- Artigos cujos títulos ou resumos contemplem a discussão sobre 'raça e gênero' e/ou 'mulheres negras'.

Como critérios de **exclusão**:

- publicações do tipo resenha, editorial e entrevistas;
- produção de pesquisadores de outras áreas de conhecimento;
- artigos que abordam apenas uma categoria: 'raça' ou 'gênero';

- artigos não vinculados à realidade brasileira;
- outras temáticas que não façam menção a 'gênero e raça' e 'mulheres negras' no título ou resumo.

Essas 141 publicações foram dispostas em planilha excel com as seguintes informações: título, revista, qualis, área, ano de publicação, instituição de ensino e resumo.

Após leitura minuciosa dos títulos e dos resumos e em consonância aos critérios previamente estabelecidos, foram excluídas: dez **(10)** publicações do tipo entrevista, resenha, editorial, resumo de dissertação; trinta e três **(33)** de pesquisadores de outras áreas de conhecimento; vinte e seis **(26)** relacionavam a discussão para outras temáticas; dezesseis **(16)** artigos que tratavam de raça ou gênero; dois **(2)** artigos que tratavam sobre realidades de outros contextos, especificamente sul-africano e Bogotá, totalizando oitenta e sete **(87)** publicações excluídas conforme os critérios de exclusão. Apesar dessas publicações não serem objeto deste trabalho, foram elaboradas algumas reflexões, as quais são apresentadas no Capítulo 3.

Portanto, compôs a amostra de análise de conteúdo cinquenta e quatro **(54)** artigos de pesquisadores/as com graduação e/ou pós-graduação em Serviço Social. Para a análise de conteúdo, foram utilizadas as indicações de Gomes (2016) em seu texto "Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa", o qual enumera quatro passos metodológicos da análise de conteúdo. No primeiro passo, foi feita a categorização, ou seja, o material foi decomposto em partes e distribuído em categorias. Em seguida, no segundo passo foi realizada a descrição do resultado da categorização. Na sequência, no terceiro passo foi feita a inferência dos resultados; e por fim, no quarto passo foi realizada a interpretação, que articula o material com a fundamentação teórica (Cf. Gomes, 2016). Segundo o autor, esses passos se realizam de uma forma articulada desde o primeiro passo. A partir da leitura do material, o/a pesquisador por inferência já vai fazendo as articulações necessárias para a análise e interpretação.

Assim, como resultado dessa investida de alcançar os objetivos propostos, este trabalho encontra-se dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo recupera as epistemologias feministas, entendendo que os feminismos são plurais e diversos, contextualizando a constituição do gênero como

categoria de análise e a contestação da sua universalidade proposta por feministas negras e decoloniais. Apresenta a interseccionalidade como categoria emergente na contemporaneidade, cujo surgimento está relacionado às desigualdades enfrentadas por mulheres afro-americanas, utilizada como chave analítica tanto nas relações sociais cotidianas como na produção do conhecimento.

No segundo capítulo é feita uma análise sobre a história da escravidão brasileira, em busca do cerne das desigualdades sociais. Apresenta como o racismo e o sexismo conformam essas desigualdades e faz um destaque sobre as respostas do Estado brasileiro frente às reivindicações do movimento negro, feminista e feminista negro. Neste capítulo trazemos ainda aspectos sobre a conformação da extrema direita no Brasil, posicionando-a como parte do movimento global, advindo com o declínio dos ideais civilizatórios dos governos de esquerda e da recessão econômica que impactou grande parte da humanidade. Ademais, aponta que sob a governança da extrema direita, as ações estatais se voltaram contra os grupos marcados pela raça, classe e gênero.

O terceiro capítulo traz um breve histórico sobre a profissão do Serviço Social no Brasil, do surgimento como profissão interventiva à consolidação na produção de conhecimento científico. Além disso, é feita uma discussão em torno da disputa epistemológica presente no Serviço Social após o chamado movimento de intenção de ruptura e adoção da teoria social crítica de Marx, hegemônica na profissão. Neste capítulo também são apresentadas algumas análises e considerações de forma geral sobre as cento e quarenta e uma (141) publicações das revistas eletrônicas, a partir da bibliometria. Em seguida, são apresentados os resultados específicos dos cinquenta e quatro (54) artigos analisados sobre a produção de conhecimento por pesquisadores/as do Serviço Social, como: o número de artigos produzidos na série histórica, número de publicações por periódicos; as regiões do país e autores/as que têm se destacado na discussão em torno dessa temática. Por fim, realizamos a análise de conteúdo, trazendo as principais ideias dos/as autores/as e as nossas considerações.

Finalizamos o estudo com as considerações finais, tecidas as reflexões conclusivas da análise das produções teóricas realizadas por pesquisadores/as do Serviço Social sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras'.

2. EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS: CONHECIMENTO SITUADO, A CONSTITUIÇÃO DE GÊNERO COMO CATEGORIA E ABERTURA DE NOVOS CAMPOS. COMO PENSAR RAÇA, CLASSE E GÊNERO?

Este capítulo se inicia trazendo um debate introdutório sobre as epistemologias feministas de crítica à ciência moderna, ao androcentrismo científico e à colonialidade do saber.

Na sequência, apresenta as teorias hegemônicas euro-norte americanas que problematizam a categoria de análise gênero, bem como a sua contestação pelo feminismo afro-americano e decolonial.

A partir da epistemologia das feministas contra-coloniais e negras, surge a interseccionalidade como entrecruzamento e encruzilhadas das opressões, que compreendem classe, gênero, raça, sexualidade, geração, etnia, deficiências, entre outras diferenças. A interseccionalidade se insere como categoria dentro do quadro teórico da episteme feminista, como saber insurgente, que dá voz aqueles/as que por muito tempo foram tratados como os/as “outros/as” ou objetos de pesquisa.

Partimos do questionamento: como pensar classe, raça e gênero na produção de pesquisa? Este questionamento, longe de ter uma resposta exata, carrega em si o desafio do exercício teórico-metodológico em pensar essas categorias, que não estão desvinculadas da luta teórica, prática e política do feminismo, na ciência e na vida social.

Para além de pensar na construção do conhecimento científico, o feminismo tem o seu compromisso social, assim como o Serviço Social, profissão interventiva que produz conhecimento científico, o qual não está neutro nesse debate epistemológico.

Desde o período da renovação profissional, datada nos anos 1980, o Serviço Social brasileiro elegeu a teoria crítica de Marx como base de análise das relações sociais e da luta de classe. Considerando o propósito deste trabalho é pertinente reconhecer outras bases epistemológicas para compreender como tem se apresentado as pesquisas e reflexões desenvolvidas por pesquisadores/as do Serviço Social sobre gênero e raça.

2.1. **Saberes insurgentes: epistemologias feministas e crítica à colonialidade do saber**

A crítica à ciência e ao seu *modus operandi* não é fenômeno recente, antes mesmo do surgimento dos grupos de estudos e pesquisas decoloniais ou contracoloniais, existiram autores/as que ousaram questionar esse status do pesquisador que fala por tantos/as de nós (mulheres, negros/as, sulamericanos/as, colonizados/as, etc.).

A partir da lente feminista e de autores/as do chamado “Terceiro Mundo” encontramos reflexões no tocante à importação de ideologias, à utilização das teorias dos países centrais, consideradas universais, para explicar a realidade dos povos, cultura, organização social, economia e política dos países que foram explorados e colonizados. Sob o olhar do colonizador, todo o saber natural do lugar foi extinto, exterminado ou até mesmo explicado como aspecto da selvageria.

Sobre esse aspecto, resgatamos a análise de Foucault (2007) em seu livro *Microfísica do Poder*. Nesta obra, o autor reflete sobre a genealogia do saber e aponta que para a ciência moderna, marxismo e psicanálise, os conhecimentos produzidos são considerados saberes universais, enquanto outros, são saberes locais, incapazes de unanimidade, de entender ou explicar a sua própria realidade. Assim, Foucault (2007) traz a definição da insurreição de saberes. Essa insurreição seria a reativação daqueles saberes considerados menores, os quais foram silenciados pela ciência. O autor define e utiliza a genealogia, a qual se apresenta então como oposição ao discurso global, unitário, formal e científico, em direção à redescoberta dos saberes locais. A partir dessa definição, compreendemos que boa parte das produções teóricas dos feminismos têm se situado por essa redescoberta do saber.

Considerando esse aspecto que incide sobre a redescoberta do saber, situamos algumas perspectivas que se manifestam dentro do pensamento feminista que se voltam para a crítica à ciência.

No pensamento feminista, Harding (1992) afirma que a crítica aos pressupostos da ciência moderna avançaram para a revisão do pensamento ocidental. Reflete a autora que a proposta de uma ciência feminista não é a lealdade a um gênero em substituição ao outro, mas a sua transcendência, o que na sua visão aumentaria a objetividade.

A autora apresenta que longe de se ter uma “ciência normal”, com categorias estáticas, a ciência feminista se constrói a partir da instabilidade dessas categorias, que foram (re) interpretadas das teorias gerais ou criadas dentro da luta política e teórica do próprio feminismo. Para ela, o feminismo não pode chegar a uma teoria perfeita ou a uma ciência normal, uma vez que o mundo em que vivemos nem é estático e tampouco normal.

A crítica do pensamento tem freqüentemente feito avançar o conhecimento com mais eficácia do que o seu estabelecimento; a crítica feminista à ciência aponta para uma área particularmente fértil em que as categorias do pensamento ocidental necessitam de revisão. Embora tais críticas tenham começado por indagações politicamente controvertidas, mas teoricamente inócuas, acerca da discriminação contra as mulheres na estrutura social da ciência, dos usos indevidos da tecnologia e do preconceito androcêntrico nas ciências sociais e na biologia, elas logo se avolumaram em interpelações das premissas mais fundamentais do pensamento ocidental moderno. E, com isso, as críticas implicitamente desafiam as construções teóricas em que as questões iniciais foram formuladas, e segundo as quais poderiam ser respondidas (Harding, 1992, p. 12).

A autora defende o posicionamento de que a crítica feminista deve refletir tanto sobre a realidade objetiva como sobre aquilo que a ciência moderna entendeu como irrelevante - as emoções, os interesses políticos individuais e coletivos, as artes - buscando a relação entre esses dois mundos: (subjetivo e objetivo), questionando o motivo das exclusões e como estas conformam a ciência a partir das ausências.

Seguindo essa linha de pensamento, em mostrar como o pensamento feminista foi se constituindo, Sardenberg (2007) pontua que a crítica à ciência é um dos pontos principais nas agendas feministas. Ancorada a partir das discussões sobre gênero, a crítica feminista superou a mera denúncia da ausência feminina na ciência e avançou para a crítica à neutralidade e a presença do androcentrismo científico. A autora sugere pensar numa ciência feminista. Para Sardenberg (2007):

(...) pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista - de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (Sardenberg, 2007, p. 3).

Com base na exposição da autora supracitada, podemos compreender que a ciência feminista parte do entendimento de que não é uma mera crítica à ciência moderna, mas na forma que se estabeleceu de apenas o homem ser sujeito cognoscente, capaz de estudar e explicar os fenômenos naturais, sociais, econômicos

e políticos. Por esse motivo, o saber feminista aponta para o enfrentamento ao androcentrismo científico. Esse androcentrismo se manifesta pela exclusão e invisibilidade feminina, além da forma como o feminino e tudo que é imbricado a esse universo é situado como menor e inferior.

A autora destaca ainda que a ciência moderna se efetivou a partir da estruturação conceitual do binarismo, o qual se baseia na contraposição entre pares, como: “sujeito-objeto, mente-corpo, razão-emoção, objetividade-subjetividade, transcendente-imanente, cultura-natureza, ativo-passivo, etc.” (Sardenberg, 2007, p.8).

Segundo a autora, esse desmembramento se faz por analogia a esse binarismo de opostos, cujos fundamentos ocorrem a partir das diferenças percebidas entre os sexos e nas desigualdades de gênero, estabelecendo o homem branco ocidental como sujeito universal.

Para Sardenberg (2007), a epistemologia crítica feminista tem um devir social e político de atender as necessidades das mulheres e dos grupos historicamente subalternizados, ou seja, deve servir aos interesses sociais e coletivos, superando as limitações de outras epistemologias. A autora enfatiza que não há como falar apenas de uma epistemologia feminista, mas de epistemologias, uma vez que, o campo de visão feminista é amplo, plural, marcado pela diversidade de olhares e tensões e que talvez a única assertiva consensual seja a noção mais geral de conhecimento situado (Cf.Sardenberg, 2007).

Uma das autoras que traz a perspectiva do conhecimento situado é Haraway (1995), a qual redefine o conceito de objetividade científica a partir do feminismo, apresentando que todo o conhecimento é localizado e limitado. Haraway (1995) fala de uma objetividade corporificada, que acomoda os projetos cientistas feministas críticos, apontando que a objetividade feminista significa saberes localizados.

Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (Haraway, 1995, p.21).

No pensamento de Haraway (1995) destaca-se o questionamento dos pressupostos científicos que sustentaram a colonização, o desenvolvimento

tecnológico, a escravização, subordinação das mulheres, dentre outros processos de inferiorização por raça, classe, sexualidade, entre outros.

A referida autora faz uso da metáfora na linguagem e constrói o seu pensamento a partir de uma crítica às formas de ver a partir do campo de visão do homem branco, europeu, ocidental e da superioridade do sujeito sobre o objeto.

A partir da sua crítica ao olhar neutro e hegemônico da ciência moderna, Haraway (1995) aponta sua escrita a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas do conhecimento não-localizado, neutro. Assim, argumenta “em favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegia a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (Haraway, 1995, p.24).

Haraway (1995) também tece críticas às epistemologias fundadas no marco da ciência moderna e no relativismo. Para ela:

O relativismo e a totalização são, ambos, "truques de deus", prometendo, igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de nenhum lugar, mitos comuns na retórica em torno da Ciência. Mas é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional (Haraway, 1995, p. 24).

Assim, a autora posiciona que na relação entre sujeito e objeto, na perspectiva feminista, não há distinção ou distanciamento entre aquele que conhece e o que é conhecido, entre eles há uma relação horizontal, entre pares, o que não pode ser confundido como identidade. Haraway (1995) situa que:

O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial (Haraway, 1995, p 26).

A partir dessa leitura, podemos compreender que na relação entre sujeito e objeto não há uma posição de superioridade. A parcialidade do sujeito na produção do conhecimento é algo construído e foge daquilo que é perfeito, rompe com a lógica do onipotente conhecedor, que tudo sabe, tudo conhece, revela e traduz.

Segundo Haraway (1995, p.27) quem busca a perfeição de exercer a onipotência são “(...) aqueles que ocupam posições de dominadores são auto-identificados, não marcados, incorpóreos, não mediados, transcendentais, renascidos” .

Em Haraway (1995) também constatamos a diversidade das epistemologias feministas. Para a autora essas diferenças são positivas para o pensamento científico,

pois o maior objetivo dessas perspectivas é a busca por melhores explicações sobre o mundo. Conforme a autora:

(...) Não há um ponto de vista feminista único porque nossos mapas requerem dimensões em demasia para que essa metáfora sirva para fixar nossas visões. Mas a meta de uma epistemologia e de uma política de posições engajadas e responsáveis das teóricas feministas de perspectiva permanece notavelmente potente. A meta são as melhores explicações do mundo, isto é, "ciência" (Haraway, 1995,p.32).

A autora situa seu discurso pela defesa do posicionamento parcial em detrimento à universalidade, como chave primordial para fazer conhecimento racional. Trata sobre a visão de um corpo complexo e contraditório versus a visão de cima, daquele que é perfeito, de lugar nenhum. Em relação ao objeto, argumenta que este não pode ser entendido como uma tábua rasa, em sua passividade, mas deve considerá-lo como ativo e partícipe do processo, como explicitado neste fragmento:

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo" (Haraway, 1995,p. 36).

Seguindo a linha do pensamento de Haraway (1995), de conhecimento situado, como intelectual do Sul Global, Grosfoguel (2012) apresenta o “pensamento crítico de fronteira”. Segundo o autor, esse pensamento propõe uma base epistêmica fundamentada em lugares étnico-raciais subalternos. O autor afirma que essa perspectiva não se trata de um fundamentalismo anti moderno, mas uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica.

Para Grosfoguel (2012, p.44), “o pensamento crítico de fronteira pode colaborar bastante para uma teoria crítica descolonial radical, capaz de superar as formas tradicionais da economia política em compreender o capitalismo enquanto sistema global ou sistema-mundo” .

Grosfoguel (2012), influenciado pela perspectiva feminista de conhecimento situado, utiliza a expressão “corpo-político do conhecimento”. No trecho abaixo, o autor supracitado explica o seu pensamento:

(...) Esta questão não tem a ver apenas com valores sociais na produção de conhecimento nem com o facto de o nosso conhecimento ser sempre parcial. O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “egopolítica do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não

situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (Grosfoguel, 2012, p. 46, grifos do autor).

A influência desse pensamento se expressa também em contraposição à colonialidade do saber, a qual se apresenta como racista e excludente. Essa postura contracolonial ou decolonial também se reflete nos feminismos.

Dentro do quadro feminista contra-colonial Matias dos Santos (2021) demarca o seu posicionamento. Para a autora, essa posição

(...)Significa uma prática insubmissa que aposta na potência da coligação político epistêmica e epistemológica entre feminismos não hegemônicos. Compreendo o contra-colonial como campo composto por feminismos (suas teorias e práticas) diversos e em disputa, os quais, não obstante as derivas epistemológicas inerentes à multiplicidade de posicionalidades das mulheres que as constroem, possuem em comum alicerces epistêmicos que se contrapõem à matriz colonial racista, cisheteropatriarcal e capitalista (Matias dos Santos, 2021, p. 124).

A partir dessa ponderação, podemos verificar que a postura contra-colonial também se reflete nas produções atuais do feminismo, situadas como corpo-político-étnico-racial, posicionadas na periferia (localizadas nos países do Terceiro Mundo).

A crítica epistemológica, nos marcos feministas da decolonialidade tem se direcionado contra o silenciamento e exclusão daqueles considerados “não-humanos” na ciência moderna.

Uma das representantes da perspectiva feminista decolonial, Lugones (2014), faz uma crítica a universalidade da categoria mulher e propõe uma lente que possa aprofundar as reflexões sobre as opressões na modernidade colonial, conforme pode ser visto no fragmento abaixo:

A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. A crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade. Se *mulher* e *negro* são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras - e não sua presença. Assim, ver mulheres não brancas é ir além da lógica "categorial". Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial (Lugones, 2014, p.935).

A autora entende que a dicotomia hierárquica que determina a humanidade entre os seres é o ponto central da modernidade colonial e está relacionada ao processo de colonização das Américas. Essa distinção dicotômica foi estabelecida sobre os colonizados pelo olhar do homem branco ocidental. De acordo com a autora, a forma desse olhar do homem branco distinguiu homens e mulheres e machos e fêmeas.

Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas - como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (Lugones, 2014, p. 936).

A partir da discussão suscitada por Lugones (2014) podemos depreender que o comportamento e o modo de vida dos/as colonizados/as se estabeleceu pela comparação entre homens civilizados x machos colonizados, mulheres civilizadas x fêmeas colonizadas. A autora afirma que os/as colonizados/as foram reduzidos à selvageria, incontroláveis social e sexualmente, sendo imposto dentro da missão civilizatória a conversão religiosa ao cristianismo. Por esse motivo, a autora supracitada justifica o uso do termo colonialidade.

Segundo Lugones (2014):

Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. Isso contrasta fortemente com o processo de conversão que constitui a missão de cristianização (Lugones, 2014, p. 939).

Em relação a esse aspecto que trata da conversão religiosa, da imposição das normas sociais e culturais do homem branco sobre os povos nativos, recuperamos a afirmação de Grossfoguel (2016), a qual situa que esses processos se fundamentaram no genocídio/epistemicídio colonial.

De acordo com Grosfoguel (2016), o pensamento moderno se amparou na racionalidade advinda de Descartes no “Penso, logo existo”. Ao recuperar essa concepção, o autor situa que os processos históricos, sociais e políticos de conquistas, ampliação dos territórios e dominação dos povos originários se forjaram

na existência do ser cognoscente que tem o poder de conhecer e de universalizar-se. Esse poder da universalidade foi conferido inicialmente pelos processos de conquistas de territórios e avanço da colonização, fundado no “Conquisto, logo existo”. Em seguida, na relação com os/as colonizados/as, nas lutas e imposições culturais que embasam o “Extermino, logo existo”. De acordo com o autor: “É a lógica conjunta do genocídio/epistemicídio que serve de mediação entre o ‘conquisto’ e o racismo/sexismo epistêmico do ‘penso’ como novo fundamento do conhecimento do mundo moderno e colonial” (Grosfoguel, 2016, p.31).

Considerando o epistemicídio produzido pela racionalidade moderna e colonial, contrária ao silenciamento e exclusão que fundamentam esse sistema, situada a partir da sua insubmissão, como um corpo-político étnico-racial marcado, Kilomba (2016), em sua palestra-performance “Descolonizando o conhecimento”, relembra Anastácia, mulher negra escravizada, que foi amordaçada com uma máscara. Ao discutir sobre a função da máscara, Kilomba (2016) afirma que essa máscara assume sua função de silenciamento e demonstra que a colonização silenciou povos que se opunham aos processos de escravização. A autora afirma que a máscara serviu como instrumento real para o silenciamento, por isso o uso da máscara, física ou simbólica, traz à tona algumas perguntas que foram feitas pela autora:

Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, sobre o que podemos falar? Por que a boca do sujeito Negro tem que ser calada? Por que ela, ele, ou eles/elas têm de ser silenciados/as? O que o sujeito Negro poderia dizer se a sua boca não estivesse tampada? E o que é que o sujeito branco teria que ouvir? (Kilomba, 2016, p.1, grifos da autora).

Segundo Kilomba (2016), as verdades que negros/as poderiam dizer ameaçariam o sistema colonial, escravista e racista, pois quando se fala, as verdades se tornam conhecidas, sendo possível recontar e reescrever histórias. A autora continua afirmando que apesar de não existir uma máscara física, as máscaras simbólicas permeiam nossas relações, as quais silenciam prioritariamente mulheres e negros/as e universaliza os saberes produzidos por homens brancos.

Em continuidade ao seu pensamento, Kilomba (2016) situa ainda que é comum a desqualificação de trabalhos científicos que utilizam o campo da subjetividade e da experiência como fonte de saberes. Segundo a autora:

(...) Tais comentários ilustram uma hierarquia colonial, pela qual pessoas Negras e racializadas são demarcadas. Assim que começamos a falar e a proferir conhecimento, nossas vozes são silenciadas por tais comentários, que, na verdade, funcionam como máscaras metafóricas. Tais observações

posicionam nossos discursos de volta para as margens como conhecimento 'des-viado' e desviante enquanto discursos brancos permanecem no centro, como norma (Kilomba, 2016, p. 5, grifos da autora).

Por esse motivo, é pertinente pontuar que dentro do pensamento científico brasileiro há autores/as negros/as que não receberam os devidos créditos. Assim, destacamos que, antes mesmo das epistemologias feministas se constituírem, Nascimento (2021), mulher negra, historiadora brasileira, que viveu entre 1942 e 1995, em um de seus textos produziu uma crítica feminista negra à ciência, posicionada contra à colonialidade do saber. A autora refletiu que para entender a realidade dos/as negros/as brasileiros/as seria necessário conhecer as particularidades da sociedade brasileira, sem aplicar os conhecimentos de uma realidade social e racial diferente da nossa. Nascimento (2021) colocou-se contrária à importação da teoria do cânone ocidental aplicada à realidade brasileira. Diz a autora:

(...) Essa importação de “ideologias” é típica do pensamento da intelectualidade brasileira, a mais branca, a mais europeizada de todo o chamado Terceiro Mundo. Ou seja, a mais complexada das elites, justamente por ser aquela que jamais se conformou em trazer no seu todo social elemento tão degradante, o qual por força das circunstâncias históricas foi o mais importante no seu processo de formação. O escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes. Para todo lado que o branco olhar, irá se deparar com o espectro daquele que ele escravizou e que corrompeu (Nascimento, 2021, p.48).

Com base nas discussões expostas depreende-se que a crítica à ciência moderna não está fincada nos países centrais, essa crítica é construída e localizada a partir de um lugar social e político. Esse conhecimento situado, corporificado, permitiu a abertura de novos campos de crítica e novas formas de produzir ciência.

Conforme Louro (2003) o feminismo também abarcou as discussões produzidas pelas “mulheres de cor” e “lésbicas” se apresentando como um campo aberto e agregador. Segundo a autora essa abertura foi e é positiva para os estudos, pois caso não tivessem se aberto, o movimento teria se perdido dentro de si mesmo.

(...)Os estudos feministas representaram uma “virada” fundamental para o pensamento ocidental, mas sem reoxigenação resultante das alianças teóricas e políticas com outros estudos críticos é possível que eles tivessem se asfixiado, que tivessem se estreitado e se sufocado em suas próprias fronteiras (Louro, 2003, p.158).

Face a esse exposto, não há como falarmos ou pensarmos sobre uma teoria feminista única e unânime, visto que as discussões demonstram que o campo é amplo e tem uma diversidade de perspectivas.

2.2. Teorizando sobre gênero: das perspectivas globais (euro-norte americanas) à decolonialidade

Quando estudamos sobre história há uma tendência em apresentar os fatos como se seguissem uma linha, como se ocorresse a superação e sobreposição de um fato sobre o outro. Em relação à história do movimento feminista, há uma apresentação dos acontecimentos em ondas.

Esse percurso em contar a história do feminismo não ocorre sem críticas, pelo contrário, Hemmings (2009) se posiciona contrária a essa forma de fixar autores/as a determinadas décadas. Para ela, além desse erro ainda há outro equívoco, o qual consiste em atribuir às teóricas pós-estruturalistas como as pioneiras a questionarem a categoria mulher.

De acordo com Hemmings (2009), há uma tendência de se dividir a história do feminismo, a partir do feminismo radical, socialista e liberal até chegar a teoria pós-moderna de gênero. Para Hemmings, ao se fixar décadas ou aspectos à determinadas perspectivas teóricas a um período, há um direcionamento para leitura com reservas a determinados textos, quando na verdade, algumas questões como classe, raça e sexualidade já eram suscitadas antes de serem redescobertas na contemporaneidade.

Por outro ponto de análise, Louro (2003) apresenta o movimento da teorização do gênero, seguindo a perspectiva de décadas e ondas, não como evolução histórica, mas traçando um percurso didático para apresentar os principais conceitos construídos.

Segundo a autora supracitada, o feminismo divide-se em três ondas. A primeira onda, tem como principal marca a luta política, constituindo-se como movimento reivindicatório dos direitos para as mulheres, como ingresso nas escolas, profissionalização e pelo exercício do direito ao voto. O movimento de reconhecimento dos direitos políticos para as mulheres ficou conhecido como movimento sufragista. Esse movimento teve início no Ocidente, datado no século XIX, sendo chamado de “primeira onda” do feminismo (Cf.Louro, 2003).

De acordo com Louro (2003) na chamada “segunda onda” do feminismo teve início as preocupações e construções teóricas, no final da década de 1960, contra a invisibilidade das mulheres na política, na ciência e na sociedade sendo a categoria mulher utilizada nas produções.

A efervescência política, suscitada com o movimento de maio de 1968, foi propícia ao movimento feminista, o qual reapareceu na cena política, atuando na luta política e teoricamente, por meio de publicações importantes que versavam sobre mulheres.

De acordo com Louro (2003), os estudos sobre a mulher, inicialmente, se voltaram para a descrição das condições de vida e de trabalho femininas. Com pouca abertura, às pesquisadoras mulheres foram inserindo os temas em publicações de revistas, fundadas por elas, assim como na organização de eventos para ampliar as discussões. Nessas produções iniciaram as discussões sobre a inclusão do feminino ao conjunto social e a crítica à ciência moderna universal. Para a autora, esses estudos tiveram a sua importância, pois

(...) levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Fizeram tudo isso, geralmente, com paixão, e esse foi mais um importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas. Eles, decididamente, não eram neutros (Louro, 2003, p.19).

Conforme visto no tópico anterior, as produções feministas destacam para uma escrita posicionada, o que representou a subversão ou transgressão às normas científicas, cujo alicerce está na neutralidade. Importa pontuar que os estudos feministas iniciaram sua trajetória pela forma descritiva, mas logo passaram a utilizar chaves explicativas a partir do Marxismo ou da Psicanálise. Mas algumas feministas que não se viram dentro desses marcos teóricos, se direcionaram para produção de teorias e explicações propriamente feministas, originando o chamado “feminismo radical” (Cf.Louro, 2003).

É nesse contexto de construções e desconstruções para constituição dos pensamentos feministas que se forja ‘gênero’ em detrimento a ‘sexo’, inaugurando a terceira onda do pensamento feminista. Então o termo gênero se conformou como categoria de análise para compreender as desigualdades e as relações entre homens e mulheres na sociedade.

Situada nesse movimento chamado terceira onda, Scott (1995) aponta que os estudos de gênero inicialmente eram sinônimo de estudos sobre mulheres, os quais passaram a utilizar o termo gênero para torná-los mais aceitos no meio científico.

Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque gênero tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política - (pretensamente escandalosa) - do feminismo (Scott, 1995, p. 6).

Scott (1995) indica que dentre os usos da categoria gênero utilizados por historiadores/as, estavam relacionados a uma forma descritiva das relações de gênero, ora relacionadas às desigualdades biológicas entre os sexos, ora relacionado aos papéis sociais desempenhados pelos sexos, o que pertence ao feminino ou masculino. Nessa ampliação de definição de gênero e possibilidade de inclusão de novos temas, essa categoria foi se constituindo como um conceito aberto, mas sem promover uma análise que questionasse e mudasse a realidade.

A autora destacou em seu texto três posições teóricas utilizadas nas análises do gênero: feministas do patriarcado, as marxistas e as leituras pós-estruturalistas e anglo-americanas fundamentadas na psicanálise, mostrando as limitações dentro dessas perspectivas em se compreender o gênero.

Para Scott (1995), as teóricas do patriarcado trazem alguns posicionamentos divergentes, algumas situam a subordinação das mulheres ao homem, relacionando ao processo de reprodução. Nessa perspectiva, a emancipação das mulheres se daria por outros processos de reprodução sem necessidade do corpo feminino. Outras, apontaram a sexualidade como chave para o patriarcado, a partir do seu reconhecimento e da sua posição de subsunção, as mulheres seriam levadas à luta política. Apesar das teorias apontarem para as desigualdades entre homens e mulheres, os estudos dessa perspectiva têm os seguintes limites: primeiro, as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades; segundo, que a dominação venha na forma da apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física.

Em relação às teorias marxistas para entender o gênero, Scott (1995) pontua que, por muito tempo, o conceito de gênero foi compreendido como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise. As tentativas de se entender o gênero dentro do marco teórico marxista não

permitia explicar a existência da divisão sexual do trabalho anterior ao capitalismo e a sua permanência no socialismo.

Ainda conforme análise realizada por Scott (1995), as teóricas psicanalíticas, baseadas sobretudo na teoria de Lacan, compreendem o gênero articulado ao binarismo masculino-feminino, determinada pelo falo masculino, ou seja, na diferenciação biológica do sexo. Além de explorar as etapas do desenvolvimento do indivíduo, como importante para a definição da identidade enquanto sujeito. Segundo a autora, essa forma de compreensão limita o conceito de gênero à esfera doméstica e à família, não sendo possível relacionar com outros espaços da vida social.

A partir da sua análise, percebendo as limitações desses quadros teóricos, Scott (1995) propõe gênero como uma categoria de análise sócio-histórica, situada nas relações sociais, capaz de explicar as relações de poder. O método de análise proposto por ela não é uma recusa sobre a história, mas enfatiza o significado, situando inclusive como os processos individuais interconectam a realidade social complexa.

Eu não acho que tenhamos que deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas eu acho, em contrapartida, que temos que mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados (Scott, 1995,p. 20).

Scott (1995) lança um olhar importante aos símbolos e significados. Para ela, é importante tanto debater sobre o indivíduo quanto sobre a organização social, articulados aos processos que fundamentam essas inter-relações, visto que ambos conferem aspectos que contribuem para entender como funciona o gênero e como se dá a mudança. Além disso, acrescenta como importante analisar as relações de poder, substituindo a noção de poder central e unificado por relações de poder desiguais e em constante disputa.

Em todo o seu processo reflexivo, Scott (1995) traz a sua definição de gênero:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a

direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (Scott, 1995, p.21).

Complementarmente a este conceito, em seu texto “Prefácio A Gender And Politics Of History”, Scott (2007), afirma que:

(...) gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada (Scott, 2007, p.13).

Nessa complementaridade entre os conceitos, Scott (2007) traz que a política exerce o papel relevante na construção da identidade e das experiências, subjetivas e coletivas. Para a autora, a categoria gênero permite compreender como as hierarquias se conformam explicando tanto teoricamente, por meio do debate reflexivo, como na luta política. Para Scott (2007, p. 26)

(...) gênero é tanto uma boa maneira para se pensar sobre a história, sobre os modos pelos quais hierarquias de diferença - inclusões e exclusões - foram constituídas, quanto de elaborar uma teoria (feminista) política. Tal admissão de parcialidade, me parece, não significa reconhecer a derrota na busca de explicações universais; sugere, antes, que explicações universais não são, e nunca foram, possíveis. Pretendo, também, chamar criticamente a atenção para a política (isto é, a dinâmica do poder) da "totalidade", seja ela apresentada como análise (mono)causal ou narrativa senhorial, seja invocada por historiadores ou ativistas políticos.

Sob outro ponto de vista, Butler (2018) entende que as determinações sobre o gênero se dão sobre as formas esperadas para determinado corpo, ou seja, as normas regulatórias reafirmam a materialização do sexo. Na sua leitura, a frase de Simone de Beauvoir “Não nasce mulher, torna-se” esse “tornar-se” se dá pela repetição dos atos esperados para aquele corpo, no caso, o corpo feminino. Segundo Butler (2018), o corpo é aberto às possibilidades, não há uma existência definida, há possibilidades de ser e ir se fazendo. Para a autora:

(...) o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente. Essa formulação desloca o conceito de gênero para além do domínio de um modelo substancial de identidade para um modelo que exige uma concepção de temporalidade social constituída (Butler, 2018, p.3).

Segundo Butler (2018), as teóricas feministas por muito tempo utilizaram a categoria mulher como forma de construção de solidariedade política, mas a constituição desse sujeito “mulher” traz implicitamente a universalidade, como se as opressões vivenciadas fossem extensivas a todos os corpos. Por isso, a autora opta pelo uso da categoria gênero, ressalvados os seus limites. Em seu ponto de vista, a autora compreende que a categoria abrange todos os corpos, fora do binarismo homem-mulher.

Outra perspectiva representativa das teorias gerais versa sobre a divisão sexual do trabalho ou relações sociais de sexo. Kergoat (2003) caracteriza que a divisão sexual do trabalho é compreendida a partir das diferenças entre os trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres. Na esfera da família, os homens realizavam trabalhos considerados produtivos, ao estabelecer a relação direta entre patrão x empregado, os quais faziam jus a remuneração para o trabalho realizado. Enquanto as mulheres, limitadas ao ambiente doméstico, desenvolviam trabalhos no âmbito reprodutivo, que não se dá pela venda da força de trabalho, restrita a atividades domésticas realizando um trabalho não-produtivo que se efetiva nos cuidados com a casa, crianças e idosos, por exemplo.

A autora Kergoat (2003) ainda afirma que mesmo com a revolução industrial, que abriu as portas para a inserção da mulher nas fábricas, as desigualdades se agudizaram e além das diferenças da remuneração entre homens e mulheres pelo mesmo trabalho desenvolvido, as mulheres acumularam as funções domésticas não remuneradas. Essa acumulação das atividades desenvolvidas pelas mulheres ou ainda essa superexploração é definida por alguns teóricos/as como dupla jornada de trabalho, acúmulo ou conciliação de tarefas (Cf. Hirata & Kergoat, 2007).

Para Kergoat (2003, p.4)

falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular esta descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar estas atividades.

Hirata e Kergoat (2007) situam que inicialmente a divisão sexual do trabalho contemplava as atividades desenvolvidas nas duas esferas: doméstica e profissional. Mas perceberam que essa articulação era insuficiente, sendo necessário articular as relações sociais de sexo, ou seja, as relações desiguais estabelecidas entre homens e mulheres. As autoras apontam que essa concepção da divisão sexual do trabalho

articulada a relações sociais de sexo implodiu as compreensões sobre família e a esfera do trabalho assalariado.

Hirata e Kergoat (2007, p.599) definem a divisão sexual do trabalho da seguinte maneira:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Lançando outro olhar sobre o gênero e influenciadas/os pela necessidade de rever e situar outras opressões como raça, sexualidade, etnia e localização geográfica, se constituíram estudos decoloniais e subalternos.

Situada na afrodíaspóra, Oyěwùmí (2004) questiona os fundamentos eurocêntricos da categoria gênero, desenvolvidos pelas feministas americanas. Para a autora, ao privilegiarem o estudo sobre gênero, essas teóricas optaram por excluir as desigualdades de raça e de classe. Segundo Oyěwùmí, essas opressões foram postas no cenário político e teórico por teóricas afro-americanas. Em relação às produções estrangeiras, aponta Oyěwùmí (2004) que foi necessário pontuar e articular outras hierarquias sociais, como: imperialismo, colonização e as outras formas locais e globais de estratificação.

De acordo com Oyěwùmí (2004), a definição de gênero adotada por teóricas do pensamento ocidental, se dá sobretudo vinculada à família nuclear, na qual a mulher é situada pelos papéis sociais que exerce como mãe e esposa. A partir da sua análise, localizada em África, a autora compreende que a família apresenta outra organização social, diferente da família americana, apontando que os papéis sociais não são fixos, por esse motivo devem ser contextualizados a cada realidade, não sendo o gênero determinante nas relações de poder no âmbito familiar.

Considerando o apontamento para as feministas afro-americanas e as suas contribuições para os feminismos, situamos as produções de hooks (1981; 2015) e Collins (2016).

Em seu livro “Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo”, bell hooks (1981) recupera o discurso de Sojourner Truth (1852) para apontá-la e situá-la como primeira feminista negra que estremeceu o alicerce do feminismo branco liberal na luta pela igualdade de direitos, denunciando que a luta feminista não era universal,

uma vez que não contemplava as mulheres negras, as quais sofriam pelo racismo e sexismo. Nessa obra, bell hooks (1981) recupera ainda outras personalidades de mulheres negras que foram importantes para repensar as bases teóricas do movimento feminista dos Estados Unidos da América (EUA). Em relação ao feminismo liberal, bell hooks (1981) aponta seus limites indicando que, embora as feministas falassem da solidariedade feminina, o debate não alcançava as questões de classe e raça.

(...) As mulheres liberacionistas não convidaram uma análise holística do status das mulheres na sociedade que iria conduzir a considerações sobre vários aspectos da nossa experiência. Na sua ansiedade em promover a ideia de sisterhood (solidariedade feminina), elas ignoraram a complexidade da experiência das mulheres. Enquanto argumentavam para libertar as mulheres do determinismo biológico, elas negavam às mulheres uma existência fora do que era determinado pela nossa sexualidade. Não servia os interesses da classe alta e média das feministas brancas discutir a raça e classe (bell hooks, 1981, p. 136).

De acordo com bell hooks (2015), o discurso do feminismo branco liberal, orientado pelos privilégios que a classe e a raça lhe confere, não foi e não é capaz de compreender sobre a sua condição política dentro do Estado que é racista, sexista e capitalista. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo ingresso nas faculdades e pelo seu reposicionamento nas esferas políticas e trabalhistas, as mulheres negras resistiam às violências (doméstica e urbana) e sequer tinham opções de estudo ou posições de trabalho.

(...) O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a). Muitas mulheres nesta sociedade têm escolhas (por mais inadequadas que possam ser); portanto, exploração e discriminação são palavras que descrevem com mais precisão a sorte coletiva das mulheres nos Estados Unidos. Muitas delas não participam da resistência organizada contra o sexismo precisamente porque o sexismo não tem significado de absoluta falta de opções. Elas podem saber que são discriminadas em função de sexo, mas não equiparam isso a opressão. No capitalismo, o patriarcado é estruturado de forma que o sexismo restrinja o comportamento das mulheres em algumas esferas, mesmo que, em outras, haja liberdade em relação a limitações. A ausência de restrições extremas leva muitas mulheres a ignorar as áreas em que são exploradas ou discriminadas e pode até levá-las a imaginar que as mulheres não são oprimidas. (bell hooks, 2015, p. 197).

Outra questão pertinente apontada por bell hooks (2015) diz respeito à forma como o movimento feminista se organizava em suas estratégias de intervenção, como se mulheres negras pouco soubessem, necessitando ser ensinadas e empoderadas. Segundo a autora, as mulheres brancas tinham uma postura de condescendência, reservando o espaço de fala às mulheres negras para tornar o movimento feminista

legítimo e abrangente. A partir da sua experiência nesses espaços, a autora assinala que não havia uma posição de igualdade, mas de superioridade entre brancas e negras, sendo a branquitude feminina detentora de conhecimento, enquanto as negras estariam no espaço para dividir falas de sofrimento e violência.

Quanto à produção de conhecimento, bell hooks (2015) afirma que as mulheres brancas ou feministas liberais, ainda que desejassem se desconstruir, tratavam as mulheres negras como objeto de seus estudos ou narrativas, sempre as colocando em situação de desigualdade e de inferioridade. Continua a autora:

(...) Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar a, com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. As análises feministas sobre a vida da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher. Certamente, tem sido mais fácil para as mulheres que não vivenciam opressão de raça ou classe se concentrar exclusivamente no gênero. Embora se concentrem em classe e gênero, as feministas socialistas tendem a negar a raça ou fazem questão de reconhecer que a raça é importante e, em seguida, continuam apresentando uma análise em que a raça não é considerada (bell hooks, 2015, p. 207).

Em consonância ao pensamento de hooks (1981; 2015), a socióloga Collins (2016), fazendo seu movimento reflexivo sobre o feminismo americano, hegemonicamente branco, situa que as lutas do feminismo não eram universais, tanto é que Truth questionou: “e eu não sou uma mulher?”. De acordo com Collins, a experiência de ser mulher, negra e pobre, permite uma visão mais ampla e visível das suas opressões. No ponto de vista da autora, as feministas negras exploram uma visão holística, de forma interligada das opressões vivenciadas por mulheres negras. Segundo Collins (2016), o feminismo negro não se restringe às mulheres negras, mas apresenta uma solidariedade que alcança homens negros, pessoas de cor e até mesmo o grupo dominante. Afirma a autora:

Feministas negras que veem a simultaneidade de opressões que afetam mulheres negras aparentam ser mais sensíveis em ver também como esses mesmos sistemas de opressão afetam homens afro-americanos, pessoas de cor, mulheres e o próprio grupo dominante. Portanto, enquanto ativistas feministas negras podem trabalhar em prol de mulheres negras, raramente elaboram soluções separatistas para a opressão de mulheres negras (Collins, 2016, p. 110).

A partir do reconhecimento do pensamento de feministas negras afro-americanas, consideramos pertinente trazer para esta discussão autoras representantes do feminismo negro brasileiro.

Na história do Brasil, como país colonizado, tivemos a negação do racismo, construída sobretudo pelo mito da democracia racial. Então, por muito tempo, a questão do racismo foi negada, sendo tratado como racismo velado ou caso isolado. Em relação ao posicionamento da mulher negra nos movimentos sociais, Gonzalez (1984) e Carneiro (2011) apresentam como se deu a inserção da mulher negra junto aos movimentos sociais brasileiro (feministas e movimento negro) e ainda sobre a posição da mulher negra na produção de conhecimento.

A partir do pensamento de González (1984), a mulher negra brasileira passa a ter voz, diferente das análises até então produzidas sobre as mulheres negras e a questão socioeconômica que reproduziam e repetiam modelos existentes nas ciências sociais. A análise construída por González (1984) se fundamenta a partir das noções de consciência e memória para explicar o racismo e o sexismo no Brasil.

(...) Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência (Gonzalez, 1984, p.227).

González (1984) mostra fragilidade do pensamento social brasileiro ao explicar o processo de escravização, o qual coloca o/a negro/a em condição de animalidade e não humanidade, tratando-o/a sempre como objeto e como objeto de saber. Nesse sentido, explica a autora que há resistência de incluir o debate sobre gênero e raça ao pensamento crítico social, priorizando a luta de classes.

Nessa mesma linha de pensamento, sobre os limites do feminismo branco, Carneiro (2011) aponta que, por diversos momentos, a mulher negra viu a temática da negritude feminina ser posta em segundo plano por meio da universalidade de gênero. Para a autora, o movimento feminista brasileiro se negava a reconhecer a dimensão racial imbrincada à questão de gênero, sobretudo no país que tem aproximadamente metade de sua população feminina negra. Essa falta de articulação

repercute no mercado de trabalho, visto que os espaços ocupacionais, onde as mulheres negras estão inseridas, são majoritariamente relacionados ao trabalho doméstico. Entretanto, as mudanças implementadas pela Lei de Cotas nas universidades e concursos públicos têm contribuído para alterar esse cenário, conforme análise da autora.

Sobre a Lei de Cotas que promoveu mudanças no âmbito das universidades brasileiras e das pesquisas produzidas, Figueiredo (2020) explica como o movimento negro e as políticas afirmativas desenvolvidas nos governos petistas contribuíram para a mudança do cenário acadêmico com a entrada de alunos/as e professores/as negros/as. A autora aponta a importância das traduções dos textos e livros dos feminismos afro-americanos, como os de Angela Davis e Patrícia Hill Collins, que impulsionaram o consumo no mercado editorial brasileiro. Entretanto, afirma a autora que não há esse movimento para a publicação da produção de pensadores/as brasileiros/as negros/as.

A análise de Figueiredo (2020) destaca ainda que a nova geração de pesquisadores/as nas universidades tem modificado a conformação das pesquisas, situando-os/as como sujeitos/as da enunciação a partir das suas experiências pessoais, coletivas e políticas, pois embora sejam conhecimentos produzidos na academia eles estão articulados aos movimentos sociais. Além disso, influenciados/as a partir da decolonialidade, professores/as têm contribuído na mudança das referências bibliográficas, através da incorporação de autores/as negros. Em seu texto, ressalta algumas diferenças entre os feminismos, dentre elas, de que o feminismo negro não se limita apenas ao empoderamento e fortalecimento da mulher negra, mas sobretudo por considerar as desigualdades sociais e raciais que atingem a população negra. Conclui a autora que o ingresso da população negra nas universidades contribuiu para alterar a ordem até então vigente, na qual negros/as eram apenas objetos de pesquisa. Nesse sentido, define a autora:

(...) epistemologia insubmissa feminista negra decolonial é aquela que se rebela frente às normas previamente estabelecidas, rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, no nosso caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção (Figueiredo, 2020, p.20).

Segundo Figueredo (2020), a entrada de estudantes negros/as na universidade contribuiu também para retomada do pensamento de pensadoras feministas negras, a exemplo de Lélia Gonzalez. A partir do pensamento de González foi possível

compreender a experiência da mulher negra na realidade brasileira, objeto da tripla discriminação racista, sexista e de classe.

É notável que tem havido um exercício de pesquisadores/as em revisitar as suas obras e escritas comprometidas com o movimento antirracista e feminista, trazendo à baila autoras que não são usualmente mencionadas na produção de conhecimento, mas que possuem compromisso político e identificação étnico-racial, as quais conseguem ampliar as lentes para a compreensão das desigualdades sociais vinculadas à classe social, ao racismo, sexismo entre outras discriminações.

2.3. Entrecruzamentos de opressões: raça, classe e gênero

A complexidade das relações sociais e das opressões vivenciadas por todos/as nós, aponta que uma análise restrita a determinada categoria é limitada e não abrange a complexidade das inter-relações. Destacamos algumas definições, fundamentadas seja no materialismo ou no feminismo negro, as quais explicitam a necessidade de perceber essas opressões de forma inter-relacionada.

Saffioti (2015) utiliza a metáfora do nó, para analisar essas três subestruturas - raça/etnia, classe social, gênero - dentro de uma contradição, a qual não se expressa de forma isolada, mas enovelada, que de acordo com as condições sócio-históricas cada um desses componentes nas contradições existentes assumem relevos distintos. Define a autora: “a imagem do nó não consiste em mera metáfora; é também uma metáfora. Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social –, embora as análises tendam a separá-las” (Saffioti, 2015, p. 134).

Seguindo a mesma linha de Saffioti (2015), a partir do materialismo, Kergoat (2010, p.93) utiliza os conceitos de consubstancialidade e coextensividade para “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)”. Para isso, a autora utiliza as metáforas de “círculo” e “espiral” para explicar o seu pensamento.

Na explanação do seu pensamento, Kergoat (2010) afirma que os estudos pós-coloniais e o feminismo negro colocam a intersecção entre classe-raça-gênero, mas essa preocupação também já aparecia nas reflexões francesas. Ainda segundo a autora, na França foi privilegiada a discussão sobre a classe, devido ao

aprofundamento das disputas e antagonismos entre as classes sociais, enquanto que no feminismo negro, embora citem a necessidade do entrecruzamento, raça e gênero são mais evidentes, sendo a classe apenas uma citação obrigatória.

Kergoat (2010) reconhece que as mulheres negras contribuíram para os estudos a partir do posicionamento, identificação e localização de raça, classe e gênero, apontando os conflitos e resistências existentes nessas relações, porque as reflexões por elas produzidas partem da experiência e identificação. Entretanto, para a autora supracitada, o termo da interseccionalidade, criado por Crenshaw, tende a setorializar e fragmentar as opressões.

Considerando esses pontos, trazemos a definição da interseccionalidade, a partir de Akotirene (2019), Crenshaw (2002) e Collins e Bilge (2021).

Akotirene (2019), influenciada pelas reflexões das feministas negras americanas, traz a definição da interseccionalidade:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 14).

Considerando esse aspecto, Akotirene (2019) propõe a descolonização da interseccionalidade, adotando a posição a partir do Atlântico, como espaço territorial de opressões cruzadas, por onde passaram sujeitos/as traficados/as como mercadorias e tiveram sua cultura apagada, onde foram estabelecidas as diferenças entre os considerados humanos x não humanos. A autora aponta que o feminismo negro, enquanto movimento teórico, utiliza o marcador racial para ultrapassar as imagens concebidas sobre gênero, o status de classe e a cisheteronormatividade articuladas em nível global. “Indistintamente, seus movimentos vão, desde onde estejam as populações de cor acidentadas pela modernidade colonialista até a encruzilhada, buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça” (Akotirene, 2019, p. 16). Conforme o seu pensamento, o feminismo negro não está somente para as mulheres negras, está centrado no diálogo com outros/as sujeitos, conforme abaixo:

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras (Akotirene, 2019, p. 16).

Importa destacar que a interseccionalidade como categoria que realiza a inter-relação de opressões sociais - raça, classe, gênero, sexualidade, geracional, deficiências, entre outras- foi denominada pela jurista e teórica Crenshaw na década de 1980 para denunciar as desigualdades e a ausência da contratação de mulheres negras na General Motors.

Em documento produzido nos anos 2000, Crenshaw utiliza o termo interseccionalidade para tratar sobre as subordinações experienciadas por mulheres, no reconhecimento dessa discriminação interseccional. Neste sentido, define-se:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p.177).

Crenshaw (2002) faz um paralelo da interseccionalidade comparado à avenidas, cujas vias são influenciadas por eixos de poder que se entrecruzam, como o racismo, patriarcalismo e capitalismo. A proposta sobre a interseccionalidade, definida por Crenshaw (2002), é direcionada para a sua aplicabilidade na esfera pública, na construção de políticas públicas, de reconhecimento aos direitos humanos e de proteção a homens e mulheres, pois essa abordagem interseccional amplia o olhar para as opressões que são produzidas de forma institucional e estrutural pelo Estado, conforme análise da autora (Cf. Crenshaw, 2002).

Uma outra possibilidade posta a interseccionalidade é apontada na publicação de Collins e Bilge (2021). Nessa obra, as autoras compreendem que a interseccionalidade pode ser usada tanto de forma analítica aplicada nas relações cotidianas para direcionar ações mais equânimes nos espaços institucionais como nas relações interpessoais, como ferramenta heurística, um conceito abrangente, utilizado para análise e resolução de problemas diversos.

Afirmam as autoras: “o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais” Collins e Bilge (2021, s/p.).

Importante destacar ainda que Collins e Bilge (2021) trazem a definição de dois tipos de poderes que são exercidos nas relações sociais cotidianas: o poder disciplinar e o domínio do poder interpessoal.

O poder disciplinar é aquele vinculado às normas gerais da sociedade, as quais determinam e moldam os comportamentos de indivíduos e grupos. Estas normas podem ser respeitadas ou desafiadas. Por exemplo, as relações de poder interseccionais podem marginalizar e desencorajar determinados grupos, enquanto outros são incentivados.

O domínio de poder interpessoal, que está relacionado ao poder estrutural, cultural e disciplinar, refere-se a forma como os indivíduos o experienciam. Afirham as autoras:

Esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que, por sua vez, organizam as interações sociais. A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito (Collins; Bilge, 2021, s/p.).

Segundo Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade também é utilizada para compreender as desigualdades sociais e econômicas, sendo uma medida de desigualdade social global. O primeiro ponto tratado pelas autoras é de que a desigualdade social atinge de forma diferente cada grupo social, por exemplo, mulheres, crianças, pessoas de cor, indígenas, pessoas com deficiências, entre outras opressões, que tornam um grupo mais vulnerável que outros. O segundo ponto é sobre a análise das desigualdades sociais sobre outras categorias, uma vez que nos estudos a classe foi eleita como categoria fundamental, sendo as outras utilizadas de forma acessória. Para as autoras:

(...) o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica dificulta explicações somente de classe para a desigualdade econômica global. Tanto a economia neoclássica aceita nos Estados Unidos quanto o pensamento social marxista mais frequentemente encontrado no cenário europeu consideram classe a categoria fundamental para explicar a desigualdade econômica. Ambas as explicações focadas somente na categoria de classe tratam raça, gênero, sexualidade, capacidade/deficiência e etnia como complementos secundários, isto é, como formas de descrever o sistema de classes com mais precisão (Collins; Bilge, 2021, s/p.).

Por fim, o terceiro ponto destacado por Collins e Bilge (2021) apresenta o uso da interseccionalidade na análise das políticas públicas como forma de perceber como

os Estados-Nação contribuem para agravar ou reduzir a desigualdade social global. As autoras situam que muitos países vivenciaram políticas proporcionadas pela social democracia, na oferta de políticas e serviços direcionados a garantir a proteção social para a sua população.

Resumidamente, Collins e Bilge (2021) afirmam que a ideia básica das políticas da social-democracia é proteger os cidadãos de ambos os sexos e agir em nome do bem público, sob o prisma da democracia participativa. Em relação às políticas neoliberais, o Estado tem papel diferente na promoção do bem estar social. A atuação do Estado neoliberal se realiza pela privatização dos serviços, na redução ou eliminação de gastos sociais voltados para garantia de proteção social, sendo o gasto para essas políticas entendido como práticas irresponsáveis de governos irresponsáveis. Além desses aspectos, o Estado neoliberal promove a desregulamentação das relações empregatícias, sob a justificativa de proteção aos empregos e para terminar, cria uma subjetividade de auto governabilidade, situando as desigualdades sociais no plano individual.

Constituindo essa apreciação em torno da temática da interseccionalidade, realçamos a análise produzida por Pereira (2021) sobre esse termo, que enfatiza sua presença seja como categoria analítica seja como categoria explicativa das relações sociais e políticas na sociedade.

A autora supracitada destaca que no sentido prático a interseccionalidade permite a análise das desigualdades e opressões, bem como a construção de identidades coletivas e redes solidárias. No âmbito acadêmico, está vinculada tanto aos estudos feministas como a outras disciplinas: filosofia, direito, economia, etc. (Cf. Pereira, 2021).

Ainda de acordo com Pereira (2021), dentro da episteme feminista vinculada ao marxismo, Saffioti (2004) e Kergoat (2010) (apud Pereira, 2021) abordaram a necessidade da inter-relação dos sistemas patriarcal, capitalista e racista. A primeira utilizou o conceito de nó e a segunda denominou essas opressões como consubstancialidade.

Conforme Pereira (2021, p. 446):

Embora conceitos como os de consubstancialidade, de Danièle Kergoat (2010), e a metáfora do nó, de Heleieth Saffioti (2004), sejam eventualmente empregados em análises sociológicas, de longe, o conceito que ganhou maior visibilidade e que mais impactou a produção acadêmica e o ativismo desde sua formulação foi o de interseccionalidade.

A partir dessas discussões foi possível perceber que para entender o entrecruzamento dessas opressões, alguns/as autores/as podem fazer uso da coextensividade/consubstancialidade ou do nó (na perspectiva materialista das relações sociais) ou ainda da interseccionalidade (feminismo negro). Todavia, como apontado por Pereira (2021), a interseccionalidade tem sido amplamente utilizada, sendo permeável em campos diversos, tanto no âmbito acadêmico em sua dimensão teórica como na sua aplicabilidade prática, em suas dimensões social e política.

3. RACISMO ESTRUTURAL E SEXISMO NO BRASIL: AÇÃO ESTATAL E CONTRA ATAQUE ÀS POLÍTICAS DE EQUIDADE RACIAL E DE GÊNERO

Iniciamos este capítulo com a seguinte afirmação: “Examinar as histórias específicas dos Estados-nação oferece diferentes ângulos de visão sobre as desigualdades econômicas globais” (Collins e Bilge, 2021, s/p).

Partindo dessa afirmação, realizamos um caminho de volta à formação sócio-histórica brasileira no intuito de situar as bases patriarcais, coloniais, racistas e sexistas que amparam as desigualdades sociais no Brasil. Para tanto, é realizada uma discussão sobre racismo estrutural e sexismo que conformam essas desigualdades. Por conseguinte, realizamos alguns apontamentos sobre a incorporação das demandas expostas pelos movimentos negro, feminista e feminista negro, as quais foram incorporadas parcialmente na agenda do Estado através de políticas públicas e programas específicos na promoção da equidade racial e de gênero.

Finalizamos esse capítulo com uma análise sobre as características do Estado neoliberal e da extrema direita que se forjou na realidade brasileira, atuando contra as políticas públicas voltadas para a equidade étnico-racial e de gênero.

3.1. As bases do racismo e sexismo brasileiros e a inserção do/a negro/a na sociedade de classes

Por muito tempo, a construção do pensamento social sobre a formação social brasileira negou a existência do racismo e do sexismo. Especificamente, no Serviço Social, a questão racial é ausente nas principais referências que conformam o pensamento em torno da questão social brasileira, conforme Assis (2022).

Diferentemente desse pensamento oriundo da negação, Saffioti (2015, p.132) entende que “racismo e sexismo são irmãos gêmeos”. A autora pontua que o processo de colonização e escravismo tem sua base no racismo e nas diferenças estabelecidas entre homens e mulheres. Enquanto os homens foram treinados para os combates e também eliminados, devido à ameaça ao sistema, as mulheres tiveram suas vidas resguardadas pois serviram aos interesses do grupo dominante, constituindo como força de trabalho assim como garantindo a reprodução dessa força de trabalho. De acordo com a autora supracitada, a manutenção da vida das mulheres assegurou a continuidade da sociedade com o fornecimento de mão de obra, além da prestação de serviços sexuais ao povo vitorioso (Cf. Saffioti, 2015).

Apontadas essas características, realizamos um percurso para indicar aspectos que conformam o racismo e o sexismo na realidade brasileira, considerando o processo de colonização e escravização de homens e mulheres negros/as, pois conforme Assis (2022) é impossível compreender os fundamentos da realidade brasileira sem debater sobre o sistema colonial, o qual tem por base a escravidão e como consequência, o racismo.

De acordo com Procópio da Silva (2018), o racismo é um dos componentes que fundamenta as relações sociais na formação sócio histórica do Brasil, a partir do estabelecimento das diferenças raciais, a qual a raça branca se apresenta como superior à raça negra. Segundo Procópio da Silva (2021), o projeto colonial e a sua racionalidade, baseada em ideais civilizatórios - universalidade da razão, liberdade, igualdade - foram eixos centrais que fundamentaram a superioridade ocidental entre colonizador x colonizado. Para a autora:

A submissão a essa racionalidade tem como eixos estruturais a naturalização de uma codificação hierárquica das diferenças entre conquistadores e conquistados resumida na ideia de raças superiores e inferiores e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial, que nas Américas foi sintetizado em um modo de produção baseado no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo (Procópio Da Silva, 2021, s/p.).

Ainda segundo a autora, o entendimento das hierarquias sociais a partir da raça produziu nas Américas identidades sociais historicamente novas (índios, negros, brancos e mestiços) sob o ponto de vista do branco, europeu e ocidental (Cf. Procópio da Silva, 2021).

A partir dessas considerações, é pertinente a interpretação de Almeida (2019) sobre a constituição do termo raça. De acordo com o referido autor, esse termo se conformou na modernidade, no estabelecimento de classificações e hierarquizações. Para ele, o termo raça carrega em si: “conflitos, poder e decisão”, por isso se trata de um “conceito relacional e histórico” (Almeida, 2019, p.19).

No que concerne à realidade brasileira, de acordo com Gorender (2016), o escravismo que se estabeleceu no país foi um modo de produção novo e diferente daquele escravismo primitivo. Além disso, o escravismo que se expressou no Brasil não foi o mesmo que o escravismo americano, dadas as condições históricas, sociais e políticas do processo de submissão da colônia à metrópole.

O autor ressalta que a principal característica da escravidão se estabelece a partir da relação que determina o sujeito como uma mercadoria e como propriedade

do outro. Por tornarem-se propriedade (objeto ou coisa) de outro, os/as escravizados/as foram submetidos/as a processos de sujeição. Sendo assim, a condição de objeto constitui o atributo primário de ser escravo/a, do qual derivam outras duas condições: a perpetuidade e a hereditariedade, ou seja, o/a escravo/a era escravo/a durante toda a vida e essa condição era repassada para os/as filhos/as. Apesar de ser uma mercadoria, objeto de trabalho, o/a escravo/a tinha reconhecida sua condição humana quando cometia crimes, momento em que era submetido/a à Lei Penal e sobre ele/a pesavam as regras dos senhores, as quais eram sobretudo punitivas.

Segundo Gorender (2016), Portugal tinha pouco interesse na colônia, estava em busca do ouro, mas devido ao aumento da produção açucareira especificamente nos estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, o Brasil passou a ser um dos principais exportadores de açúcar no cenário mundial. Esse foi um dos fatores para a introdução da mão de obra escrava de negros/as para alavancar a produção.

Nesse sentido, afirma o autor: “o escravismo, ao se prender à colonização do Brasil, adquiriu a natureza de modo de produção dominante, em escala imensamente superior, servindo de base a uma formação social historicamente nova” (Gorender, 2016, p. 180).

Seguindo a mesma linha de pensamento, a análise produzida por Moura (2021) situa que a escravidão no Brasil ocorreu em duas fases distintas, as quais o autor denomina como: escravismo pleno (1550 a aproximadamente 1850) e escravismo tardio (1851-1888). Moura (2021) destaca que essa periodização é importante para mostrar que houve algumas modificações tangenciais e regionais nas relações de produção no primeiro período e que seria uma visão reducionista compreender o sistema escravista brasileiro com as mesmas características nos quatrocentos anos de sua duração. Segundo ele:

O modo de produção escravista que se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver com e para o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista. Um era dependente do outro e se completavam (Moura, 2021, p. 62).

Dessa maneira, o autor aponta que, na primeira fase, está estruturado todo o modo de produção escravista por meio do estabelecimento das duas classes: senhores e escravos/as. Segundo o autor, a composição dessa classe escrava não

foi homogênea e a relação existente entre senhor e escravos/as não se deu pela negociação, mas pelos processos conflitivos de superação desse modo de produção. Esse ponto é importante para refutar alguns posicionamentos teóricos que argumentam sobre a existência de uma convivência pacífica entre senhores e escravos/as, estabelecida por meio de um acordo implícito e negociado.

Além disso, o autor destaca que havia diferenças entre os trabalhos realizados entre os/as escravos/as, como por exemplo os/as escravos/as que trabalhavam diretamente na produção agrícola, mineração e aqueles/as que estavam dentro das casas dos senhores, sobretudo as mulheres negras que eram expostas ao uso sexual do senhor.

O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração do sobretrabalho e da exploração econômica e extra econômica do escravo, foi o fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se (Moura, 2021, p. 70).

Na fase do escravismo pleno, destaca Moura (2021), o número de negros/as oriundos/as do continente africano aumentou significativamente, levando essa população a ser destituída de sua cultura e exposta a condições degradantes, fazendo com que as lutas e conflitos com os senhores fossem um fato normal. Os/as escravos/as se rebelaram por meio de quilombagem, fugas, suicídios, crimes individuais contra os senhores e os senhores atuaram por meio de uma lei punitiva que estabeleceu açoites e penas de morte.

Refletindo acerca desse momento histórico situado por Moura (2021) caracterizado como escravismo pleno, podemos apresentar algumas argumentações elaboradas por Procópio da Silva (2021). A referida autora sinaliza que o período de maior ascensão e envio de negros/as para escravização nos territórios invadidos no Terceiro Mundo ocorreu no período da Revolução Industrial e dos ideais Iluministas dos países centrais, sendo o Brasil um dos países da América Latina que recebeu o maior número de negros. De acordo com Procópio da Silva (2021, s/p.)

O século XVIII período em que mais de 90% do total de africanos escravizados foi enviado para as Américas coincide, não por acaso, com a dinamização do sistema capitalista pela transição tecnológica para novos processos de manufatura e a sua consolidação ideológica através do projeto iluminista de transformação social. Este pensamento que constituiu o sistema de comparação, classificação e hierarquização dos grupos humanos, lidos a partir de suas diferenças físicas e culturais, determinou a distinção filosófico-antropológica entre civilizados e selvagens e fundamentou a concepção de povos civilizados e povos primitivos. Por outro lado, foi o alicerce filosófico das

grandes revoluções liberais (Revoluções inglesas – 1640/1689, Revolução americana- 1776, Revolução francesa - 1789) o que representou tanto a vitória de uma ideologia como a justificativa para a imposição mundial dos valores civilizatórios de uma razão universal definida pelos interesses de um determinado grupo social, a burguesia.

Partindo dessa análise, podemos compreender que enquanto os países da Europa e América do Norte extinguiram os regimes de escravidão, os países da América Latina se desenvolveram na escravização e nas diferenças estabelecidas da relação desigual e contraditória entre colonizador e colonizado. Além disso, os países centrais estavam se desenvolvendo a partir do saber científico com vistas ao desenvolvimento tecnológico e econômico, aumentando a sua capacidade de exploração e, apesar de abolido o sistema de escravidão, se mantinham e exploravam economicamente os países colonizados.

Em continuidade às características do escravismo brasileiro, Moura (2021) destaca que em sua segunda fase, denominada escravismo tardio, tem por principal traço o fato de que o moderno e o arcaico se cruzaram, uma vez que as relações capitalistas se sustentaram sobre uma base escravista. Ademais, nessa etapa, a economia brasileira tornou-se dependente do capital estrangeiro, sobretudo inglês, que fornecia os instrumentos de trabalho aos tecidos das vestimentas dos/as escravizados/as. Em consequência do avanço da economia, novos postos de trabalho foram criados, mas na visão dos homens brancos, detentores dos meios de produção, o/a trabalhador/a nacional não atendia às necessidades impostas pelo mercado industrial, sendo a população negra excluída do processo de mobilidade social. Complementarmente, houve o processo de branqueamento da sociedade brasileira, por meio da colocação dos sujeitos negros na linha de frente na Guerra do Paraguai, além do incentivo à abertura dos postos de trabalho para a população europeia e branca.

De acordo com o autor supracitado, enquanto os/as negros/as foram expropriados/as de toda a sua origem cultural, ocupando uma posição econômica de escravo/a, expostos/as a jornadas de trabalho degradantes, torturas e nenhum direito, os/as imigrantes, por outro lado, tiveram a preservação da sua constituição familiar, sua linguagem, reconhecimento como cidadão/ã e trabalhador/a livre, com uma propaganda nacional positiva de integração à sociedade brasileira como trabalhador/a superior, assim como permissão para retornarem ao país de origem, além da garantia

de acordos para se organizarem politicamente e impedimento de castigos corporais (Cf. Moura, 2021).

As diferenças de tratamento aos/as negros/as e trabalhadores/as brancos/as foram apontadas por Fernandes (1965). De acordo com o autor, as transformações históricas, econômicas, sociais e políticas que puseram fim ao regime escravocrata, pouco afetaram as relações raciais, que mantiveram os/as negros/as na mesma situação social do antigo regime: “desalentadora, iníqua e desumana” (Fernandes, 1965, p.1). O autor aponta ainda que com a instituição do trabalho livre, o/a negro/a foi colocado/a à própria sorte para corresponder e atender às necessidades nesse novo mercado que, pela falta de preparo técnico, reservou a eles/as posições braçais, mal retribuídas e degradantes.

Acrescenta o autor que o processo de europeização do território brasileiro, especificamente paulista, culminou com aumento proporcional da população branca, fato que contribuiu para o embranquecimento populacional e ocupação de melhores posições sociais no mercado de trabalho sob argumento de que a utilização da mão de obra de imigrantes contribuiria para alavancar o progresso da sociedade brasileira. Nesse caso:

Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava de ocupações sucessivamente, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder, o negro e o mulato tinham de disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema “com os que não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo” (Fernandes, 1965, p.42, grifo do autor).

Segundo Moura (2021), com a decadência do processo de escravidão da mão de obra negra, restou ao/à ex-escravo/a o subemprego, o desemprego e a marginalização progressiva. Quanto ao trabalho da mulher negra, sobrou as ocupações como empregada doméstica em substituição às atividades anteriormente realizadas da “Mãe Preta” e de “mucama”, o subemprego nas fábricas e a prostituição forçada.

Com efeito, Moura (2021, p.117) aponta que o branqueamento da população brasileira não se deu pelo casamento interétnico, mas pela morte daqueles que ocuparam espaços de trabalho pauperizados que estavam presos na sua condição de miséria: “A sua permanência no nível de marginalizado socialmente é sustentada por

essa ideologia branca que o apresenta e o ideologiza como inferior, mal cheiroso, indolente, cachaceiro, ou, então, rebelde, presunçoso, mal-agradecido e agitador”.

De acordo com Nascimento (2019), a abolição da escravidão isentou os/as brancos/as de sua responsabilidade e a emancipação dos/as negros/as contribuiu para o genocídio cruel desta população, uma vez que a condição legal de cidadão tornou o/a negro/a indesejável e excluído da sociedade, como reflete o autor:

(...) os africanos ex-escravos e seus descendentes, algumas centenas de milhares, se viram atirados a uma “liberdade” que lhes negava emprego, salário, moradia, alimento, roupa, assistência médica e o mínimo apoio material. Muitos africanos “emancipados” e cidadãos foram obrigados pelas circunstâncias a permanecer com seus antigos senhores, trabalhando sob condições idênticas às anteriores, sem nenhuma outra alternativa ou opção. Outros se aventuraram deslocando-se para outras regiões ou cidades, e a única coisa que obtiveram foi desemprego, miséria, fome e destruição. De vítima acorrentada pelo regime racista de trabalho forçado, o escravo passou para o estado de verdadeiro pária social, submetido pelas correntes invisíveis forjadas por aquela mesma sociedade racista e escravocrata (Nascimento, 2019, p. 89, grifo do autor).

Segundo Nascimento (2019), com a Proclamação da República e o exílio da família imperial, essas condições pouco se alteraram no sentido de reconhecimento da cidadania e inclusão do/a negro/a no mercado de trabalho. Pelo contrário, a condição do/a negro/a e da sua família se agravou, acarretando em elevação dos índices de prostituição da mulher negra, criminalidade do homem negro e delinquência da infância negra.

Quanto à questão racial como uma questão social e política, Nascimento (2019) situa que, entre 1920-1937, surgiu um movimento nacional denominado Frente Negra Brasileira (FNB), iniciado em São Paulo, que por meio da imprensa negra denunciava a discriminação racial cujas consequências implicaram na negação dos direitos sociais básicos como trabalho, educação, acesso a estabelecimentos etc. No entanto, com a instituição da ditadura do Estado Novo, a FNB foi encerrada devido a proibição do funcionamento de partidos políticos, associações e movimentos cívicos no período ditatorial. Apesar deste sufocamento, surgiram outras formas de resistência da cultura negra, a exemplo do Teatro Experimental do Negro (TEN), sendo Abdias do Nascimento um de seus fundadores.

Conforme sinaliza Nascimento (2019), na história brasileira, com o fim da escravidão até o Golpe de 1964 (início do período da Ditadura Militar), o/a negro/a não teve qualquer oportunidade para se integrar na sociedade brasileira de forma concreta

e significativa. Os/as negros/as permaneceram ocupando posições marginalizadas na dinâmica social.

Em relação à situação social da mulher negra, Gonzalez (1984) sinaliza que a mulher negra foi vista pelo restante da sociedade a partir de dois estereótipos quanto à sua qualificação profissional: doméstica e mulata. A exaltação aos corpos das “mulatas” e a expressão “quase da família” fizeram e ainda fazem parte do constructo imaginário do mito da democracia racial no Brasil.

Na mesma perspectiva de análise sobre a situação da população negra (homens e mulheres), Nascimento (1978) em sua obra “Genocídio do negro brasileiro”, refere que a mulher negra foi explorada sexualmente pelo colonizador e que isso foi colocado na história brasileira como uma relação saudável de interação sexual entre o homem branco e a mulher negra. Entretanto, no contexto pós-abolição se perpetuaram relações desiguais entre homens negros/mulheres negras e homens brancos/mulheres brancas, sendo posto aos/as negros/as o lugar de subserviência em ocupações e serviços precarizados que não promovem a ascensão social.

As tentativas de equiparação social por muito tempo foram negadas enquanto atuação do Estado brasileiro, isto se deu sobretudo pela negação do racismo, ancorado no discurso da democracia racial. Dentre tantos direitos negados, destacam-se a falta de acesso à educação, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a dificuldade de participação política por meio do voto, uma vez que pessoas analfabetas não participavam do processo eleitoral.

Sobre os direitos políticos da população negra, consideramos pertinente ressaltar essa reflexão trazida por Arantes (2018, p.21):

(...) É possível afirmar que a proibição do voto dos analfabetos no século XIX é um mecanismo utilizado para impedir o acesso à plena cidadania da população negra, sem que seja necessária a utilização de marcadores raciais, pois ao se proibir o voto das pessoas analfabetas, na prática proibiu-se o voto das pessoas negras. De forma que, a proibição do voto por parte das pessoas analfabetas foi utilizada pelas elites políticas como um subterfúgio racial para negar a cidadania da população negra sem explicitamente se falar em raça.

Partindo desses aspectos, podemos depreender que o racismo foi naturalizado e negado na sociedade brasileira e que apenas através do movimento organizado de homens e mulheres negros/as houve alteração do quadro para incorporação das reivindicações na agenda pública do Estado, resguardadas as diferenças entre o movimento feminista e o movimento negro.

3.2. Desigualdade racial e de gênero no Brasil e a agenda pública do Estado

Conforme explicitado no tópico anterior, na história do Brasil sempre houve um esforço em negar a existência do racismo, prevalecendo por muito tempo a ideia da miscigenação de forma positiva e a inexistência de conflitos entre brancos/as e negros/as. As produções teóricas foram balizadas pelo racismo científico, cujas repercussões ainda se manifestam na atualidade, nas relações sociais cotidianas, sobre as quais se materializam as desigualdades sociais de raça, classe e gênero.

Destacamos a análise feita por Carneiro (2023), a qual demonstra que a raça, assim como o gênero, possuem uma perspectiva teórica e política. Na sua compreensão, as produções teóricas desenvolvidas sobre esses temas assumem um duplo objetivo: compreender as relações sociais desiguais e modificar a realidade. Situa a autora que, diferente da categoria gênero que foi pensada por mulheres vinculadas ao feminismo, a categoria raça foi pensada pelo sujeito cognoscente (homem branco) que estudava sobre os outros.

Então, na análise do pensamento social brasileiro, percebemos que os estudos foram feitos sobre o negro na condição do outro, sem reconhecê-lo como sujeito, tampouco sem direitos. Diferentemente, os estudos sobre gênero, realizados por mulheres brancas, embora com resistências da sociedade cis-hetero-patriarcal, produziram mudanças no cenário social e político com garantias na perspectiva do reconhecimento dos direitos civis e políticos para as mulheres.

Sobre a questão racial, Osório (2021) nos mostra que ao longo do tempo sempre houve justificativas para a desigualdade racial, seja balizada no discurso religioso ou científico. Essa desigualdade foi mantida e nunca foi de interesse combatê-la, como pode ser visto neste fragmento:

A desigualdade racial entre os senhores brancos e os escravos negros, indígenas, e mestiços era justificada, de início, pela suposta superioridade religiosa; depois com a emergência do racismo pseudocientífico do século XIX, também por fantasias de superioridade biológica e cultural. Durante a maior parte da história brasileira, a desigualdade racial foi reconhecida, preservada e garantida contra a resistência dos negros. Objetivava-se mantê-la, não combatê-la (Osório, 2021, p.7).

De acordo com o autor, o racismo pseudocientífico fundamentou a ação estatal por meio de uma política para o branqueamento da população. Políticas, programas e projetos para diminuir ou enfrentar as desigualdades econômicas e sociais entre

brancos e negros inexistiam, pois o pensamento social brasileiro se fundamentou em uma democracia racial. Conforme Osório (2021), do período pós Independência do Brasil até a década de 1980 foi esse pensamento ancorado na democracia racial que balizou as ações estatais.

Na mesma linha de pensamento, de acordo com Kabengele Munanga (1996 apud Carneiro 2023), os estudos sobre a raça e negros/as, inicialmente tiveram uma perspectiva historiográfica e biológica, depois, a partir dos anos 1970, com a constituição do movimento negro, como movimento social, foram se abrindo outros campos e formas de análise, com implicações para a proposição de políticas públicas.

O estudo de Assis (2022) aponta três obras que foram reconhecidas por Vellozo (apud Assis, 2022) para explicar a formação social brasileira, quais sejam: Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda; e Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior. Aqui, abrimos um parênteses para rememorar que na Graduação em Serviço Social, na disciplina “Questão Social no Brasil”, textos do livro de Caio Prado Júnior compuseram como referência, mas como apontado por Assis (2022), essas obras apresentam limites e esses situam-se nos seguintes aspectos:

o papel do negro na sociedade brasileira é romanceado, suprimido, inerte ou ainda anímico. Para além das lacunas deixadas por tais obras, ainda é preciso apontar que elas, como outras que se seguiram, expressam o racismo que formata o pensamento social brasileiro (Assis, 2022, p.69).

A autora supracitada pondera que ainda que alguns autores, a exemplo de Caio Prado Júnior, se projete no quadro teórico do marxismo, a sua obra não consegue alcançar as bases da sociedade escravista e seus desdobramentos.

Ainda sobre a conformação do pensamento social brasileiro, Osório (2008), apresenta as três ondas teóricas que estudaram as relações raciais na sociedade brasileira e como estas negaram ou contribuíram para a constituição das políticas públicas. Osório (2008) escolhe utilizar a expressão onda teórica, pois em sua análise a palavra onda traz a noção de continuidade, fluidez e diferença.

De acordo com o autor, a primeira onda tem como principal ponto o enaltecimento das relações raciais e do processo de miscigenação, negando qualquer conflito em torno da raça e afirmando que as desigualdades se situavam pela transição da sociedade de castas para sociedade de classes, sendo possível qualquer pessoa, independente de raça, ascender socialmente. Defendia-se a existência do preconceito

de classe, mas negava-se o preconceito racial. Para os teóricos dessa perspectiva, a posição de destaque ocupada por alguns negros e mestiços era a prova da inexistência do preconceito racial.

A segunda onda foi mais heterogênea e o ponto de convergência entre os autores dessa perspectiva foi o posicionamento em refutar as ideias de inexistência do preconceito racial no Brasil. Os seus representantes afirmavam com veemência a existência do preconceito racial e que este só poderia ser entendido a partir da história, particularizando as relações raciais e a sua origem, com início no regime escravista. Alguns teóricos conseguiram comprovar que um grupo de imigrantes italianos com qualificação inferior a de negros/as conseguiam ascender socialmente mais rápido que o grupo de negros/as; ou seja, comprovava-se que as barreiras raciais atuavam paralelamente às barreiras de classe. Osório (2008) indica como representantes desse pensamento Florestan Fernandes (1965), Fernando Henrique Cardoso (2000 apud Osório, 2008) e Octavio Ianni (1987 apud Osório, 2008).

Osório (2008) aponta que a terceira onda, por sua vez, difere das demais. Tem uma perspectiva a partir da vivência do preconceito racial, destacando a experiência de ser negro/a na sociedade de classes, refletindo, por exemplo, quem vai ser abordado por policiais, o acesso às oportunidades como educação e profissão, além das condições de moradia e renda. Para Osório (2008), o pensamento do principal representante desta onda, Carlos Hasenbalg (2005 apud Osório, 2008), converge ao pensamento de Florestan Fernandes (1965), ressalvadas algumas diferenças, conforme pode ser visto neste fragmento:

Se para Fernandes o racismo existe, mas tende a desaparecer na transição para a modernidade, com a instalação da sociedade industrial de classes, da democracia representativa liberal e da massificação da educação, para Hasenbalg somente a atividade política dos negros pode romper com o ciclo cumulativo de reprodução das desigualdades a que estão sujeitos, e que ele delinea a partir do estudo da mobilidade social diferencial de negros e brancos no Brasil (Osório, 2008, p.84).

Osório (2021) aponta que os estudos desenvolvidos por Hasenbalg e Silva (1988, 1999 apud Osório, 2021, p. 11)

[...] mostraram como, de uma geração para outra, a desigualdade racial era transmitida como desigualdade de classe, depois reforçada por mais discriminação racial, em um ciclone de desvantagens cumulativas. Ou seja, como são maioria entre os pobres, os negros têm maior probabilidade de nascerem na pobreza, de sofrerem as consequências da pobreza na primeira infância, na escola, e, depois, de restrições de oportunidades de ascensão socioeconômica. Sobre todas essas desvantagens, acumulam-se camadas

de discriminação. Essa carga pesada é passada à próxima geração, que reinicia o ciclo.

Conforme assevera Osório (2008), a produção de conhecimento paulatinamente passou a considerar o racismo como estruturante na determinação das desigualdades sociais, mas a proposição das políticas públicas em defesa da população negra se deu sobretudo por meio do movimento social e político, especialmente do movimento negro, colocando o racismo em pauta como um problema social que se manifesta tanto nas relações individuais, manifestado pelo preconceito e discriminação racial, como também pela atuação do Estado e instituições.

Seguindo a análise de Osório (2008; 2021), a primeira onda ao negar a existência do racismo respaldou a ação do Estado e das classes dominantes quanto à inexistência de estratégias para diminuir as desigualdades entre brancos/as e negros/as. A partir da segunda onda, começou-se a suscitar a discussão sobre o racismo, bem como as desigualdades passaram a ser fundamentadas, também, a partir do preconceito. Destaca o citado autor que a terceira onda produziu impacto na proposição de políticas de ações afirmativas, exemplificando as cotas raciais para ingresso de estudantes ao ensino superior como iniciativas de reparação histórica. Contudo, as ações afirmativas, sobretudo a política de cotas, sofrem ataques daqueles/as que insistem em negar a existência do racismo e defendem a meritocracia cunhada nos princípios liberais.

Não poderíamos, no escopo desta dissertação, deixar de mencionar o pensamento de Almeida (2019) acerca do racismo. Para ele, há algumas perspectivas que compreendem o racismo a partir de uma concepção individualista, institucional e estrutural.

Quanto à concepção individual, o racismo é colocado na ordem psicológica ou comportamental de determinados indivíduos, não sendo necessária a intervenção do Estado para enfrentar as desigualdades sociais, por exemplo. Em relação à concepção do racismo institucional, o autor destaca que há um salto teórico, o qual rompe com a perspectiva de problema individual, ao considerar que as instituições exercem um papel que pode fornecer desvantagens ou privilégios com base na raça. “No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (Almeida, 2019, p. 31).

Em sua concepção estrutural, Almeida (2019, p. 42) afirma que a mesma se desdobra em processo político e processo histórico:

O racismo é processo político. Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros.

Como processo histórico, o racismo está relacionado às particularidades de cada formação social e se manifesta de duas maneiras: 1) de forma circunstancial e específica; 2) em conexão social com as transformações sociais. Quanto à primeira, se dá pelas particularidades e diferenças em cada sociedade, ou seja, a experiência e a condição de ser negro/a no Brasil difere dos Estados Unidos, por exemplo. Em relação à segunda, o racismo está vinculado a quatro elementos que o conformam como estrutural: a ideologia, a política, o direito e a economia.

Almeida (2019) assevera que os aspectos que compõem o racismo estrutural não se dão de forma separada, mas imbricadas. Contudo, didaticamente, ele apresenta alguns aspectos que conformam cada um desses elementos.

Em relação à ideologia, o autor demonstra que na nossa formação social, educacional e política, através dos processos formativos, somos influenciados/as, consciente ou inconscientemente, para o racismo, exemplificando que nas novelas as mulheres negras são representadas como empregadas domésticas e o homem negro como bandido. A influência ideológica na educação se dá pela ausência ou invisibilidade das pessoas negras que compuseram a história, colocando o/a negro/a em uma posição de submissão, com contribuições restritas à culinária ou ao folclore, por exemplo. Além disso, ainda acrescenta o autor que as teorias racistas se fundamentam no discurso científico para justificar as desigualdades raciais, bem como para justificar as ações de exploração econômica, de violência e opressão.

No que concerne à questão política, Almeida (2019) traz como aspecto relevante o papel do Estado, o qual pode assumir uma concepção liberal, social-democrata ou neoliberal. Dentre essas concepções, o Estado em sua concepção neoliberal nega a existência do racismo, embora direcione sua atuação de forma punitiva e opressora à população negra.

Dentro da perspectiva do racismo relacionado ao direito, Almeida (2019) cita o aparato legal que se constituiu para criminalizar práticas racistas, assim como as normas que instituíram direitos à população negra. O autor destaca dentro do plano

internacional, a Declaração Internacional de Direitos Humanos, e no nacional, a Constituição Federal de 1988, como precedentes para a implementação de ações afirmativas.

Por fim, em relação à economia, como quarto elemento que compõe o racismo estrutural, Almeida (2019) afirma que falar no aspecto econômico é falar sobre desigualdade, sendo a raça um fator determinante. No contexto do neoliberalismo e da austeridade fiscal, há o fortalecimento do discurso ideológico do empreendedorismo e da meritocracia, além do fortalecimento da segurança pública.

A compreensão sobre o racismo estrutural nos fornece subsídios para compreender a falta de atuação do Estado brasileiro frente à questão racial. Conforme discussão apresentada no tópico anterior, Nascimento (2019) afirmou que até o golpe de 1964 não havia ações efetivas por parte do poder estatal voltadas ao atendimento da população negra. Situamos que a ditadura civil-militar no Brasil teve início em 1964 e o momento de abertura política em 1985 proporcionou a elaboração da Constituinte com a participação dos movimentos sociais organizados para incorporar demandas da população negra.

Importante situar que as políticas públicas são resultado de uma correlação de forças e que as políticas públicas de reparação histórica à população negra se deu a partir do movimento negro que pautou as discussões na arena política, sendo algumas dessas reivindicações incorporadas na agenda do Estado. Reconhecemos que a afirmação de direitos e delineamento de políticas públicas se faz tanto no âmbito teórico como no campo das lutas, a qual não se realiza de forma consensual, mas a partir de uma correlação de forças entre movimentos sociais e o próprio Estado.

Consideramos que a diversidade e a pluralidade dos movimentos sociais traz o impacto para o Estado, o qual deve considerar as particularidades de cada uma das pautas apresentadas para tornar a política pública mais equânime.

Em relação ao Movimento Negro, há uma perspectiva que entende esse movimento de forma ampla, apontando as formas de aquilombamento e resistência ainda no período da escravidão e, em contraponto, há outra perspectiva que relaciona o movimento negro às lutas e reivindicações criadas após a Proclamação da República até a contemporaneidade, na constituição do Movimento Negro Unificado (MNU) na década de 1970 (Cf. Figueiredo, 2018). Como visto no tópico anterior, existiram outras formas de organização do movimento negro, como a FNB e o TEN. Em relação ao MNU, Figueiredo (2018) destaca algumas contribuições como:

a desmistificação da mestiçagem, considerada como uma ideologia alienadora e, conseqüentemente, a crítica à democracia racial brasileira, como ideologia, como conceito interpretativo sobre o Brasil; A substituição do dia de 13 de Maio pelo dia 20 de Novembro, como o dia Nacional da Consciência Negra; O combate aos estereótipos raciais; A demanda pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares; A assunção de religiões de matrizes africanas; A ressignificação do termo negro para autoclassificação da cor no Brasil – a popularização do termo está intimamente relacionada às questões de afirmação da identidade negra/ e a criação de uma área específica de direito e relações raciais. (Domingues, 2007;Carneiro, 2003 apud Figueiredo, 2018, p. 1089).

No que diz respeito às pautas do movimento negro, Procópio da Silva (2018) realiza um breve histórico da atuação do Estado brasileiro após a instituição do estado democrático. Ainda na década de 1980, refere a autora sobre a criação da Fundação Cultural Palmares, criada por lei para realizar estudos e pesquisas sobre a história e cultura da população negra. Cita também a criação da Lei Caó que definiu como crime o ato de praticar ou incitar o preconceito de raça, etnia, religião ou nacionalidade.

Em relação a década de 1990, a autora indica que foi um período pouco produtivo, devido ao ideário neoliberal e a condução para o enxugamento do Estado. Apesar da ínfima atuação do Estado, o movimento negro, como movimento social organizado, idealizou a Marcha Zumbi dos Palmares, realizada no dia 20 de novembro de 1995, em Brasília, pautando as reivindicações do movimento na arena política. A autora situa que após essa mobilização, no período que se estende de 1995 a 2002, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram produzidas 28 legislações federais.

De acordo com Jaccoud (2008), a construção das políticas públicas teve relevância a partir dos anos 2000, destacando-se as intervenções voltadas para a valorização da história e da cultura negra, o estabelecimento de cotas para o ingresso de estudantes no ensino superior e ações voltadas para o enfrentamento do racismo institucional. A autora enfatiza como um marco a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) como um espaço dentro da organização federal para realização de ações mais estruturadas para o combate ao racismo, destacando os seguintes programas:

i) Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI); ii) ações afirmativas de promoção de acesso ao Ensino Superior; iii) ações de implementação da Lei no 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão no currículo do Ensino Básico do estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira; iv) Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos, do Ministério Público do Trabalho (MPT) (Jaccoud, 2008, p. 141).

Em relação ao movimento feminista, podemos compreendê-lo como movimento político e acadêmico. Segundo Costa e Sardenberg (2008), o pensamento feminista brasileiro tem sua origem nas obras de Nísia Floresta Brasileira Augusta no século XIX, cujas reflexões produzidas tratavam sobre a condição feminina na sociedade. As autoras pontuam que o feminismo brasileiro teve várias fases e facetas, da luta sufragista à reformista, sob influência dos feminismos dos países centrais.

Costa e Sardenberg (2008) sinalizam que a luta pelo direito ao voto marcou a primeira metade do século XX, sendo esse direito reconhecido em 1932 na chamada “Revolução de 1930”. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) foi importante para grandes conquistas na luta pela emancipação social da mulher e contra as discriminações sociais. A FBPF foi vinculada ao chamado feminismo liberal. Outra representação do movimento feminista brasileiro vinculada ao socialismo ou ao chamado “feminismo de esquerda” não se diferenciava do feminismo socialista mundial. Em contraponto a essas correntes dominantes, há registro da Liga Comunista Feminista liderada por Maria de Lurdes Nogueira. As autoras assinalam que no momento do estabelecimento da ditadura civil militar de 1964 todas essas manifestações foram silenciadas como os outros movimentos populares (Cf. Costa e Sardenberg, 2008).

Pontuados alguns aspectos históricos do movimento feminista brasileiro e o seu sufocamento imposto pelos militares, Costa e Sardenberg (2008) apontam que o evento da Organização das Nações Unidas (ONU) realizado em 1975 na cidade do Rio de Janeiro gerou fôlego para a reunião das mulheres no intuito de discutir a condição feminina, influenciadas pelo “novo feminismo” advindo da Europa e dos Estados Unidos. “Esse feminismo moderno, articulado em torno da afirmativa de que o pessoal é político, traz como novidade o questionamento da divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, do papel tradicional da mulher na família e na sociedade” (Costa e Sardenberg, 2008, p. 42).

Em relação ao Movimento de Mulheres Negras (MMN), que reposiciona a discussão e a especificidade da mulher negra no movimento feminista e no Movimento Negro Unificado (MNU), Rodrigues e Prado (2010) apontam que o MMN colocou a questão racial e a proposta de enegrecer o feminismo e sexualizar o movimento negro, pois em ambos os movimentos havia um direcionamento para a invisibilidade da mulher negra, conforme exposto por Carneiro (2011, p.121):

As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra, invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres.

Em relação às demandas do movimento feminista e das mulheres negras, temos a consolidação de algumas políticas e programas. Ainda na década de 1980 no período de formulação da Constituinte, grupos de mulheres se empenharam para a garantia da isonomia entre homens e mulheres, com garantias de alguns direitos como: licença maternidade, acesso ao planejamento familiar, proteção contra à violência no âmbito da família, entre outros. Destacam-se também a criação dos conselhos de direitos nas políticas públicas e as Delegacias Especializadas para atendimento às mulheres em situação de violência nos anos 1990. Em 2002 foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, transformada em Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003 (Cf. Reis Prá, 2013).

Consideramos relevante pontuar que os anos 2000 foi marcado pela política econômica neodesenvolvimentista nos países da América Latina com resultados econômicos satisfatórios e com grande aprovação social. As estratégias adotadas pelo Estado tinham forte vinculação aos anseios da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

Segundo Mota (2012), o neodesenvolvimentismo, ressalvadas algumas determinações, têm suas bases no nacional desenvolvimentismo que orientou os países periféricos no período de 1940-1970. O neodesenvolvimentismo tem por principal característica a elevação do crescimento econômico e melhor distribuição de renda.

Dentro da perspectiva de atuação do Estado frente às desigualdades sociais foram gestadas ações e estratégias para efetivar a política de igualdade racial e de gênero no Brasil. Essas políticas estavam se afirmando, sendo incluídas dentro da estrutura do Estado por meio de secretarias específicas de políticas públicas e no desenvolvimento de programas de forma enredada e transversal no trato sobre as temáticas de gênero e raça para enfrentar o racismo e sexismo estrutural da sociedade brasileira.

Com a derrocada dos governos de esquerda, após o impeachment em 2017, foi inibida toda ação do Estado voltada para minimizar os impactos das desigualdades

sociais baseadas no gênero e na raça. As ações específicas que foram desenvolvidas durante os governos de esquerda foram colocadas em um pacote conservador por grupos vinculados ao pentecostalismo religioso e reacionário que se forjaram dentro do cenário político e contrários a reparação histórica do Estado para o povo negro e contra a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de meninas e mulheres.

3.3. Contra todo o “mimi”: a extrema direita brasileira e avanço do conservadorismo

A extrema direita é um fenômeno global, que tem despertado olhares e reflexões tanto na mídia como nas ciências. As ideias radicais, os ataques à democracia, se ancoram a partir de um discurso fundamentalista liberal, conservador e religioso.

Segundo Osório Severo et al (2022), o movimento da extrema direita surge como uma resposta à crise global do capitalismo e à crise de legitimidade do Estado, tanto pela falta de representatividade política, desacreditada pela massa da população quanto pela deficiência na resolução dos problemas sociais, promessas não cumpridas durante os governos de esquerda.

De acordo com Yazbek (2020), o avanço da nova direita tanto internacional como nacionalmente, se pauta pela moral familista e religiosa, com traços fascistas, que se expressa pelo individualismo exacerbado, preconceituoso, pressionado pelo consumo e suprimimento de necessidades e conquistas imediatas.

Segundo Harvey (2007), as ideias extremistas situam-se a partir do ideário neoliberal, os quais recorrem à defesa dos direitos individuais e de liberdade como centrais para a civilização, que são ameaçados pelo fascismo, comunismo e pelo excesso de intervenção do Estado, sendo necessário estabelecer e defender o livre mercado.

A defesa da liberdade legítima e naturaliza a forte intervenção do mercado nas empresas públicas e na limitação da organização dos movimentos sociais e sindicais, destituindo-os de filiação e negando qualquer tipo de proteção social. Nesse caso, são enfatizados valores e proteções de cunho individual que coadunam ao ideário neoliberal.

Harvey (2007) aponta que a razão neoliberal é a busca pela retomada de poder e do status quo da classe capitalista, como assinala o autor:

(...) há fortes evidências de que a vaga neoliberal esteja associada de certa maneira, e em algum grau, com o projeto de restaurar ou reconstruir o poder das classes altas. Portanto, poderíamos analisar a história do neoliberalismo não só como um projeto utópico fornecendo um modelo teórico para a reorganização do capitalismo internacional, mas também como um projeto político visando tanto restabelecer as condições para a acumulação de capital como restaurar o poder de classe (Harvey, 2007, p.10).

O autor exemplifica como se conformou essa restauração de poder de classe capitalista nos EUA, entre os anos de 1970-1990, a qual se deu primeiramente pela combinação de grandes empresários e base popular de cunho moral, com incremento da direita cristã, posicionando em defesa dos valores morais e contrários às feministas, gays, lésbicas e grupos minoritários. Em segundo, com a recessão fiscal dos EUA e o sistema financeiro justificavam o enxugamento do Estado e dos gastos sociais, sobretudo priorizava os ativos dos investidores em detrimento do bem estar da população como um todo. O terceiro elemento, aponta o autor, se realizou por meio do assalto ideológico através da construção de uma narrativa de que era necessário tirar o governo das costas do povo, buscando convencer a população de que era necessário reduzir o Estado, reforçando as liberdades individuais, fundamentando-se no empreendedorismo e consumo individualizado.

Seguindo esse raciocínio, Dardot e Laval (2016) apontam que o neoliberalismo é um projeto social e político, o qual não se restringe à esfera econômica. Por se configurar dessa forma, tem capacidade de reunir forças e poderes no âmbito nacional e internacional, cujas decisões e ações exercem uma função política de escala mundial. Além disso, citam os autores que o sistema neoliberal cria novas formas de subjetivação, de que não há identificação com a coletividade, mas uma subjetividade voltada para a questão individual (cidadão-empresa), sem compromisso com a solidariedade. Os autores defendem que o neoliberalismo não é apenas uma razão de mundo, é a razão-mundo, a qual opera e cria uma nova racionalidade que estabelece novas formas de existências, que abarca a totalidade da vida humana. Pontuam os autores:

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da "modernidade". Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (Dardot; Laval, 2016, p.14-15).

Dardot e Laval (2016) diferem de Harvey (2007) ao apontarem que há uma restrição de análise ao considerar as experiências neoliberais nos países da Argentina, Chile e EUA, tomando-se como referência o programa econômico da Escola de Chicago. Os autores apontam que a forma como o neoliberalismo se estabelece pode ser comparada com uma guerra que se utiliza de todos os meios para se firmar. Exemplificam essa afirmação destacando que a livre concorrência não ocorre apenas entre os mercados, mas sobretudo entre os indivíduos que são compelidos a obedecer às normas da sociedade neoliberal.

Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) elucidam que o neoliberalismo não é um retorno ao liberalismo clássico do século XVIII, tampouco o seu extravio. Eles defendem que o neoliberalismo é o desenvolvimento da lógica do mercado que alcança o Estado e a subjetividade dos indivíduos. As estratégias das políticas neoliberais foram e são utilizadas tanto pelos governos de esquerda quanto pelos de direita. Entretanto, a direita, sobretudo, limita a capacidade de organização e participação democrática de setores da sociedade.

Outro aspecto relevante apontado por Dardot e Laval (2016) trata-se da financeirização da economia, uma vez que diante da crise econômica mundial entre as décadas de 1970-1980, houve uma virada econômica. O mercado financeiro passou a interferir sobre Estados e governos e a sua forma de organização impactou sobre os indivíduos. Aqueles oriundos das classes média e alta passaram a se autogerir no sentido de investimentos, reservas para aposentadoria, compra de casa própria, pagamento dos próprios estudos e a se auto satisfazer no mercado, opondo-se à intervenção do Estado. A ideologia que se firma é ser contra a intervenção estatal. No entanto, os autores demonstram que o Estado é estratégico ao neoliberalismo, pois o mesmo tem sua função específica, conforme explícito abaixo:

O grande tema neoliberal afirma que o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo. Não é o mercado que destrói a sociedade civil com sua “sede de lucro”, porque ele não poderia funcionar sem essas virtudes da sociedade civil; é o Estado que corrói as molas da moralidade individual (Dardot; Laval, 2016, 205-206).

Outro aspecto apresentado pelos autores diz respeito à questão dos valores relacionados à moral, religião e à proteção à família, contra toda ação estatal de combate às desigualdades sociais, pois para a ideologia neoliberal, a intervenção do Estado retira a coragem para o trabalho.

[...] A única guerra contra a pobreza que se sustenta é a volta aos valores tradicionais: Trabalho, família e fé são os únicos remédios para a pobreza. Esses três meios estão ligados, já que é a família que transmite o sentido do esforço e a fé. Casamento monogâmico, crença em Deus e espírito de empresa são os três pilares da prosperidade, uma vez que nos livramos da ajuda social, que apenas destrói a família, a coragem e o trabalho (Dardot; Laval, 2016, p.207-208).

No que toca à realidade brasileira, vimos que a defesa pelos valores da família foi o mote da campanha do ex-presidente Bolsonaro. Mas, importante destacar o que antecedeu o bolsonarismo, ou seja, cabe pontuar e situar o contexto histórico, social e político que favoreceram o êxito da extrema direita no Brasil. Assim, recapitulamos que o primeiro governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (2010-2014), do PT, foi palco do ressurgimento dos movimentos sociais no movimento conhecido como Jornadas de Junho. Esse movimento ganhou amplitude através das redes sociais, tendo, de início, como pauta a redução da tarifa das passagens de ônibus e contra o excesso de gastos públicos em obras voltadas para grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O movimento, que se dizia apartidário, trazia o descontentamento com os governos de esquerda, caracterizando-se sobretudo como anticorrupção, em defesa das liberdades individuais e dos valores morais. Esse movimento teve aceitação da mídia e permissão da Segurança Pública por se apresentar como movimento cívico (Secco, 2013).

De acordo com a análise do sociólogo Firmiano (2020), o projeto nacional neodesenvolvimentista promoveu uma melhora conjuntural, por meio dos programas sociais instituídos, no entanto, nessa atuação conciliatória, camuflou as forças reacionárias que estavam ocultas desde o fim da ditadura civil-militar, ressurgindo no cenário após as jornadas de junho de 2013, ocupando as diversas manifestações nacionais. Situa o autor:

(...) E na derrocada neodesenvolvimentista, a partir de 2014, concomitante à ascensão da judicialização/policialização da política brasileira, o fenômeno ganhou projeção, na justa medida da crise econômico-social, da insatisfação generalizada de mais de uma década de uma espécie de integração social via ampliação do consumo popular, políticas focalizadas contra a miséria, pelos vetores moralistas da religião, da justiça e da preservação da ordem – vetores que serão os sustentáculos ideo-políticos do governo Bolsonaro. Eis aí a escalada do bolsonarismo no Brasil, uma confluência virtuosa entre a defesa enérgica de valores morais e religiosos conservantistas, práticas políticas mediadas pelo favor e pelo clientelismo, cultura de intolerância, receituário ultra neoliberal na economia, base social despolitizada pelo consumo e base política constituída na reificação das redes sociais. Ou, de outro modo, uma variante, a mais drástica até agora, do autoritarismo gestado no seio da crise estrutural do capital que penetra a sociedade periférica e dependente (Firmiano, 2020, p. 35).

Em 2015 foi deflagrada, pela Polícia Federal, a Operação Lava Jato para investigar os casos de corrupção relacionados à empresa estatal, Petrobrás, durante os governos petistas. De acordo com Bello, Capela e Keller (2021), a Operação Lava Jato estava vinculada ao movimento anticorrupção das Jornadas de Junho de 2013, pela insatisfação da classe média aos governos petistas e contra o excesso dos gastos para construção de estádios, entre outros empreendimentos, para os eventos esportivos (Copa do Mundo, 2014 e Olimpíadas do Rio, 2016). Segundo os autores, esse movimento se direcionou para o questionamento do sistema político como um todo.

Embasado nesse movimento de insatisfação da população com o sistema político, surgem lideranças que se colocam como diferente do que estava posto, apresentando ideias radicais e atendendo aos anseios vinculados à ordem moral e cristã. No Brasil, por exemplo, o representante da extrema direita apresentava em seu discurso as seguintes frases, que valorizam a Pátria e a religião cristã: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos! Nossa bandeira nunca será vermelha!; e Deus, Pátria e Família.

Conforme apontam Almeida, Barreto e Cunha (2017), houve um crescimento dos movimentos sociais na América Latina, os quais emergiram sobretudo da classe média, que demonstrava a insatisfação com o regimento do Estado. Afirmam os autores:

(...)Acredita-se que os movimentos latino-americanos possuam traços comuns, dentre eles a vivência de mudanças sociais como o crescente número de pessoas que passaram a compor a chamada classe média. Em geral, essas ações são demonstrações claras de insatisfações com o funcionamento do Estado, da administração pública e a falta de legitimidade dos partidos e da classe política (Almeira, Barreto e Cunha, 2017, p. 208).

Segundo Silva (2019), os fatos que sucederam as jornadas de junho culminaram numa grave crise política até o impedimento da ex-presidente Dilma, em 2016. O impeachment foi orquestrado pelas classes altas, mercado financeiro, judiciário, setores religiosos, mídia e oposição, as quais não aceitaram o resultado das urnas nas Eleições de 2014 quando a presidenta Dilma foi reeleita.

Com a ascensão de Michel Temer à Presidência da República foram aprovadas a Reforma Trabalhista (redução do Poder Sindical), Reforma da Previdência e Emenda Constitucional 95 (limita o teto de gastos), concretizando as propostas do documento “Uma ponte para o futuro”, projeto alternativo apresentado por Temer e pelo seu partido, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De acordo com Silva

(2019), esse governo transitório teve como ponto de partida dar encaminhamento a uma agenda de desmonte das políticas públicas, forçando a desoneração orçamentária e de investimento público em áreas de interesse econômico da iniciativa privada.

Além do arrefecimento na questão econômica, o governo transitório de Temer atuou na retomada do primeiro damismo e o posicionamento da mulher na esfera do lar. A reportagem de Linhares (2016), da revista *Veja*, apresentou Marcela Temer, esposa de Michel Temer, como bela, recatada e do lar. Essa matéria, de cunho sexista, apontava os planos da futura primeira dama de aumentar a família, descrevendo a rotina de uma mulher empenhada nas atividades de cuidado com o filho e com o lar. O ex - presidente Michel Temer assumiu a presidência deixada por uma mulher, essa reportagem trouxe a mensagem implicitamente de que mulheres não devem ocupar espaços de poder, devem se restringir à esfera do doméstico.

A bancada conservadora no Congresso Nacional, popularmente chamada bancada da Bíblia, teve um protagonismo relevante, atuando sobretudo contra os direitos sexuais e reprodutivos, especificamente contra o aborto, mesmo nas situações regulamentadas. Além dos ataques aos direitos da população LGBTQIAPN+.

De acordo com Toitio (2020), Bolsonaro, enquanto deputado federal, foi uma das principais vozes contra os direitos sexuais reprodutivos e a pauta LGBTQIAPN+. O pânico moral em torno do chamado 'kit gay', o qual tratava-se de materiais didáticos para prevenir o preconceito e a lgbtfobia no ensino médio de escolas públicas, foi recuperado no período eleitoral, assim como a pauta sobre o aborto. Esses pontos foram aglutinadores de religiosos, entidades civis e partidos políticos contrários a essa agenda. O autor recupera ainda que a proposta do plano de governo Bolsonaro para a educação e cultura estava centrada contra a doutrinação e ideologias, colocando no mesmo pacote a teoria marxista e a chamada ideologia de gênero.

Compreendemos que esses pontos foram estratégicos para criar o pânico moral e traçar o percurso da extrema direita. A ideologia de gênero citada pelo reacionarismo faz parte desse aparato ideológico conservador sobre as corporeidades travestis e trans, fomentando o discurso de ódio e ações violentas sobre esses corpos.

Recuperamos a discussão produzida por Miskolci e Campana (2017), os quais informam que o enfrentamento à ideologia de gênero teve início logo após a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, organizada pelas Nações Unidas, em

1995, por meio do documento do então Cardeal da Igreja Católica, Joseph Aloisius Ratzinger. No documento, o cardeal menciona que ao reconhecer a liberdade das mulheres abre-se caminho para outras possibilidades da sexualidade humana que divergem da questão biológica, dando liberdade às pessoas de se moldarem ao seu gosto, contra à criação divina, tornando-se o próprio Deus.

Apesar das divergências entre católicos e evangélicos, essas duas vertentes religiosas se uniram em favor da pauta moral difundida pela chamada “ideologia de gênero”. Miskolci e Campana (2017) pontuam que os católicos têm uma afinidade com a esquerda relacionada à questão econômica e uma aproximação com a direita no que se refere à moral. Os autores supracitados apresentam três elementos que são comuns às realidades da América Latina em torno das questões de gênero e sexualidade: 1) todas ocorreram na virada do milênio; 2) emergiram em países governados pela esquerda; e 3) deflagraram-se em torno de reformas legais e educacionais.

Ainda de acordo com os autores supracitados, em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil reconheceu a união civil entre pessoas do mesmo sexo, seria lançado o programa Escola sem Homofobia, mas devido à pressão política da bancada conservadora que denominava o material como ‘kit gay’, acabou sendo vetado pela ex-presidenta Dilma Rousseff (Cf. Miskolci; Campana, 2017).

Essa sequência de fatos, somados ao pentecostalismo religioso, tornaram-se um terreno fértil para o êxito da extrema direita no Brasil, que apresentava em seus discursos a repulsa às demandas relacionadas a gênero e raça, sendo chamada de pauta identitária que limitava à liberdade de expressão (Kyrillos; Simioni, 2022).

O aspecto da religião é um aspecto relevante que não pode ser negado, pois há uma articulação entre neoliberalismo e os fundamentos religiosos, precisamente pentecostais, frente às desigualdades produzidas pelo próprio capital.

Segundo Côrtes (2021), o acionamento teológico no pentecostalismo disputava espaço com o crime na condução das condutas dos moradores de favelas das cidades de médio e grande portes. No pentecostalismo, as condições de pobreza vivenciadas pelos sujeitos e humilhações sofridas por essas pessoas nas relações de trabalho são expressas por meio de seus testemunhos, expressos em ordem subjetiva, como um tormento e provações necessárias para o recebimento da graça, nas promessas de uma vida melhor. Conforme aponta a autora:

O pentecostalismo ofereceu então, de forma plástica, uma nova gramática social e simbólica, capaz de traduzir como os sujeitos pensam seus lugares no mundo social, suas posições de classe, raça e gênero – o que pode incluir a recusa das formas tradicionais de humilhação social em uma sociedade radicalmente estratificada (Côrtes, 2021 p.11b)

A análise de Côrtes (2021) ainda situa que a articulação entre o pentecostalismo e o surgimento da extrema direita brasileira, que culmina com o bolsonarismo, cada um ao seu modo, constituem-se no que se chamou de “a revolta dos bastardos”, ou seja, o pentecostalismo se apartou das Igrejas tradicionais protestantes que lhe deram origem, como por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus e suas ramificações. Por outro lado, o bolsonarismo tem a construção de um mito, que apesar de se gestar dentro da política se opõe às formas tradicionais da política. Em sua análise, a autora complementa que o bolsonarismo se distancia da linguagem rebuscada e intelectual, aproximando-se das massas por uma linguagem simples, grotesca e informal, colocando-se como uma alternativa rústica e diferente da política tradicional. Côrtes (2021) assinala ainda que o bolsonarismo se apresenta como uma salvação moral na política, no combate às ideias e valores defendidos pela esquerda.

(...) A sua pulsão apocalíptica parte da premissa de que a agenda “corrupta” e “degenerada” da Nova República deve ser passada a limpo em nome de um empreendimento ousado o suficiente para realizar apenas o que os “fortes” são capazes: romper com as organizações democráticas por meio de uma catarse purificadora e redentora – “ir contra tudo que isso que está aí”, como o presidente sempre diz em seu discurso grandiloquente e vazio (Côrtes, 2021, p. 22, grifos do autor).

De acordo com Nunes (2022, p. 20) para compreender o bolsonarismo é preciso considerar quatro níveis distintos de análise, quais sejam:

1) as diferentes matrizes discursivas que convergiram em sua formação; 2) as gramáticas comuns que garantiram a comunicação e compatibilidade mútua dessas matrizes; 3) as condições afetivas ou estados de ânimo coletivos que davam a essas matrizes algo com que se conectar; e 4) a infraestrutura organizacional – abarcando igrejas, programas de rádio e televisão, influenciadores do YouTube, grupos de WhatsApp, robôs do Twitter etc. – da qual elas dependem.

No que toca às matrizes discursivas, Nunes (2022, p.21) recupera as pontuações feitas por Feltran (2020, s. p.) as quais indica três matrizes:

i) o militarismo das Forças Armadas e das polícias militares, que agem como seu braço armado e orientam as ações de seus jagunços; ii) o anti-intelectualismo evangélico, que há muito é majoritário nas periferias e mobiliza moralmente as massas em direção contrária à da racionalidade moderna, dos argumentos, e a orienta na direção do totalitarismo; iii) o empreendedorismo

monetarista de parcelas do mundo popular que consideram que você é o que você tem, simplificando bastante a teoria dos capitais (Feltran, 2020, s.p apud Nunes 2022, p 21).

Para Nunes (2022), essas matrizes discursivas são pontos de partida que, expressas pela linguagem, produzem significados e acionam estruturas afetivas capazes de fornecer pertencimento e integração apesar das divergências de posição social. Segundo o autor, há matrizes discursivas exclusivas de determinado grupo ou classe; outras que são largamente socializadas e assumem o mesmo significado independente do lugar que ocupa em uma sociedade de classes; e ainda aquelas que assumem um significado diferente a partir da classe ou grupo que está inserido, a exemplo do militarismo e empreendedorismo.

Em relação ao militarismo, explica Nunes (2022) que os pobres que vivem na periferia defendem a intervenção policial para estabelecer distinção entre bandido e trabalhador. Enquanto para o rico que habita nas áreas nobres, o policiamento é necessário para garantir a segurança e proteção contra os pobres. Em relação ao empreendedorismo, os ricos compreendem a partir da meritocracia, de que basta o esforço pessoal para ascender socialmente, os pobres vêem que as práticas empreendedoras que lhe garantem acesso a bens e serviços de consumo.

Além das matrizes citadas por Feltran (2020), Nunes (2022) acrescenta o libertarianismo econômico e o anticomunismo, sob o guarda-chuva da pauta anticorrupção. Segundo o autor, essas matrizes partem das classes mais ricas direcionadas aos mais pobres. A ameaça de governos totalitários e as descobertas dos esquemas de corrupção do Mensalão e Operação Lava Jato foram os subsídios utilizados para o convencimento das massas de que é necessário menos Estado.

Outro elemento apontado por Nunes (2022), que faz parte do arsenal bolsonarista, é o conservadorismo social disseminado por todas as classes. O mesmo se coloca em defesa dos valores da família e contrários às conquistas e direitos advindos das lutas de movimentos feministas e população LGBTQIAPN+.

Segundo Souza e Oliveira (2018), o conservadorismo justifica as desigualdades sociais, a defesa da propriedade privada e a defesa dos valores da “família”.

O pensamento conservador tende a conceber a natureza humana como covarde e egoísta, do que resulta a necessidade de tutela, controle e enquadramento pautado por alguma forma de autoridade, seja ela religiosa ou laica. Além do mais, adere a um conceito de ética que apregoa a conservação e naturalização da propriedade privada dos meios de produção, a ideia de família tradicional burguesa e nuclear, o cristianismo como única forma de espiritualidade legítima (Souza; Oliveira, 2018, p.5).

Para Souza (2015) o conservadorismo moderno está vinculado a outras ideias do campo conservador, tais como: o liberalismo, o pragmatismo e o empirismo. Além disso, acrescenta o autor que o conservadorismo valoriza em demasia o saber prático, pontuando como necessário as reformas sociais desde que garantam o status quo da classe burguesa, sem afetar a estrutura da sociedade.

De acordo com Pastorini e Faria (2020):

o pensamento conservador, suas pautas, valores e práticas não são elementos exclusivos do atual contexto brasileiro, assim como tampouco são traços novos e singulares do século XXI; pelo contrário, o conservadorismo é uma das marcas do capitalismo e encarna-se na forma política que o capital requisita para se expandir: o Estado (nas suas estruturas de mando, instituições políticas, a forma jurídica e nas políticas públicas). (...) o pensamento conservador enquanto manifestação do pensamento moderno acompanhará o movimento das transformações do capitalismo nos distintos momentos históricos, contudo manterá os traços essenciais (centralidade da família, moralidade religiosa, defesa dos valores tradicionais, diferenciação e segmentação entre gêneros, raças e classes, e a ideia da ordem e controle como garantias do progresso e do desenvolvimento (Pastorini; Faria, 2020, p. 5-6).

A gestão do governo Bolsonaro foi marcada pela negação aos Direitos Humanos, com apologia à tortura, violência, sobretudo pela afirmação do Estado opressor. Sob o discurso de enxugamento do Estado houve a fusão de pastas como as políticas para as mulheres e direitos humanos, que passou a compor o superministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (Chagas & Moraes, 2019). De acordo com Kyrillos e Simioni (2022), no governo da ex presidenta Dilma havia uma lógica transversal entre gênero e raça na conformação das políticas públicas, a qual se expressou por meio da constituição das seguintes secretarias: a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

No governo Bolsonaro foi rechaçado qualquer menção a gênero e raça, sendo por muitas vezes em seu discurso enfatizado o mito da democracia racial e a valorização da história do Brasil como um país miscigenado. Em relação ao gênero, há o posicionamento contrário à chamada 'ideologia de gênero', pouco fundamentado. A oposição à igualdade de gênero é imbricada ao racismo, negando a sua existência. Nesse sentido, as ações governamentais foram voltadas para uma agenda econômica ultraliberal que nega a existência das desigualdades de gênero e raça na realidade brasileira. As autoras Kyrillos e Simioni (2022) situam ainda que sob o governo

bolsonarista houve o desmantelamento das instituições e das políticas destinadas às populações negra e indígena.

4. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: A QUESTÃO RACIAL E DE GÊNERO EM DEBATE

Este capítulo se inicia com um breve histórico sobre a instituição do Serviço Social como profissão na realidade brasileira para atender às refrações da questão social expostas pela classe trabalhadora no início da industrialização, em meados da década de 1930 e ainda traz aspectos da sua consolidação no mercado de trabalho entre as décadas de 1950 e 1960.

Além disso, realizamos a recapitulação do Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, precisamente a partir da perspectiva de intenção de ruptura, com a aproximação da teoria social crítica de Marx, teoria hegemônica que baliza o projeto ético político profissional e a produção de conhecimento na área, a partir da crítica ao modo de produção capitalista, posicionando-se a favor da luta das classes trabalhadoras e subalternas.

E em contraponto, em continuidade a essa análise, apontamos que após a ruptura com os quadros teóricos do Positivismo e Funcionalismo, a profissão se deparou com a ameaça a hegemonia do paradigma marxista, a qual foi suscitada a partir do questionamento das chamadas teorias pós-modernas sobre o conhecimento científico, a qual traz para o debate a questão étnico-racial, gênero, sexualidade, território, entre outras; e por uma perspectiva conservadora que se opõe tanto às discussões teóricas fincadas no marxismo como no chamado pós-modernismo.

Abrimos um parêntese para pontuar que o conceito da pós-modernidade passou a ser utilizado no Serviço Social a partir da publicação da obra de Lyotard intitulada “Condição Pós-moderna”, o qual questiona as metanarrativas do conhecimento científico e a sua universalidade. Dentro do espectro da chamada pós-modernidade são colocados os estudos pós-estruturalistas, os quais influenciam os feminismos.

Na sequência, apresentamos os resultados da pesquisa, os quais foram divididos a partir de uma análise mais geral das cento e quarenta e uma (141) publicações encontradas nas quatorze (14) revistas eletrônicas. Em seguida, apresentamos algumas considerações sobre o perfil dos/as pesquisadores/as que tratam sobre gênero e raça no Serviço Social. Por fim, trazemos a análise de conteúdo dos cinquenta e quatro (54) artigos que compuseram nosso corpus de análise.

Ressaltamos que os resultados da pesquisa e a análise elaborada se fundamentaram a partir das discussões tratadas nos capítulos anteriores.

4.1. **Breve histórico sobre a profissão do Serviço Social no Brasil**

Uma visita à história do Serviço Social permite reconhecer algumas linhas que explicam a emergência da profissão. A primeira linha traz uma visão endógena, que fundamenta o surgimento do Serviço Social como produto de si mesmo, sobretudo como “evolução da ajuda” (Cf. Vieira, 1980). Já a segunda, situa o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, polarizado pelos interesses das classes sociais antagônicas: capitalistas x proletariado (Cf. Yamamoto & Carvalho, 2011). Uma terceira linha, mais recente, explica a emergência do Serviço Social, como braço do Estado para colaborar no embranquecimento da população brasileira (Cf. Oliveira, 2019).

A obra de Vieira (1980) mostra uma tentativa de teorização do Serviço Social, trazendo um rigor científico à profissão. Segundo a autora: “O fato de poder teorizar leva o Serviço Social a uma atitude científica” (Vieira, 1980, p.19). Esse argumento pressupõe que a teoria traz maneiras de agir e intervir na realidade, seguindo um manual. Sobre a emergência da profissão, a autora aponta que a transformação da ajuda em Serviço Social e a sua evolução se deu tanto por fatores sociais, econômicos e políticos, como pela influência de fatores técnicos, das ciências sociais que melhoram as técnicas. Apesar de citar os aspectos políticos, econômicos e sociais, a autora os cita como plano de fundo, sem relacioná-los.

Em contraponto, situamos a tese de Yamamoto e Carvalho (2011, p. 77), datada do início dos anos 1980, apresenta o esforço de “captar o significado social da profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas”.

Esta obra representa um marco para o Serviço Social brasileiro. Por meio da aproximação com a teoria marxista os/as autores/as explicam como se deu o surgimento da profissão, situando-a historicamente como especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho para atender as manifestações da questão social, explicitadas pelo operariado no processo de mudança econômica na realidade brasileira.

A intensificação da industrialização e a ampliação da classe operária que viviam sob condições de vida e trabalho precárias possibilitou a organização dessa classe

para a problematização da questão social, de forma a induzir os segmentos da sociedade (Estado, Igreja e Mercado) a alterarem seus posicionamentos e práticas para o enfrentamento do fenômeno.

Segundo Yamamoto e Carvalho (2011), a origem do Serviço Social brasileiro está vinculada às ações de caridade e filantropia desenvolvidas pela Igreja Católica. De acordo com os/as autores/as, a emergência da profissão no país se deu no decorrer de um processo histórico, marcado pela transição de uma sociedade escravocrata para uma sociedade urbano/industrial, cuja principal característica é o trabalho livre e assalariado.

Ainda sobre a origem da profissão no Brasil, a obra de Aguiar (2011) apresenta algumas características sobre a formação profissional de assistentes sociais. O autor destaca que o Serviço Social surgiu ligado à atuação da Igreja Católica, como um departamento especializado da Ação Social, a serviço de sua ideologia, na luta contra a questão social, o liberalismo e o comunismo. Sob o pensamento social da Igreja, a formação de assistentes sociais se fundamentava em uma visão sobre a humanidade fundada nos quadros católicos, tendo como sustentação filosófica o neotomismo, conseqüentemente, a prática profissional e o perfil profissional seguiam os dogmas da Igreja.

Seguindo o curso da história da profissão, Aguiar (2011) afirma que a partir da década de 1940, o Serviço Social brasileiro sofreu influências do Serviço Social norte-americano, através da incorporação de técnicas para condução do agir profissional, baseadas no pressuposto teórico do funcionalismo. Segundo o autor, nesse período não houve uma ruptura com a ideologia católica, pelo contrário, houve uma convivência das duas posições: “o Serviço Social permanece na base dos princípios católicos e neotomistas, inclusive via Estados Unidos e ao mesmo tempo incorpora as técnicas norte-americanas” (Aguiar, 2011, p.80).

A tecnificação do Serviço Social foi uma forma do Estado afastar a influência da Igreja Católica (Cf. Oliveira, 2019). Um aspecto relevante da obra de Oliveira (2019) é que o autor supracitado verifica que a racionalidade eugênica foi o amálgama na institucionalização do Serviço Social como profissão, pois as intervenções se realizavam sobre a moradia e a relação familiar das camadas pobres da população por um viés racista e sexista. Ao analisar os trabalhos de conclusão de curso da Escola de Serviço Social na década de 1930, o autor identifica que as assistentes sociais afirmavam que os/as negros/as não estavam prontos para a liberdade, por isso

estavam propensos à vadiagem, além de reforçar os papéis sociais postos para a mulher, sendo a elas colocada toda a responsabilidade, como os cuidados com a casa e com os filhos, posicionando-a de forma submissa ao poder do homem. Segundo Oliveira (2019), a aliança existente entre o Estado e a burguesia se voltava para o controle da classe trabalhadora, sendo as assistentes sociais executoras desse ofício, que consistia na inserção de valores vinculados aos interesses da classe dominante.

Em continuidade à análise da institucionalização do Serviço Social como profissão, Netto (2002) aponta que houve ampliação do mercado de trabalho para as/os profissionais com o advento dos anos de 1950 e estratégias do desenvolvimentismo nacional. Em razão da contextualidade sociopolítica, um novo padrão de exigências foi posto para o desempenho profissional tanto nas agências estatais quanto no setor privado. O autor reflete que no curso dessas mudanças sociais, o mercado de trabalho demandou a mudança do perfil profissional, um profissional moderno, com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por traços “racionais” (Netto, 2002, p.123).

Nesse processo de novas exigências e requisições postas pelo mercado de trabalho, teve início no seio da profissão uma crítica ao Serviço Social de base tradicional, emergindo o Movimento de Renovação Profissional na América Latina nos anos de 1960. Cabe pontuar que esse movimento se realizou também em outros países da América Latina, que vivenciavam ditaduras, o qual contribuiu para o redirecionamento da profissão no Brasil.

Netto (2002) caracteriza o processo de renovação do serviço social brasileiro em três perspectivas: 1. Modernização; 2. Reatualização do Conservadorismo e 3. Intenção de Ruptura.

O autor aponta que nas duas primeiras perspectivas, o Serviço Social buscava se modernizar através de técnicas que lhe concedesse status profissional, mas esse arsenal de técnicas estava direcionado a uma intervenção focalizada no sujeito, restrito ao âmbito privado. A profissão mantinha-se a serviço das classes dominantes, atendendo estritamente aos interesses e requisições dos seus empregadores.

Na perspectiva de intenção de ruptura, com apoio da experiência do "Método BH¹" e a aproximação com a teoria marxista, o Serviço Social rompeu com as bases

¹ O “método BH” foi o embrião da virada do Serviço Social tradicional. Influenciadas pelo Movimento de Reconceituação latino-americano, docentes da Escola de Serviço Social de Minas Gerais, os quais

confessionais da Igreja Católica e com a ética da neutralidade, posicionando-se em defesa dos direitos das classes trabalhadoras e subalternas.

Ainda sobre a intenção de ruptura, Mota (2019) destaca que a ruptura do Serviço Social com as bases confessionais da Igreja Católica e com as bases do pensamento científico conservador se concretizou em 1979 no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. A autora situa que as/os assistentes sociais presentes desfizeram a mesa de abertura composta por representantes militares e a recompôs com representantes das centrais sindicais, posicionando os trabalhadores como sujeitos políticos, bem como assumindo o compromisso do Serviço Social na defesa dos direitos desta classe.

Na análise feita por Mota (2019) sobre o percurso dos últimos trinta anos, na sua renovação, o Serviço Social avançou por meio da produção de conhecimento e através da articulação junto aos movimentos sociais, situando algumas ações realizadas pela categoria, quais sejam: defesa da articulação do Serviço Social com os movimentos sociais; significado social da profissão e ruptura *ahistórica*² do desenvolvimento da profissão como evolução da ajuda; a introdução do marxismo como matriz teórica; e a unidade das dimensões organizativa, formativa, investigativa e prático-operativa.

Seguindo essa linha de pensamento, Battini (2016) também reconhece que nos oitenta anos de profissão, o Serviço Social apresenta conquistas significativas, sendo o Brasil o segundo país do mundo com o maior número de profissionais, cerca de 150 mil vinculados/as às entidades de representação profissional. A autora recupera algumas dessas conquistas, as quais foram expostas por Barata (2006 *apud* Battini, 2016): a representação do Serviço Social na esfera da formação profissional e produção do conhecimento, com unidades de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu, e o reconhecimento da profissão na produção de conhecimento a partir da sua vinculação ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1980.

Como pode ser percebido, o Serviço Social se consolidou como profissão e também na produção de conhecimento, tendo o compromisso com a mudança da

promoveram mudanças na formação profissional, com direcionamento para transformação da sociedade (Paula, 2019).

² A autora utiliza esse termo para se referir à narrativa do surgimento da profissão como evolução da ajuda, desconsiderando os processos históricos, sociais e políticos que foram importantes para a emergência da profissão.

realidade social. No que toca à relação do Serviço Social com a pesquisa científica, Bourguignon (2007) afirma que ocorreu um processo de amadurecimento intelectual da profissão, sob o qual o Serviço Social passou a refletir sobre as expressões da questão social, que se manifestam na realidade social dos/as usuários/as e nas relações com o Estado, instituições e a sociedade civil, bem como, sobre o fazer profissional. Para a autora, a pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional. Conforme a autora supracitada:

Através do conhecimento produzido, é preciso refletir sobre os impactos gerados na realidade social, em que o Serviço Social intervém. E o impacto, no contexto da pesquisa, refere-se às dimensões das transformações e mudanças operadas na profissão, nas condições materiais de existência dos sujeitos/usuários, nas ações dos profissionais de Serviço Social, nas organizações em que o profissional atua, tendo como mediação o acúmulo de conhecimentos produzidos pela profissão (Bourguignon, 2007, p.52).

A pesquisa no Serviço Social não se restringe ao âmbito acadêmico, o ato de pesquisar é inerente à profissão, se vincula ao reconhecimento do território e da população usuária da política social nos espaços sócio-ocupacionais que estamos inseridos/as, além de um processo crítico-reflexivo que contribui para a produção do conhecimento nas pós-graduações, cujas temáticas se relacionam as expressões da questão social, movimentos sociais, instituições, entre outras.

Segundo Guerra (2009, p. 13): "o conhecimento deve permitir tanto analisar e operar sobre o existente, quanto reconhecer as tendências do movimento, o vir a ser dos processos sociais". A autora aponta que há níveis ou graus do conhecimento teórico: o conhecimento oriundo dos procedimentos do intelecto e o proveniente da razão dialética. O primeiro nível, chamado de entendimento, se localiza ao nível dos fenômenos, são representações aparentes, situadas na sua imediaticidade, no qual predomina a racionalidade formal abstrata. Já o segundo nível, razão dialética, vai além da apreensão da imediaticidade da vida cotidiana. "Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a re-figuração, no nível do pensamento, do seu movimento" (Guerra, 2009, p.7).

Ao refletir sobre a produção do conhecimento social contemporâneo no Serviço Social, Baptista (1991) reflete que o pensamento hegemônico no Serviço Social é forjado na tradição marxista e ainda que haja outros modos de pensar entre os/as pesquisadores/as, estes balizam a apreensão do real a partir do marxismo. A autora aponta como possível o recurso a conhecimentos que não foram formulados nos

quadros teóricos do marxismo, de forma que o conhecimento parcial não se confunda com a dimensão da totalidade.

Por este motivo, consideramos pertinente trazer o conceito da totalidade na filosofia materialista. Para Kosik (1976), na filosofia materialista, a categoria da totalidade concreta responde à pergunta: o que é a realidade? Na perspectiva da dialética de Marx, a realidade não é a somatória de fatos, tampouco uma base imutável. Refere o autor que a totalidade não é um todo já pronto que se provê com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação no conteúdo, mas criação do todo. O autor afirma que:

(...) A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também com que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (Kosik, 1976,p. 50).

De acordo com Tonet (2013) há uma diferença entre tudo e a totalidade.

Totalidade, porém, na perspectiva marxiana, expressa o fato de que a realidade social é um conjunto articulado de partes. Cada uma dessas partes é, em si mesma, uma totalidade, de maior ou menor complexidade, mas jamais absolutamente simples. Expressa ainda o fato de que as partes que constituem cada um desses conjuntos se determinam reciprocamente e que sua natureza é resultado de uma permanente processualidade. Expressa também o fato de que há uma relação dialética entre o todo e as partes, sendo, porém, o todo o momento determinante. E, por fim, expressa o fato de que esse conjunto é permeado por contradições e por mediações, que resultam no dinamismo próprio de todos os fenômenos sociais e na específica concretude de cada um deles (Tonet, 2013, p.96).

Essa realidade não é estática, é permeada por relações sociais antagônicas e contraditórias. A contradição ou negatividade também se expressa na complexidade e na concreticidade do real (objeto). Essa negatividade é o princípio do ser, constitutiva de qualquer processo da realidade.

De acordo com Pontes (1997, p.74), “a negatividade é por excelência a categoria do movimento”. Sem a negatividade seria quase inconcebível qualquer noção de movimento, de mudança e especialmente de superação”.

Na mesma linha de pensamento, Netto(2011) aponta que:

(...) Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e,

novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las (NETTO, 2011, p. 57).

De acordo com Pontes (1997), esse movimento que está submetido à totalidade concreta, cria uma legalidade social, consequência dessa complexidade do fenômeno que se interrelacionam de modo complexo. Segundo o autor, a apreensão da legalidade social se realiza através das mediações.

Ainda de acordo com Pontes (1997), a mediação tem uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão). Para ele, na teoria marxiana, essa categoria se manifesta tanto como componente do ser social (ontológica), quanto se constitui num movimento da razão para ultrapassar o imediato e alcançar a essência, através de um conjunto de mediações para reconstruir o movimento do objeto. Segundo ele, a forma metodológica mais fecunda no plano do pensamento dialético é aquela que se expressa na tríade singular-universal e particular. Ou seja, a superação do fato e a busca por sua essência, a qual se expressa no particular.

Estes conceitos de totalidade, contradição e mediação são os fundamentos da teoria marxiana para a produção do conhecimento. O desafio é que não há fórmulas ou manual de como aplicá-las dentro da pesquisa e para alguns/algumas autores/as do Serviço Social não é possível conciliar o marxismo a outros paradigmas analíticos.

Com isso queremos dizer que alguns/as autores assumem o marxismo como um dogma e não como método e ao agirem dessa forma demonstram uma postura autocrática e de superioridade, que não condiz com o projeto profissional de defesa da liberdade e do pluralismo na construção do conhecimento. Assim, em muitas das vezes, as críticas posicionam e julgam as produções que se relacionam a gênero e raça, por exemplo, como se estivessem vinculadas às subjetividades e apartadas das suas dimensões social e política, relacionando esses estudos de maneira pejorativa como retorno às práticas psicologizantes que marcaram parte da história do Serviço Social. Nessas críticas também é perceptível que os estudos são denominados como ecléticos, pós-modernos e ao mesmo tempo conservadores.

Por isso, faz-se importante recapitular que no decorrer da década de 1990, no campo das Ciências Sociais, a partir do questionamento aos pressupostos científicos, foi instituída a crise dos paradigmas e das teorias totalizantes, dentre eles, o questionamento para o marxismo.

Segundo Carvalho (1992), a crise de paradigma, a qual questiona o marxismo, pesa sobre o Serviço Social em virtude do processo de renovação profissional, da adoção da teoria marxista para balizar a análise sobre a realidade social e da ruptura com os quadros teóricos do funcionalismo e do positivismo. A autora aponta como novo no campo das ciências sociais a guerra ao dogmatismo em qualquer de suas versões. Para a autora: “E, quando falo em guerra ao dogmatismo é no sentido do pesquisador, hoje, não assumir, com base de suas análises da realidade, paradigmas fechados e auto suficientes. É a exigência de uma postura aberta e crítica” (CARVALHO, 1992, p. 49). A autora destaca como importante a interconexão entre o marxismo com outros paradigmas contemporâneos, aceitando a possibilidade de diálogo entre macro teorias e aquelas relacionadas à subjetividade, considerando o sujeito inserido nessa realidade complexa.

Dentre algumas críticas situam-se os trabalhos desenvolvidos por Cantalice (2013) e Galdino (2016), produções desenvolvidas em programas de pós-graduação, cujas propostas foram de analisar a inflexão do pensamento pós-moderno na produção de conhecimento do Serviço Social.

No estudo de Cantalice (2013), a autora destaca que foram identificadas inflexões pós-modernas em estudos voltados ao feminismo e gênero, na categoria trabalho, situando-o na sociedade pós-industrial, na saúde, sobretudo saúde mental, utilizando fontes da psicanálise. A referida autora situa que a utilização de autores/as pós-modernos citados/as por pesquisadores/as do Serviço Social se dá pela via do ecletismo, utilizando autores de campos teórico-políticos distintos.

A pesquisa de Galdino (2016) mostrou que a produção do conhecimento no Serviço Social tem incorporado discussões do campo vinculado à pós-modernidade, que se operacionaliza pela via do ecletismo/sincretismo, mas no momento da sua análise a interferência desse pensamento se apresentava de forma tímida no Serviço Social.

É importante destacar que dentre as temáticas que tradicionalmente foram e são taxadas como vinculadas ao campo da pós-modernidade, estão as discussões concernentes ao gênero, raça, etnia, sexualidade, meio ambiente, decolonialidade, que tanto provocam embates tanto no campo conservador quanto no marxismo ortodoxo dentro no interior da profissão.

Cabe ainda assinalar que no período de ascensão e governança da extrema direita no Brasil foram trazidos para o debate a ameaça do comunismo e o

questionamento às pautas vinculadas aos movimentos feministas, LGBTQIA+, negro, inclusive com ações ostensivas contra os corpos que destoam do padrão branco cis-hetero patriarcal.

Consideramos que a sociabilidade capitalista incorpora aspectos de racialização, sexismo, degradação do meio ambiente, diferenciação entre os corpos que merecem viver e morrer e que não basta somente tomar a questão de classe como marcador primordial para se pensar na transformação social da sociedade.

Entendemos como importante a produção de conhecimento sobre esses aspectos, os quais não estão desconectados da realidade. Entretanto, sob o ponto de vista e análise de alguns/as autores/as ancorados no marxismo ortodoxo, os quais tecem críticas sobre estes temas, afirmam que esses objetos de investigação e estudo estão relacionados à reatualização do conservadorismo no seio da profissão.

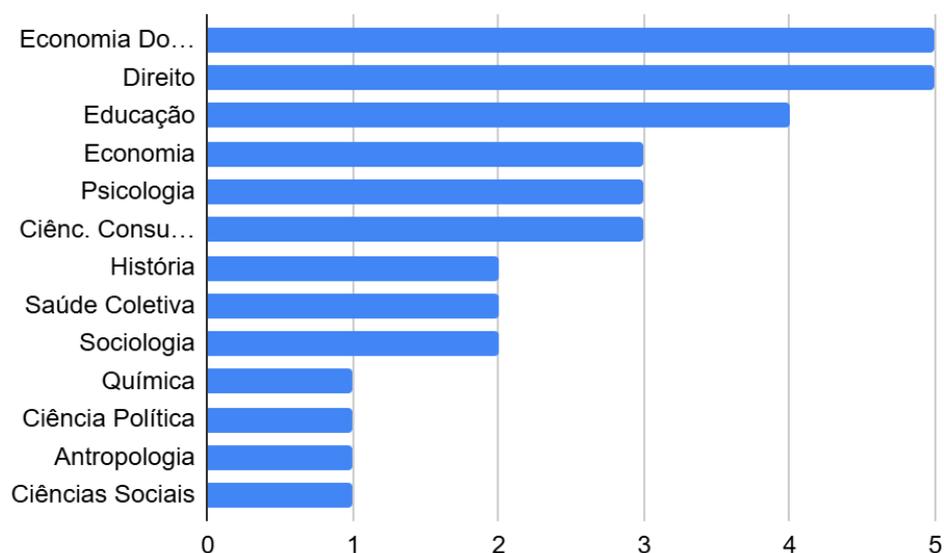
Discordamos desse posicionamento o qual diverge do posicionamento profissional de respeito à pluralidade e a diversidade. Apontamos ainda que a opção de ocultar e deslegitimar o debate em torno das temáticas de gênero e raça do debate profissional se coaduna com uma postura autocrática e androcêntrica, postura que deve ser rechaçada por todos/as os/as profissionais.

4.2. A produção de conhecimento nas revistas indicadas pela ABEPSS

No estudo exploratório, em seu aspecto geral, da análise das 141 publicações das revistas, da área de Serviço Social, reconhecidas pela (ABEPSS) entre 2017 a 2022, foi observado que os temas racismo e feminismo aparecem como centrais nas discussões dos/as pesquisadores/as, tanto na área do Serviço Social como em áreas afins.

Em relação aos/às pesquisadores/as de áreas afins que publicaram nos periódicos reconhecidos pela ABEPSS, apontamos que 33 artigos estão concentrados em áreas afins. As áreas com mais artigos publicados foram Economia Doméstica e Direito com cinco (5) artigos cada, seguida da área de Educação com quatro (4) artigos. As áreas de Economia, Psicologia e Ciências do Consumo tiveram três (3) publicações cada. Já as áreas de História, Saúde Coletiva e Psicologia tiveram dois (2) artigos e por fim, Ciência Política, Antropologia e Ciências Sociais com um (1) artigo apenas, como pode ser visto no gráfico abaixo:

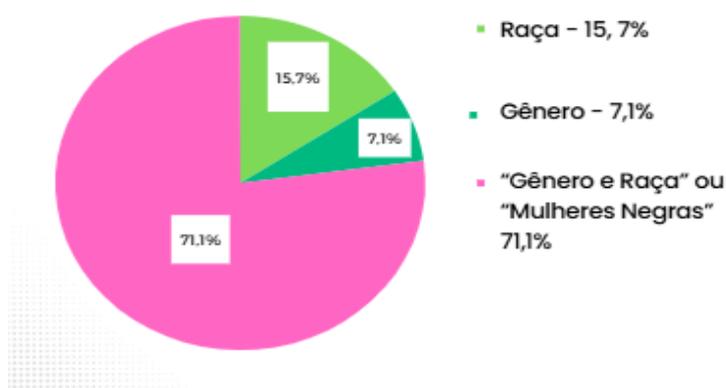
Gráfico 1 - Gênero e Raça por pesquisadores/as de áreas afins



Fonte: Elaboração Própria

Em relação às produções de pesquisadores/as de Serviço Social foram contabilizados setenta (70) artigos com discussões sobre racismo e feminismo, sendo que cinquenta e quatro (54) trataram sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras', onze (11) se voltaram apenas para o marcador 'raça' e cinco (5) discutiram apenas o marcador 'gênero', conforme representado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Produção de Pesquisadores/as de Serviço Social



Fonte: Elaboração Própria

A partir da análise desse gráfico, podemos perceber que no recorte temporal determinado para essa pesquisa, os/as pesquisadores/as do Serviço Social trouxeram as categorias gênero e raça para o debate, sendo reconhecido que a produção sobre raça foi mais expressiva.

Conforme já destacado no processo metodológico da pesquisa, somente consideramos para efeito de análise, as produções que apresentaram os marcadores 'gênero e raça' ou 'mulheres negras', desconsiderando os artigos que tratavam somente de 'gênero' ou 'raça'.

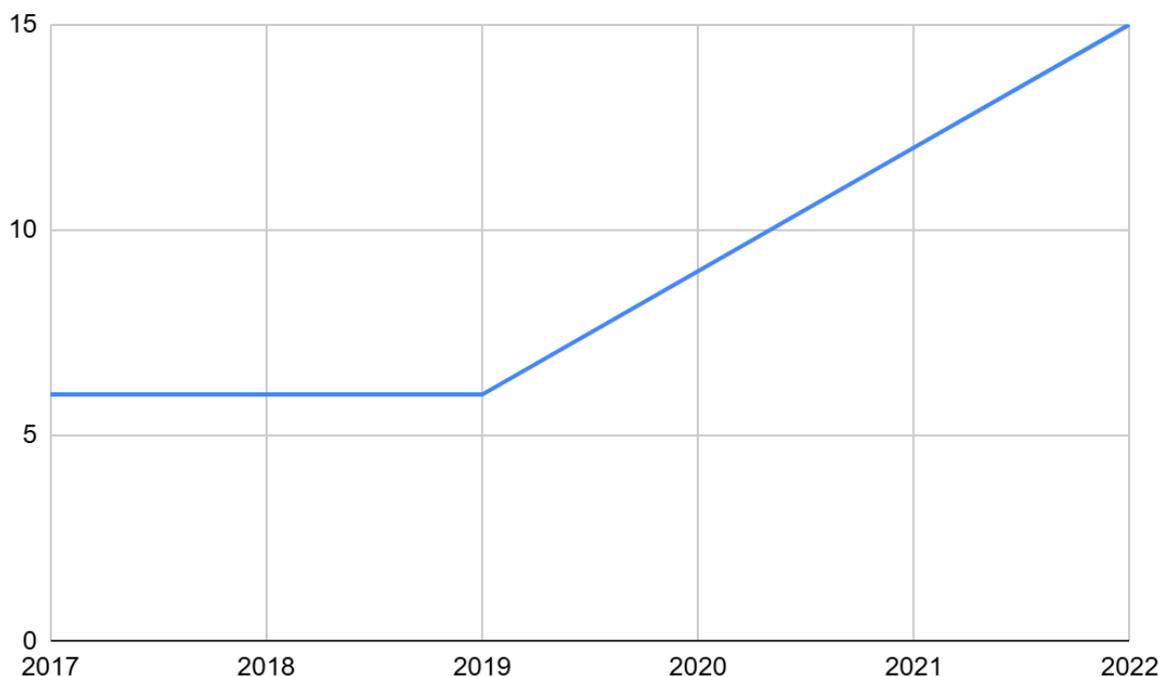
No tópico seguinte será feita a interpretação e análise dos cinquenta e quatro (54) artigos que tratam sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' nos estudos de pesquisadores/as do Serviço Social.

4.3. A produção teórico-científica de pesquisadores/as do Serviço Social sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' (2017-2022)

Considerando os cinquenta e quatro (54) artigos que compuseram o corpus de análise dessa pesquisa, podemos verificar que nos anos de 2017 a 2019, a produção foi um pouco tímida, sendo 6 artigos publicados anualmente, mantendo certa estabilidade. No ano de 2020 já foi notório um crescimento, sendo 9 artigos, seguido em 2021 com 12 publicações. O ano de 2022 obteve o maior número de artigos produzidos por pesquisadores/as da área, com 15 produções.

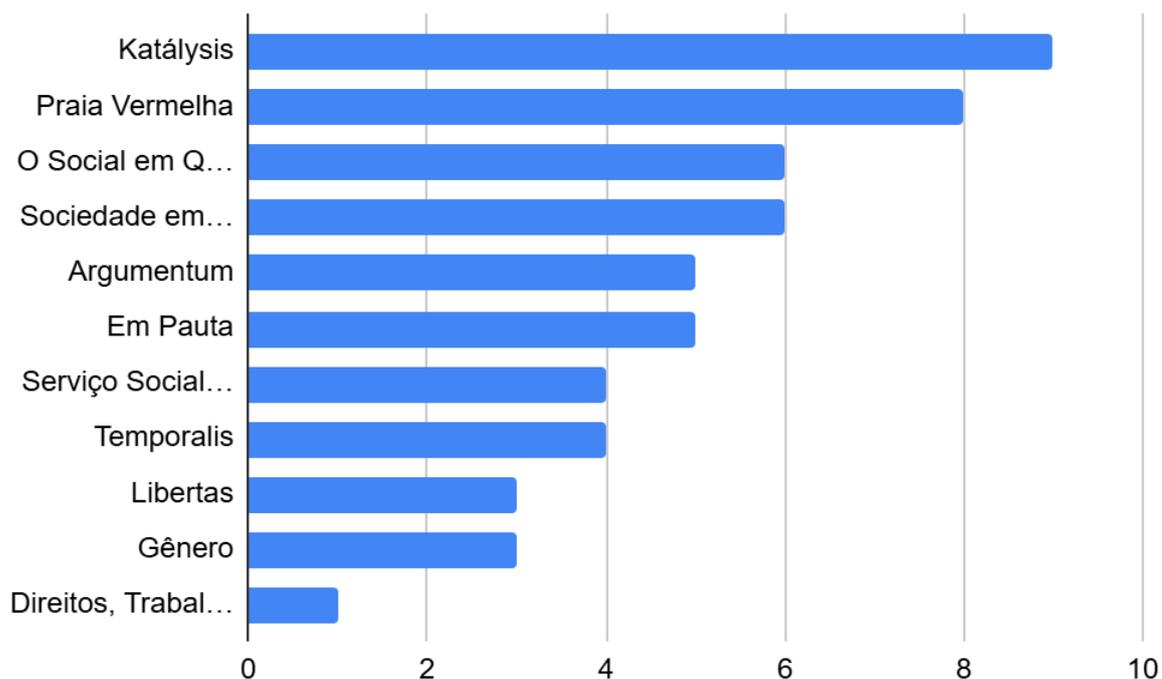
O gráfico abaixo apresenta a produção teórico-científica do Serviço Social sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' na série histórica, que compreende os anos de 2017-2022.

Gráfico 3 - Série histórica de produção teórico-científica do Serviço Social (2017-2022)



Fonte: Elaboração Própria

Com relação aos periódicos que mais publicaram no período, destacaram-se as revistas Katálysis com nove (9) publicações e Praia Vermelha com oito (8). A revista Sociedade em Debate, seguida do periódico O social em Questão tiveram seis (6) publicações cada. As revistas Em Pauta e Argumentum, tiveram cinco (5) publicações cada, seguida das revistas Temporalis e Serviço Social em Revista com quatro (4) produções. Os periódicos Gênero e Libertas totalizaram três (3) artigos cada e por fim, a revista Direitos, Trabalho e Política Social com uma (1) publicação, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

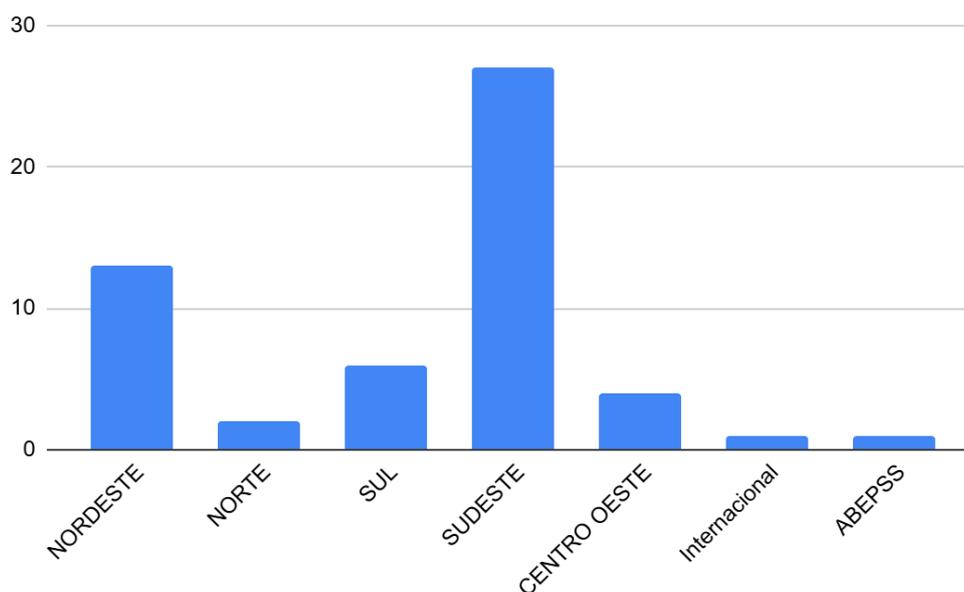
Gráfico 4 - Número de publicações por periódicos de Serviço Social 2017-2022

Fonte: Elaboração Própria

Com relação à procedência geográfica dos estudos que compuseram a amostra, as produções estão vinculadas às instituições de ensino superior, localizadas nas cinco (5) macrorregiões. A região sul contabilizou seis (6) artigos, a região sudeste foi mais expressiva totalizando vinte e oito (28) artigos. Já as regiões centro-oeste e norte, tiveram pouca expressão, o centro-oeste com quatro (4) artigos e norte com dois (2) artigos. Além da região sudeste, destacou-se a região Nordeste, a qual totalizou treze (13) publicações.

Importa destacar que foi considerada a instituição de ensino superior vinculada ao autor principal. Ressaltamos ainda que teve uma (1) produção teórica, de autoria coletiva, fruto do Grupo de Trabalho da ABEPSS, que por ser uma entidade da categoria profissional de abrangência nacional, não foi situada em nenhuma região geográfica. Referimos um indicador específico para denominá-la como ABEPSS. Em outra publicação, a autora principal possuía vínculo com a universidade de Portugal, a qual foi identificada com a denominação internacional.

Gráfico 5 - Localização geográfica da produção teórico-científica do Serviço Social

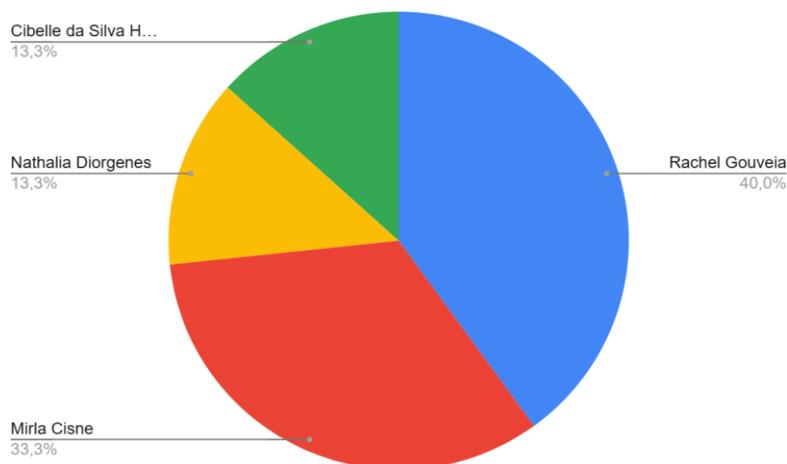


Fonte: Elaboração Própria

Conforme análise do gráfico, percebemos que a região sudeste, sobretudo os estados do Rio de Janeiro e São Paulo têm se destacado como principais centros de reflexão sobre a temática, seguida da região nordeste, destacando-se o Rio Grande do Norte.

Com relação às produções científicas, consideramos pertinente apontar as autoras que estão publicando na área com mais frequência, tanto na produção individual quanto coletiva, sendo destaque Rachel Gouveia Passos e Mirla Cisne. A primeira com seis (6) publicações, sendo quatro (4) produções individuais e duas (2) coletivas. Acresce ainda que Rachel é também uma das autoras da publicação da ABEPSS, que por se tratar de uma produção com autores/as de diversas instituições não foi atribuída a autoria. A segunda, Mirla Cisne, se destaca com cinco (5) publicações coletivas. A pesquisadora Nathália Diórgenes de Lima com duas (2) publicações, sendo uma individual e outra coletiva; e a pesquisadora Cibelle da Silva Henriques com duas (2) produções individuais, conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Autoras com duas publicações ou mais sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' (2017-2022)



Fonte: Elaboração Própria

Vislumbramos que a identificação dessas autoras é importante, pois destaca o compromisso ético político em torno das categorias 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' nos quadros do Serviço Social, dando visibilidade à temática e pautando a discussão sobre a questão social sob as lentes feministas e antirracistas.

4.4. Análise de conteúdo das produções de pesquisadores/as de Serviço Social sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras'

Para análise das informações contidas nos artigos dos/as pesquisadores/as, seguimos algumas orientações realizadas por Gomes (2016) sobre a análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa.

Assim, após a seleção dos artigos, seguindo os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foi realizada a leitura dos resumos e por inferência foi possível compartimentar os 54 artigos em 3 eixos para análise: 1) produção de conhecimento; 2) formação profissional; e 3) prática profissional.

Destacamos que alguns artigos foram alocados no eixo prática profissional por refletirem sobre aspectos concernentes às políticas, programas e serviços, nos quais se inserem os/as assistentes sociais.

A quantidade de artigos por eixo temático está discriminada na tabela abaixo:

Tabela 3 - Quantidade de artigos por eixo temático

Eixos	Quantidade de artigos
Eixo 1: A produção de conhecimento	33
Eixo 2: Formação Profissional	8
Eixo 3: Prática Profissional	13
Total:	54

Fonte: Elaboração Própria

Pontuamos que para cada eixo foram identificadas as categorias e seus indicadores, no intuito de compreender como os marcadores 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' estão sendo problematizados por pesquisadores/as do Serviço Social. Ainda destacamos que quando não foi possível coletar informações suficientes nos resumos, foi realizada uma leitura da introdução e das considerações finais no intuito de melhor captar a ideia dos/as autores/as.

4.4.1. ***Eixo 1 A produção de conhecimento***

A produção do conhecimento em Serviço Social tem se apresentado de forma diversificada, situando-se no contexto das transformações societárias e das reformas produzidas pelo Estado no trato da questão social através das políticas sociais.

Esse eixo foi dividido em três (3) categorias, quais sejam: marxismo, decolonialidade/ interseccionalidade e feminismo negro. Para cada categoria foram estabelecidos indicadores. Como neste eixo foram situados a maior quantidade de artigos, recorreremos ao uso de tabelas com autoria, título e ano, para facilitar a leitura e localização dos artigos para os/as leitores/as.

4.4.1.1. *Categoria Marxismo*

Nesta categoria foram agrupados indicadores que se vinculam e se ancoram a partir da tradição marxista e do feminismo materialista, tais como: questão social; divisão socio-sexual e racial do trabalho e cuidado; relações sociais de sexo; enovelamento e consubstancialidade; direitos sexuais e reprodutivos; conservadorismo.

Em relação às influências teóricas que subsidiaram as discussões elucidadas pelos/as pesquisadores/as, podemos afirmar que em sua maioria, as produções se enquadram na perspectiva do materialismo histórico crítico-dialético.

Sobre a apropriação de Marx nas produções do Serviço Social, pontuamos que este tema foi objeto de investigação de autoria de Oliveira et al (2021), que analisou a relação entre Serviço Social e o Marxismo em periódicos da revista Serviço Social e Sociedade nos anos de 2010 a 2020, cujos resultados mostraram que a apreensão do método de Marx e das categorias marxianas se operacionaliza a partir das leituras secundárias de autores/as que se forjam dentro da tradição marxista.

Vale salientar que o marxismo tem diversas ramificações e no quadro teórico dos feminismos são tecidas reflexões principalmente voltadas para a divisão sócio-sexual do trabalho e as relações sociais de sexo.

Como neste eixo se concentraram mais artigos, utilizou-se tabelas para facilitar a compreensão dos/as leitores/as sobre qual artigo estamos nos referindo.

- **Indicador Questão Social**

Neste indicador, foram inseridos três (3) artigos, os quais tem a questão social ou suas expressões no centro de análise.

Quadro 1 - Eixo 1 Produção do Conhecimento - Marxismo - Questão Social

AUTORIA	TÍTULO	ANO
Josiley Carrijo Rafael	Trabalho, Questão Social e Opressões: Contribuições ao debate sobre violência de classe, raça e gênero no Brasil	2020
Beatriz Gershenson, Guilherme Gomes Ferreira, Lisélen de Freitas Ávila, Carla Oliveira Jacques	Juventudes “encerradas”: extermínio e aprisionamento segundo opressões de classe, raça e gênero	2017
Bruna Carolina Bonalume, Adriana Giaqueto Jacinto	Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza	2019

Fonte: Elaboração Própria

A questão social, objeto de trabalho do Serviço Social, é definida como um fenômeno social que resulta das contradições produzidas e inerentes à sociabilidade capitalista, apresentando-se de forma multifacetada na realidade social como: pobreza, desigualdade econômica, violência, criminalidade, trabalho infantil, entre outras (Iamamoto, 2001).

Em nossa pesquisa, encontramos autores/as que têm se debruçado em compreender a questão social contemporânea a partir da intersecção entre classe, raça e gênero, a exemplo do artigo de Rafael (2020), o qual aponta a necessidade de pensar a questão social brasileira a partir das articulações entre esses três

marcadores sociais. O autor reconhece que há lacunas sobre racismo e relações patriarcais de gênero no trato da questão social sob as lentes da tradição teórica do marxismo. Segundo ele, esses aspectos são secundarizados ou escamoteados, sendo necessário aprofundar e considerar esses marcadores na análise da questão social no Brasil.

Considerando que a questão social se apresenta de forma multifacetada, foi discutida a problemática do encarceramento juvenil. O artigo de Gershenson et al (2017) trata sobre o braço opressor do Estado direcionado para determinados corpos marcados racialmente, associando raça, classe e gênero para análise da juventude, população mais exterminada e aprisionada no Brasil. Os/as autores/as discutem sobre a vulnerabilidade social e dados sobre o encarceramento juvenil, apresentado que as mulheres negras (cis e trans) compõem um número importante da população carcerária, vinculadas ao tráfico, além de serem vítimas de assassinatos.

Sobre essa mesma temática, situamos a publicação de Bonalume & Jacinto (2019), a qual apresenta uma análise sobre a seletividade da justiça no encarceramento juvenil. De acordo com as autoras, as respostas do Estado se fundamentam por meio da coerção e do consenso frente a uma sociedade marcada profundamente pela desigualdade de gênero, classe social e raça/etnia. Apesar de fazer menção ao gênero, o artigo não o problematiza trazendo a perspectiva da raça e do passado escravocrata brasileiro que ressoa no presente sobre corpos negros.

Reconhecemos o esforço teórico-metodológico entre os/as pesquisadores/as em analisar a questão social e suas expressões fundamentados/as a partir da intersecção entre classe-raça-gênero, uma vez que as opressões operadas pelo Estado brasileiro sobre corpos marcados por raça e gênero têm suas raízes na formação social brasileira, baseada no racismo e no sexismo. Sob a égide da extrema direita, essa atuação operada pelo Estado se tornou ainda mais severa, ostensiva e evidente, mobilizando reflexões e produções a partir do debate étnico-racial e de gênero, aspectos que tradicionalmente não foram problematizados por autores/as no Serviço Social.

- **Indicador: Divisão sócio-sexual e racial do trabalho e cuidado**

Neste indicador, localizamos dez (10) artigos que se baseiam a partir das referências de Saffioti, Hirata e Kergoat, autoras que tratam sobre a divisão sócio-sexual e racial do trabalho.

Quadro 2 - Eixo 1 Produção do Conhecimento - Marxismo - Divisão sócio-sexual e racial do trabalho e cuidado

AUTORIA	TÍTULO	ANO
Priscilla Brandão Medeiros	Divisão Sócio Sexual do Trabalho: naturalizações sociais como estratégia de minimização do Estado	2021
Fernando Monteiro/Sandra Lourenço de Andrade Fortuna/Silmara Aparecida do Nascimento/Taynara Fitz Patriarcha	A reforma trabalhista e a precarização dos direitos das mulheres negras no brasil	2020
Rachel Gouveia Passos, Cláudia Mazzei Nogueira	O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho	2018
Eliane Fransieli Muller/Liliane Moser	Trabalho de cuidado de idosos, reprodução social e desigualdades de gênero	2021
Rachel Gouveia Passos	“De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira	2017
Camila Carduz Rocha	Pandemia da covid 19 e divisão sexual do trabalho	2022
Reginaldo Ghiraldelli, Alina Freitas Praxedes	Desigualdade de gênero e raça/etnia nas particularidades do trabalho doméstico	2022
Antonio Carlos Oliveira, Thamires da Silva Ribeiro	Mulheres negras na provisão e distribuição de cuidados no brasil	2022
Rachel Gouveia Passos	Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial	2020
Mirla Cisne, Fernanda Ianael	Vozes de resistência no brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras	2022

Fonte: Elaboração Própria

Como aludido no Capítulo 3, o contexto pós-impeachment da ex-presidente Dilma foi marcado pela aprovação de reformas que escamotearam direitos da classe trabalhadora. Em alguma medida, os/as pesquisadores/as reconhecem que essas reformas impactaram sobre corpos marcados por raça e gênero, especificamente as mulheres negras.

O artigo de Medeiros (2021) trata sobre as mudanças no trabalho, as desigualdades sociais relacionadas à divisão sócio sexual do trabalho no contexto de contrarreforma do Estado nas políticas sociais, especificamente reforma da previdência e trabalhista, pontuando as reflexões sobre o Serviço Social como

categoria composta majoritariamente por mulheres. A autora utiliza o método crítico dialético, dá ênfase para classe e gênero, mas ressalta a necessidade de pensar sobre raça-etnia e orientação sexual.

Em relação a esse artigo, destacamos que muitas vezes os/as autores/as reconhecem a necessidade e a importância de trazer ao debate outros marcadores sociais da diferença, mas não o fazem. A insegurança desses/as autores/as em aprofundar o debate pode ser entendida a partir das ausências e lacunas teóricas no marco teórico hegemônico do Serviço Social.

Ainda sobre as reformas produzidas pelo Estado neoliberal, os/as pesquisadores/as problematizaram especificamente as reformas trabalhista e da lei da terceirização.

O artigo de Monteiro et al (2020) trata sobre a Reforma Trabalhista aprovada em 2017. Para os/as autores/as, essa reforma contribuiu para a superexploração das mulheres em benefício do capital. Essa reforma foi aprovada sob a promessa de retomada do crescimento econômico e geração de empregos, entretanto, os/as autores/as apontam que a reforma trabalhista impactou diretamente sobre a classe trabalhadora, sobretudo as mulheres negras que são expostas a postos de trabalho flexíveis e precarizados, sem garantias e proteção social.

Além da Reforma Trabalhista, após o impeachment da ex-presidente Dilma, o governo de Temer também alterou a lei da terceirização. Essa problemática foi discutida no artigo de Passos e Nogueira (2018). As autoras problematizam a aprovação da Lei 13.429/2017, a chamada Lei da Terceirização, que regulamenta a terceirização para atividades fins e meio nos serviços públicos e privados, cargos em sua maioria ocupados por mulheres negras. Segundo as autoras, as mulheres negras estão na base da pirâmide social, as quais desenvolvem trabalhos invisíveis e subalternizados, possuem poucas garantias na realização desses trabalhos seja nos serviços públicos ou privados. As autoras apontam ainda a fragilidade da organização sindical pela falta de reconhecimento dessas trabalhadoras para filiação aos sindicatos. De acordo com Passos & Nogueira (2018), esta desigualdade está assentada no racismo, no colonialismo e no patriarcado.

A flexibilização e a precarização dos vínculos são marcas das reformas estruturais, as quais aprofundam as desigualdades e impactam sobretudo as mulheres negras que desenvolvem atividades subalternizadas. A análise dessa desigualdade a partir do racismo e da colonialidade, marcas da formação social

brasileira, tem sido fomentada por esses/as pesquisadores/as da área do Serviço Social que se projetam na contemporaneidade.

Em continuidade a nossa análise, dentre as discussões produzidas a partir das relações sociais de sexo e da divisão socio-sexual do trabalho, também estão localizadas questões concernentes ao trabalho doméstico e de cuidado exercidos por mulheres, os quais refletem a exploração do sistema cis-hetero-patriarcal sobre os corpos femininos e negros.

O artigo de Muller e Moser (2021) trata especificamente sobre o cuidado com idosos/as na esfera de produção e reprodução social. Para as autoras, essa atividade se apresenta como um trabalho invisibilizado e desvalorizado, que sobrecarrega as mulheres. Segundo as autoras, as análises produzidas se baseiam a partir da discussão das desigualdades de classe, raça e gênero. Entretanto, foi percebido que embora faça menção à raça, esta discussão não se aprofunda.

O artigo de Passos (2017) resulta da análise desenvolvida pela pesquisadora no seu doutoramento. A autora analisa o trabalho desenvolvido por mulheres negras ex-escravizadas nos primeiros hospícios criados no Brasil, fazendo o paralelo que esse trabalho de cuidado se perpetua na atualidade no contexto de pós-reforma psiquiátrica, apontando que a invisibilidade e subalternidade da atividade de cuidadora se vincula às desigualdades de classe e raça existentes na sociedade brasileira. Como um dos resultados, a autora aponta que há poucos estudos sobre a questão racial e de gênero na política de saúde mental.

No artigo de Rocha (2022) foi apontada a agudização da exploração do trabalho social não remunerado desenvolvido por mulheres no contexto da pandemia da Covid 19, durante o isolamento social. A autora utiliza a Teoria da Reprodução Social (TRS) na articulação entre marxismo e feminismo, argumentando que esta teoria apresenta chaves analíticas para compreender a concretude das opressões das relações entre classe, raça, gênero, sexualidade e territorialidade na exploração capitalista.

Ainda nesta perspectiva do desenvolvimento do trabalho de cuidado, o artigo de Ghiraldelli & Praxedes (2022) faz uma discussão sobre o trabalho doméstico sob a ótica das relações raciais, de classe e de gênero. Além disso, os/as autores/as tratam das outras atividades desempenhadas no âmbito doméstico que não são remuneradas, como os afazeres domésticos e cuidados com os filhos. As mulheres negras, que exercem essas atividades como empregadas domésticas, têm poucas

atividades de lazer e não possuem tempo para a atividade sindical. Para eles/as é necessário ampliar e aprofundar o debate sobre os aspectos elencados neste ensaio.

O artigo de Oliveira & Ribeiro (2022) discute sobre o trabalho doméstico e cuidado, remunerado ou não, exercido por mulheres negras. Os/as autores/as apontam as assimetrias de raça, classe e gênero a que são expostas as mulheres negras, uma vez que essas mulheres são provedoras de cuidado, mas são pouco contempladas na distribuição da assistência e atenção. Destacamos que nesse artigo as autoras fundamentaram a análise a partir da raça, do racismo e da colonialidade presentes na formação do Brasil. Sobre a discussão de gênero, basearam-se na noção e atribuição de papéis colocados para o feminino. Em relação à discussão de classe, orientaram-se pela constatação da desigualdade na organização, provisão e distribuição de cuidado. Os/as autores/as sugerem problematizar essa categoria do cuidado no espaço acadêmico e no delineamento de políticas públicas, uma vez que os dados apontam que mulheres negras estão no desempenho dessas atividades de cuidado e de trabalho remunerado ou não.

Nesta mesma linha em demonstrar a invisibilidade das mulheres provedoras do cuidado e a falta de proteção social, sobretudo do Estado, Passos (2020) discute aspectos relacionados ao “cuidado” do Estado sobre a população vulnerável, que se traduz por meio de uma lógica punitivista da existência negra. A autora destaca que muitas vezes, na política de assistência social é utilizado o termo negligência para caracterizar a situação de famílias em vulnerabilidade, a partir de uma perspectiva que tende a reforçar estereótipos e estigmas para a população negra. A autora identifica ainda o processo de manicomialização das políticas públicas, o qual penaliza o sofrimento de mulheres negras e reatualiza a lógica manicomial.

Por fim, nesse indicador, foi alocado o artigo de Cisne & Ianael (2022) uma vez que as autoras se fundamentam no quadro teórico da divisão sócio-sexual do trabalho para a análise da resistência negra e liderança da mulher negra na luta contra o processo de escravização no Brasil colonial. As autoras discutem sobre a invisibilidade da mulher negra no processo histórico de luta, a partir da narrativa dominante branca, em uma postura crítica contra o ocultamento da mulher negra e sua importância na história brasileira. Para tanto, apresentam algumas mulheres protagonistas de lutas e resistências no Brasil colônia.

Neste indicador percebemos que alguns/as pesquisadores/as conseguiram realizar a discussão de forma articulada entre raça-classe-gênero, entretanto foi

percebido que por vezes os/as autores/as trabalham raça-classe ou classe-gênero. Este é um desafio que se coloca para a realização das pesquisas que se propõem a análise entre esses três marcadores mas que acabam privilegiando duas categorias e a outra, aparece apenas de forma citacional.

- **Indicador Relações sociais de sexo**

Neste indicador foram alocados dois (2) artigos, cujas análises se fundamentam a partir das relações sociais de sexo.

O artigo “Economia política sob uma análise feminista-materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe”, de autoria de Mirla Cisne e Jules Falquet (2020), se propõe a realizar uma análise da economia política considerando o feminismo-materialista, o feminismo negro e as produções teóricas de feministas marxistas heterodoxas para análise da economia política. As autoras supracitadas identificam que o trabalho feminino e racializado são marcados pela intensificação das jornadas de trabalho e pela precarização. De acordo com as autoras, ao considerar a imbricação dinâmica das relações sociais de sexo, raça e classe, é que se pode pensar em formas de abolir simultaneamente as desigualdades.

Conforme visto, esse artigo considerou que não é apenas a perspectiva de classe que deve ser evidenciada para a transformação social e construção de uma nova ordem societária, sendo crucial a relação imbricada entre classe-raça-gênero.

Já o texto “Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico”, de autoria de Renato Tadeu Veroneze (2022), se relaciona com a aplicabilidade das relações sociais de sexo para analisar as vulnerabilidades da população LGBTQI+, especificamente mulheres travestis e trans, no período pandêmico da Covid 19. A partir dos fundamentos das relações sociais de sexo, classe e raça, o autor aponta em seus resultados que no contexto da pandemia da Covid 19, as mulheres negras foi um grupo que não foi contemplado pelas medidas de isolamento social. Estas precisavam se deslocar para seus postos de trabalho, sendo o grupo social mais afetado pela doença, conforme as pesquisas. Em se tratando das mulheres negras, trans e travestis, a situação foi mais complexa considerando a fragilidade ou ruptura de vínculos familiares, a falta de escolaridade suficiente para atender as demandas do mercado, o que as levam, em grande maioria, a serem direcionadas para as ruas ou rodovias impulsionadas para o trabalho sexual.

Destacamos que o autor utiliza a categoria interseccionalidade, embora esteja nos quadros teóricos do marxismo. A escolha pela categoria relações sociais de sexo a partir do feminismo materialista também reforça o posicionamento marxista do autor.

- **Indicador: Enovelamento e consubstancialidade**

Conforme discutido nos capítulos anteriores sobre as possibilidades de compreensão da intersecção entre classe, raça e gênero, foram reconhecidos três (3) artigos que se fundamentam a partir do enovelamento e da consubstancialidade das relações sociais.

Quadro 3 - Eixo 1 Produção do Conhecimento - Marxismo - Enovelamento e consubstancialidade

AUTORIA	TÍTULO	ANO
Qelli Viviane Dias Rocha	Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstancia Opressão/ Exploração.	2022
Silvana Marinho	Lentes feministas à renovação do marxismo: intercambiando olhares.	2022
Gediane Laurett Neves Rangel	Histórias não contadas: Mulheres usuárias de drogas que perderam a guarda dos filhos recém nascidos.	2021

Fonte: Elaboração Própria

O artigo de Rocha (2022) trata das categorias interseccionalidade e consubstancialidade. A autora se posiciona em defesa da categoria de consubstancialidade para compreender as opressões de classe, raça, gênero e sexualidade no arcabouço teórico do marxismo em contraposição à interseccionalidade, adotada por Carla Akotirene e Djamila Ribeiro, pois na sua visão essas autoras esvaziaram o termo interseccionalidade. Esse artigo apresenta e problematiza o contexto da extrema direita com a eleição de Bolsonaro, mas faz um adendo aos ataques promovidos pela bancada conservadora entre os anos 2013-2017 sobre os direitos sexuais e reprodutivos e o falacioso kit gay.

Neste artigo reconhecemos a existência do embate epistemológico entre as categorias 'interseccionalidade' e 'consubstancialidade', sendo que a autora assume o posicionamento em defesa da consubstancialidade das relações e opressões sociais, que se vincula a vertente do feminismo materialista francófono. A crítica de Rocha (2022) em torno da categoria da interseccionalidade e a sua defesa pelo paradigma teórico marxista se coaduna à tendência prevalente no Serviço Social, a

qual abomina outras perspectivas e as inferioriza ao denominá-las como pós-modernas.

Em continuidade a análise desse indicador, situamos o artigo de Marinho (2022) que aponta as contribuições dos feminismos ao marxismo, refletindo que essa renovação pode traduzir os elementos estruturantes da histórica e atual precariedade social feminina brasileira no contexto de desdemocratização e avanço do ideário neoliberal conservador. Conforme a autora, o tripé do método marxista (historicidade, totalidade e dialética) permite desvelar o funcionamento das relações sociais, considerando os seus fundamentos histórico-concretos e estruturais. A autora pontua a importância de considerar os feminismos para subsidiar novas sínteses e mediações para interpretação da realidade social. Um destaque interessante é que autora trata sobre a pluralidade do feminismo, pontuando que apenas uma perspectiva feminista não será suficiente para traduzir a complexidade dos fenômenos sociais.

Destacamos que apesar da autora estar ancorada no quadro marxista, a mesma considera a possibilidade de articulação e contribuição dos feminismos à teoria marxista, demonstrando-se aberta ao diálogo franco e plural as diversas vertentes do campo feminista.

Ainda neste indicador, foi entendido que o enovelamento foi utilizado como chave para discussão e análise produzida por Rangel (2021). Este ensaio problematiza a violência estrutural do Estado sobre as mulheres negras, em uso abusivo de drogas, que foram atendidas em uma maternidade de alta complexidade e tiveram seus filhos retirados pela justiça. Esse poder coercitivo do Estado se operacionaliza na atuação de profissionais das políticas de assistência social, saúde e no Sistema de Justiça, que conduzem suas práticas imbuídas de uma lógica conservadora e punitiva sobre as mulheres. A autora problematiza raça, classe e gênero a partir do enovelamento dessas opressões.

Esse ensaio que se localiza no eixo de produção do conhecimento, parte da constatação da realidade histórico-social concreta e da prática profissional de assistentes sociais, apontando que muitas vezes os/as profissionais atuam de forma pragmática e imediatista, baseando suas práticas em seus valores e no senso comum, os quais anulam as possibilidades das mulheres negras e usuárias de drogas de exercerem a maternidade.

- **Indicador Direitos Sexuais Reprodutivos**

Os direitos sexuais e reprodutivos e a tentativa de controle dos corpos das mulheres é uma pauta de interesse para os/as governantes da extrema direita, os quais se opõem ao aborto e criam o pânico social em torno deste tema sob um viés moral e religioso. No espectro dos direitos sexuais e reprodutivos também se localizam os direitos das mulheres nos serviços de saúde, por isso neste indicador, situamos dois (2) artigos, o primeiro que trata da temática do aborto e o segundo, sobre a violência obstétrica.

O artigo intitulado “Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres”, de autoria de Mirla Cisne, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de Oliveira, Viviane Vaz Castro (2018). A análise produzida pelas autoras supracitadas compreende o abortamento como expressão da questão social. A discussão sobre o aborto ilegal se fundamenta teoricamente no materialismo crítico dialético. Os dados apontam que as mulheres negras, pobres, residentes em países periféricos são as que mais morrem vítimas do abortamento inseguro. Para a análise das opressões das relações sociais de sexo, raça e classe, utilizam a perspectiva da consubstancialidade e da coextensividade. Concluem que a criminalização do aborto tanto é determinada como reforçada pelas desigualdades sociais de sexo, classe, raça/etnia e conseqüentemente a criminalização do aborto penaliza corpos negros de países periféricos.

Realçamos que o aborto no Brasil é autorizado em determinados casos. A previsão legal permite o abortamento em caso de estupro, má formação do feto ou quando a gravidez colocar em risco a vida da gestante. Entretanto, nos casos de violência, muitas mulheres e meninas, as quais foram vítimas de violência sexual são (re) vitimizadas pelo julgamento moral da sociedade, chegando muitas vezes a serem convencidas a manter uma gravidez indesejada por líderes religiosos e até mesmo juizes.

Neste indicador também localizamos o texto “Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica” de Mirla Cisne e Raissa Paula Sena dos Santos (2022). As autoras refletem sobre as contribuições do Serviço Social, em uma perspectiva feminista e antirracista, para o enfrentamento à violência obstétrica nos espaços da Atenção Primária à Saúde, observando como as relações sociais de sexo, raça/etnia e classe influenciam na experiência dessa violência. As autoras se

posicionam pela defesa da perspectiva feminista e antirracista na prática profissional dos/as assistentes sociais para o enfrentamento da violência obstétrica.

O posicionamento feminista e antirracista assumido pelas autoras tem se tornado comum entre pesquisadores/as feministas do Serviço Social, estes/as apontam que não é possível dissociar a discussão do sexismo do racismo, traços que compõem as expressões da questão social, sobretudo no país que possui mais de sessenta milhões de mulheres negras, as quais estão sujeitas à baixa expectativa de vida, desigualdades educacionais e de renda, conforme relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2024).

- **Indicador Conservadorismo**

A discussão sobre o conservadorismo tem sido objeto de discussão no quadro teórico do marxismo. Considerando o recorte temporal proposto para esta pesquisa, que tem por marca a ascensão do governo liberal conservador, foi encontrado um artigo que trata especificamente sobre esta temática. Neste indicador, localizamos apenas um artigo.

O artigo intitulado “Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie”, Segislane Moésia Pereira da Silva, Marlene Helena de Oliveira França e Valnise Veras Maciel (2020), apresenta uma análise do capitalismo contemporâneo e discute o conservadorismo como instrumento do capital, apontando os aspectos da extrema direita no Brasil. As autoras apontam que o conservadorismo constrói a barbárie social, que naturaliza as expressões da questão social, marcada por uma ação estatal personificada na figura do então presidente da República Jair Bolsonaro que despreza imigrantes e corpos marcados por raça, etnia e gênero. Por fim, reafirma o compromisso ético político do Serviço Social por uma sociabilidade sem dominação e por isso exalta a importância do posicionamento tanto no meio acadêmico como no campo social para o enfrentamento da barbárie promovida pelo conservadorismo.

Aqui abrimos um parêntese para lembrar que o conservadorismo não está apenas vinculado às questões morais e religiosas, mas no funcionamento do Estado que naturaliza as diferenças de classe a partir do fortalecimento das liberdades individuais, conforme aludido no Capítulo 2.

4.4.1.2. *Categoria Decolonialidade e Interseccionalidade*

Nesta categoria foram alocados e identificados indicadores que tenham como objeto a discussão e análise produzidas a partir da perspectiva da decolonialidade e interseccionalidade. Para esta categoria foram identificados três indicadores: marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade; proteção social; exclusão social.

- **Indicador Marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade**

Neste indicador foram alocados quatro (04) artigos que tratam sobre os marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade.

Quadro 4 - Formação Profissional - Decolonialidade e Interseccionalidade- Marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade

AUTORIA	TÍTULO	ANO
Marco José de Oliveira Duarte, Dandara Felícia Silva Oliveira	LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena	2021
Cristine Jaques Ribeiro, Camila de Freitas Moraes, Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araujo, Pablo Rodrigo de Andrade Barbosa	Corpo, Gênero e Cidade: deslocamentos micropolíticos	2021
Jefferson Lee de Souza Ruiz, Marcia Medrado Abrantes	O sistema prisional brasileiro e a Covid-19: prevenção e desafios	2020
Ana Cecília Carvalho Sousa Morais Helal, Rosilene Marques Sobrinho de França	A violência contra mulheres no Brasil e as estratégias para seu enfrentamento	2022

Fonte: Elaboração Própria

Um aspecto comum nestes artigos se relaciona à constatação da necropolítica do Estado brasileiro no período de ascensão da extrema direita ao poder. Os/as autores/as apontam que o discurso de ódio e a adoção da política de morte para corpos marcados por raça, gênero, classe e sexualidade se fizeram presentes na atuação estatal.

O artigo de Duarte & Oliveira (2021) realiza a análise das opressões e mortes na pandemia da Covid-19 na população LGBTQI+ a partir do conceito de vida precária, necropolítica e interseccionalidade. Os/as autores/as mostram que no contexto da pandemia da Covid-19 as discriminações, preconceitos e mortes da população LGBTQI+ se agudizaram. Apontam ainda que o Estado ultraneoliberal, com sua necropolítica e seu discurso de ódio sobre as diferenças, mostrou sem disfarces a sua atuação no avanço dos retrocessos e desmontes nas políticas públicas,

especialmente nas políticas sexuais. Esse desmonte se pautou no discurso moral “cis-heterossexismo-normativo-terrorista”.

Nessa mesma linha de pensamento, o artigo de Ribeiro et al (2021) faz uma discussão entre esses marcadores sociais (raça, classe, gênero e sexualidade) e o direito à cidade a partir de um debate polifônico, interseccional e decolonial. O resultado da pesquisa mostra que sujeitos não heterossexuais e mulheres, especialmente mulheres negras, sofrem as mais diversas opressões, as quais resultam da desigualdade estrutural frente ao gênero, à sexualidade e à raça. Para os autores/as, é necessária a compreensão de que os discursos têm o poder de mortificar, sendo de suma importância denunciar esse Estado soberano, que normatiza os modos de viver e exclui determinados corpos.

Outro traço do Estado necropolítico do governo Bolsonaro se relaciona a oposição a garantias e defesa dos direitos humanos. O texto de Souza Ruiz e Medrado Abrantes (2020) aborda o contexto da pandemia da Covid 19, particularizando os impactos para a população carcerária. Os/as autores/as analisam os impactos da Covid 19 sobre o sistema prisional brasileiro, direcionando o olhar para os segmentos populacionais marcados por raça-etnia, classe, gênero e sexualidades, sinalizando que esses grupos no contexto anterior à pandemia já tinham suas necessidades sociais secundarizadas. Os/as autores/as analisam que no período do governo da extrema direita, sob o discurso da insegurança, houve o reforço para o encarceramento em massa e da ideia “bandido bom, é bandido morto”. De acordo com os/as autores/as é necessário repensar numa política para o desencarceramento, entretanto, enfatizam que a supressão das prisões só terá viabilidade se estiver articulada à construção de uma sociedade justa.

A análise do conteúdo dos resumos desses artigos nos permitiu reconhecer que os/as autores apresentaram a discussão desses marcadores sociais a partir de perspectivas teóricas divergentes ao paradigma teórico marxista, trazendo a discussão da decolonialidade e das perspectivas dos feminismos que ampliam o olhar para discussão sobre a sexualidade.

Por fim, neste indicador trazemos o artigo de Helal & França (2022), o qual resulta da dissertação de mestrado. As autoras realizam uma análise sobre a violência contra as mulheres no Brasil, discutindo-se as estratégias para seu enfrentamento a partir dos dados do Sistema Integrado de Gestão Policial do Maranhão (SIGMA). As

autoras produzem a análise sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, considerando a formação social brasileira a qual é marcada pela colonialidade e por relações patriarcais que repercutem em relações assimétricas de gênero. Helal & França (2022) destacam que o período a partir de 2016, com a ascensão da extrema direita ao poder, as pautas conservadoras têm se afirmado na realidade brasileira, sendo necessário o seu reconhecimento e enfrentamento. Como conclusão, apontam para a importância da perspectiva da totalidade e da abordagem interseccional para capturar as estruturas de poder que ensejam a violência contra as mulheres. Em sua dimensão prática-interventiva, o referido estudo destaca que devem ser considerados os marcadores de raça/etnia, classe social, gênero e orientação sexual para a implementação de políticas públicas.

Em relação a este artigo, apontamos que os achados da pesquisa são relevantes e nos mostram que ainda é deficiente a produção de estudos que problematizam os marcadores de raça/etnia, classe social, gênero e orientação sexual nos fenômenos da violência contra a mulher. Acrescentamos ainda que muitas vezes, é utilizado o termo “mulher” como categoria universal, sem considerar as especificidades de raça, identidade de gênero e orientação sexual.

- **Indicador Proteção Social**

A proteção social é um conjunto de ações, iniciativas e serviços ofertados no âmbito da esfera pública para atender as necessidades humanas. Neste indicador, inserimos dois (2) artigos.

A partir da discussão decolonial e interseccional, situamos o texto de Nayara Cristina Bueno & Lislei Teresinha Preuss (2021) intitulado: “O giro decolonial e suas contribuições para a análise da proteção social na América Latina”. As autoras fazem uma crítica sobre a forma como tem sido abordado o tema da proteção social brasileira, fundamentada a partir do modelo europeu. Neste sentido, propõe uma análise do lado subalterno das relações de poder, a partir da posicionalidade geográfica na América Latina fundamentando-se na decolonialidade. As autoras ainda situam a interseccionalidade como uma categoria importante para efetivar a análise da constituição e institucionalização da proteção social no Brasil.

A constatação da hegemonia do saber europeu para análise da proteção social brasileira se reúne às críticas à formação no Serviço Social, a qual reproduz o saber

colonial e europeu como saber universal aplicado à realidade do país que foi colonizado e explorado, conforme discutido nos capítulos anteriores.

Neste indicador também situamos o texto de Rachel Gouveia Passos (2021) "O lixo vai falar, e numa boa!", que realiza um debate sobre racismo, sexismo e saúde mental. A autora, subsidiada teoricamente em Fanon e Basaglia, realiza a discussão decolonial e sobre a saúde mental das mulheres negras. Passos (2021) aborda sobre a imposição da maternidade para os corpos femininos, enquanto que para as mulheres negras esse direito é negado pelas opressões produzidas na esfera estatal, sendo evidenciado nas seguintes expressões: criminalização do aborto, violência obstétrica, retirada compulsória de bebês, suicídio da juventude negra e no assassinato dos filhos, companheiros ou familiares das mulheres negras. Segundo a autora, essas opressões produzem sofrimento mental, o qual está fincado e produzido na violência e no racismo estrutural.

O artigo de Passos (2021) reforça as análises produzidas por Lélia Gonzales e Sueli Carneiro, cujos trabalhos produzidos nas décadas de 1970 já mostravam a atuação racista e sexista do Estado brasileiro. Essa atuação ainda se faz presente na contemporaneidade, com repercussões no campo da saúde mental para as mulheres negras.

- **Indicador Exclusão Social**

Utilizamos o indicador exclusão social para nos referir a situação das pessoas em situação de rua, entendendo esse fenômeno como expressão da questão social brasileira. Neste indicador situamos apenas um (1) artigo.

O texto intitulado "Mulheres e a vida na rua: onde as violências se encontram", de Giovanna Bueno Cinacchi et al (2021). Os/as autores/as utilizam o referencial teórico decolonial e interseccional para discutir as assimetrias de classe, raça e gênero para análise da realidade social das mulheres em situação de rua. Os/as autores/as entendem o processo de 'rualização' como expressão da questão social brasileira, dada a sua formação social marcada pelo racismo e patriarcado.

Abrimos um destaque para comentar que no período do governo Bolsonaro, a população em situação de rua pouco foi contemplada. Dentre as mudanças operacionalizadas pelo então presidente, o Ministério de Direitos Humanos passou a chamar-se Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos.

Com a posse do governo Lula e a reconstituição do Ministério de Direitos Humanos foi muito simbólico o discurso proferido pelo Ministro Sílvio Almeida, o qual citou corpos LGBTQI+, população em situação de rua e outros/as. Após mencionar cada grupo que foi excluído e invisibilizado pelas políticas no governo anterior, o ministro afirmou: “Vocês existem e são valiosos para nós”.

4.4.1.3. *Categoria Feminismo Negro*

Conforme aludido nos capítulos anteriores, a perspectiva do feminismo negro traz a especificidade da mulher negra, rompendo com a perspectiva de mulher universal. Nesta categoria foram estabelecidos três indicadores: direitos sexuais e reprodutivos; formação sócio-histórica do Brasil; ações afirmativas.

● **Indicador Direitos Sexuais e Reprodutivos**

Neste indicador, situamos apenas um (1) artigo, de autoria de Nathalia Diórgenes de Lima & Rosineide Cordeiro (2020), intitulado “Aborto, Racismo e Violência: Reflexões a partir do Feminismo Negro”, resultado da pesquisa de mestrado. As autoras realizam uma análise sobre o abortamento no Brasil com utilização do referencial teórico do feminismo negro para romper com a categoria universal de mulher. Utilizam as narrativas de duas mulheres que passaram por abortamentos, marcadas socialmente, por raça, classe e baixa escolaridade. As autoras também apontam que a trajetória de vida dessas mulheres é marcada pelo sofrimento de violência perpetrada por seus companheiros. A pesquisa apresentou como resultado a existência de um sistema opressor sobre a mulher negra que não está restrito ao abortamento. As autoras indicam a necessidade da realização de estudos que discutam o aborto em uma perspectiva de raça e de classe.

Concordamos com as autoras quanto a realização de pesquisas sobre a temática dos direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo o aborto, tema relativo ao direito das mulheres e constantemente alvo de interesses e problematizações realizadas por governantes e religiosos. Consideramos também que ao enfatizarem a discussão do aborto a partir da perspectiva de raça e classe, as autoras fazem esse realce devido a constatação das violências produzidas pelo Estado contra os corpos das mulheres negras, seja na criminalização do aborto, seja a partir da esterelização em massa de mulheres negras nas áreas urbanas e rurais.

- **Indicador Formação sócio-histórica do Brasil**

Neste indicador também situamos apenas um (1) texto de autoria de Nathália Diórgenes de Lima (2022), intitulado “Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro”. A autora ancorada no pensamento feminista das mulheres negras, problematiza a formação sócio histórica brasileira que tem o racismo como estruturante, apesar da sua negação pelo mito da democracia racial. Segundo a autora, as relações entre patriarcado e pobreza conformam contextos de opressão, estereótipos e invisibilidades para as mulheres negras. A autora conclui que são ausentes as dimensões de raça e relações patriarcais nos estudos sobre a pobreza.

Como visto nos capítulos anteriores, essa discussão sobre as desigualdades sociais a partir da articulação de gênero-classe-raça se forja dentro dos quadros teóricos mais recentes no Serviço Social, uma vez que na teoria marxista é hegemônica a discussão em torno da classe. A perspectiva feminista adotada pela pesquisadora, segue os caminhos já conduzidos e percorridos por precursoras do feminismo negro brasileiro como Carolina de Jesus, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

- **Indicador Ações afirmativas**

As ações afirmativas se referem às políticas e programas desenvolvidos pelas iniciativas pública e privada, que tem por objetivo promover a reparação social histórica ao povo negro. Para este indicador, localizamos dois (2) artigos.

O artigo “Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior”, de Cibele Henriques (2017). A autora aponta as desigualdades étnico-raciais vivenciadas por homens e mulheres negros/as, os/as quais tinham sua existência condicionada a determinadas atividades em posições de subalternidade. A autora aponta como importante a luta de mulheres negras sobre o acesso à educação e que a mudança de paradigma com acesso ao ensino superior se modificou a partir de políticas de ações afirmativas. Considera que a diminuição do número de mulheres negras no trabalho doméstico se deu pelas iniciativas da política de educação como Educação de Jovens e Adultos (EJA), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o sistema de cotas das universidades. Considera importante a realização de estudos que relacionem a política de cotas e a lei de regulamentação do trabalho doméstico.

Aqui, abrimos mais uma vez um parêntese para contextualizar que a aprovação da lei de regulamentação do trabalho doméstico ocorreu no primeiro mandato do

governo da ex-presidenta Dilma. Essa regulamentação estabeleceu direitos e garantias para os/as empregados/as domésticos que até então não tinham seus direitos reconhecidos por seus empregadores/as. O período dos governos petistas, entre os anos de 2003 a 2016, foi marcado pelo avanço de algumas legislações para os/as trabalhadores/as, as quais produziram mudanças nos indicadores sociais como acesso ao ensino superior, por exemplo.

O trabalho apresentado pela autora indica e aponta alguns impactos das políticas e programas desenvolvidos para reparação social e histórica para a população negra, sendo necessária a promoção dessas pesquisas que tenham por objetivo analisar os impactos das políticas afirmativas na realidade social da população negra.

- **Indicador Racismo institucional**

Quanto ao debate sobre racismo institucional, apontamos dois (2) artigos que discutiram sobre a temática.

O primeiro, “A transgressão da cor: mulheres negras trabalhadoras & intelectuais no Brasil”, de Cibele Henriques (2019) discute o racismo institucional vivenciado na carreira de docentes assistentes sociais no Rio de Janeiro. Este artigo apresenta alguns resultados da tese de doutorado da autora supracitada, que realiza uma análise sobre o racismo institucional vivenciado por mulheres negras, assistentes sociais na carreira de docentes nas universidades federais. A autora aponta que ações afirmativas foram importantes, mas é necessária a criação de outros serviços para atender as pessoas que sofrem o racismo nos seus espaços de trabalho, por meio de canais de denúncias e serviços de atendimento. Além disso, sugere a criação de comissões de fiscalização para verificação do cumprimento dos editais dos concursos, bem como para denunciar os mecanismos vexatórios a que são submetidos para a posse nos cargos públicos.

O segundo, intitulado “A balança de Efa: uma análise quantitativa de raça e gênero sobre a inserção de negros e negras no magistério superior da UFBA (2016-2017)”. A autora Ângela Ernestina Cardoso de Brito (2018) produz uma análise sobre a presença de docentes negros/as na Universidade Federal da Bahia (UFBA). De acordo com a autora, Efa era a forma utilizada para medir grãos há 560 a.C. A autora utiliza esse termo para fazer uma analogia e assim afirmar que os/as negros/as continuam a ser medidos na cena contemporânea. Como conclusão, aponta que é

inexpressiva a presença de homens e mulheres negras na prática docente daquela instituição. A autora destaca ainda a falta de estudos e pesquisas que se direcionam para analisar a questão racial e de gênero sobre docentes no Ensino Superior na realidade brasileira. Além disso, realça que a presença do homem branco na carreira docente prevalece, seguido por docentes brancas e que a presença de docentes negros/as é ínfima, indicando que o racismo e sexismo atuam como ferramenta de exclusão social.

Ambas pesquisas retratam as desigualdades sociais a partir da raça, evidenciando o racismo e o sexismo no contexto das universidades, enfatizando que apesar das políticas de cotas para ingresso de servidores/as negros/as, a presença destes/as ainda é pequena e coberta de desafios tanto nas etapas iniciais dos certames para ingresso, como na permanência dos/as docentes.

4.4.2. ***Eixo 2 Formação Profissional***

A formação profissional em Serviço Social é balizada nas Diretrizes Curriculares de 1996, no Código de Ética Profissional (1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão (1993), que compõem o chamado projeto ético-político profissional.

O currículo é dividido em disciplinas obrigatórias e eletivas, sendo que as discussões sobre raça e gênero fazem parte dos componentes eletivos. A questão central na discussão dos/as pesquisadores/as se fundamentam a partir da identificação dessas lacunas e proposições para tornar a discussão sobre essas temáticas em componentes curriculares obrigatórios para a formação profissional. Para este eixo, foram estabelecidas duas categorias: diretrizes curriculares; projeto ético-político profissional.

4.4.2.1. *Categoria Diretrizes Curriculares*

As diretrizes curriculares do Serviço Social, datadas em 1996, articulam três núcleos centrais para a formação de assistentes sociais, divididos da seguinte maneira: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 2024).

- **Indicador Questão Social**

Neste indicador situamos dois (2) artigos, o primeiro trata especificamente sobre as diretrizes curriculares curriculares e o segundo, trata sobre as lacunas da formação com indicações para a profissão.

O artigo intitulado “Formação em Serviço Social: Relações Patriarcais De Gênero, Feminismos, Raça/Etnia E Sexualidades” de autoria coletiva do Grupo Temático de Pesquisa da Abepss Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidade - ABEPSS. Os/as autores/as indicam a necessidade da oferta de disciplinas obrigatórias tanto na graduação como pós-graduação a partir da intersecção entre gênero, sexualidade e raça-etnia. Apresenta-se num quadro propositivo para mudanças nas diretrizes curriculares, além da necessidade de incluir o debate nas entidades político-organizativas da profissão (GTP ABEPSS, 2021).

A preocupação com a modificação das Diretrizes Curriculares se apresenta a partir das problematizações e reflexões produzidas pelo Grupo de Trabalho da ABEPSS. Apontamos como relevante a própria constituição desse grupo temático, o qual demonstra que a entidade de formação profissional e de pesquisadores/as da área tem revisitado a história, propondo ações interventivas sobretudo no combate ao racismo.

Na mesma linha de pensamento, o artigo “Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça” de Carla Cecilia Campos Ferreira e Gustavo Fagundes (2021), aponta as tensões teóricas existentes no seio do Serviço Social brasileiro em torno da articulação entre questão social e gênero, raça/etnia. A perspectiva elucidada é que estas tensões provêm da falta de categorias mediadoras suficientes para a articulação entre a particularidade e a totalidade. Fazem essa análise dentro do quadro teórico do marxismo, cujos resultados apontam para o aumento da superexploração do trabalho racializado e feminizado. Face a esta problemática, indicam como necessária a criação de um programa de pesquisa para explorar as hipóteses levantadas no decorrer do texto.

Em relação à proposta de Ferreira & Fagundes (2021), percebemos a tentativa de articulação da teoria marxista às discussões sobre gênero e raça. Entretanto, pesquisadores/as são constantemente questionados/as e tensionados/as quanto a aproximação com outros paradigmas teóricos que não se coadunam com o marxismo, sendo taxados de estudos ecléticos e pós-modernos.

Acreditamos que as lacunas reconhecidas para construção das mediações em torno de gênero e raça no Serviço Social devem ser realizadas a partir da oferta de disciplinas obrigatórias no currículo, uma vez que tanto as disciplinas eletivas como grupos de pesquisa são espaços que têm vagas limitadas e que componente eletivos dependem do interesse pessoal de cada estudante sobre determinado tema. Mas, como já apontado, o racismo e o sexismo tal qual o capitalismo fazem parte da estrutura da sociedade, sendo necessária que esses temas sejam discutidos de forma ampliada para todos os/as estudantes.

4.4.2.2. *Categoria Projeto ético-político do Serviço Social*

O chamado projeto ético-político profissional é um projeto profissional com direcionamentos éticos e políticos para a profissão o qual converge para a transformação social da sociedade, sem dominação e exploração de classe, gênero e etnia. Para esta categoria, estabelecemos dois indicadores: compromisso ético-político de transformação social; formação antirracista.

- **Indicador Compromisso ético-político de transformação social**

Face ao contexto de ascensão da extrema direita no mais alto escalão de representação na esfera do Estado, os/as pesquisadores/as pautaram algumas reflexões sobre as possibilidades e resistências do projeto ético-político para enfrentar as adversidades da conjuntura.

Neste indicador, localizamos quatro (4) artigos que reforçam e se coadunam ao princípio ético político da profissão que se direciona para a construção de uma nova ordem societária, conforme tabela abaixo:

Quadro 5 - Eixo 2 Formação Profissional - Projeto ético-político do Serviço Social - Compromisso ético-político de transformação social

AUTORIA	TÍTULO
Poliana Machado Gomes da Silva	Ante à radicalização hetero-patriarcal: resistências e possibilidades ético-políticas no serviço social
Simone Lolatto	Impactos das contrarreformas nos direitos sociais observando os recortes de classe, gênero, raça/etnia
Maria Helena Elpídio & João Paulo da Silva Valdo	O Serviço Social na encruzilhada a questão racial e o projeto de formação profissional
Rita Lourdes Lima & Lilian Silva Cortez	As discentes do curso de Serviço Social: reflexões sobre educação, formação profissional e valores

Fonte: Elaboração Própria

O texto de Silva (2019), faz uma análise das resistências e possibilidades ético-políticas no Serviço Social frente ao avanço da extrema direita, baseada na categoria de consubstancialidade e coextensividade de gênero, raça/etnia e classe. Como resultado da sua pesquisa, a autora aponta como importante os papéis desempenhados pelas entidades representativas da profissão que buscam materializar e viabilizar o projeto ético-político profissional, sendo primordial a articulação junto ao movimento feminista.

Concordamos com a análise realizada pela autora quando afirma que as entidades do CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO desempenharam papéis importantes diante das atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro, sobretudo após as eleições de 2018.

Na mesma perspectiva, no intuito de destacar a importância do projeto ético político profissional, situamos o artigo de Lolatto (2019), o qual procede com análise sobre o projeto ético político diante dos impactos das reformas para as políticas sociais. Aponta que no contexto de correlação de forças, de um lado, o Estado neoliberal e, de outro, os movimentos sociais que lutam por direitos atuam os/as assistentes sociais que se ancoram num projeto ético político profissional com compromisso para a transformação da sociedade. A autora aponta como importante uma atuação respaldada a partir da interseccionalidade dos marcadores sociais de classe, raça e gênero. Situa que as mulheres negras são o grupo que mais acessam as políticas e serviços públicos e que são mais impactadas com essas reformas.

As reflexões produzidas pela autora se alinham para o reconhecimento da população usuária nas políticas que estamos inseridos/as, trazendo a importância da perspectiva interseccional alinhada ao projeto ético-político profissional.

Em seguida, situamos o artigo de Elpídio & Valdo (2022) que aponta como imprescindível o debate sobre gênero, classe, raça, sexualidade e territorialidade no Serviço Social. Para os/as autores/as, a profissão se vê em uma encruzilhada, cruzada, de um lado, por uma perspectiva crítica e de defesa de direitos e, por outro lado, por uma ameaça conservadora da extrema direita, a qual ressoa no seio da profissão direcionada para uma ação moralizadora e de controle da classe trabalhadora.

Concordamos com a análise dos/as autores/as e apontamos que o conservadorismo no seio do Serviço Social se reatualiza a partir das propostas de um Serviço Social libertário, que se coloca contrário ao posicionamento da profissão em

defesa da classe trabalhadora e contra os direitos de corporeidades que destoam do padrão cis-hetero patriarcal. Por isso, os/as pesquisadores/as também debatem o conservadorismo não apenas vinculado à dinâmica societária, mas como uma ideologia que tem seus rebatimentos na profissão.

Em continuidade a análise de conteúdo, trazemos ainda a discussão da formação do Serviço Social feita por Lima e Cortez (2017), na qual as autoras apresentam o perfil de estudantes de Serviço Social de uma universidade localizada no Rio Grande do Norte, marcado majoritariamente pela presença de mulheres, negras, heterossexuais e jovens. As autoras destacam que os/as alunos/as entram na universidade com uma visão sobre as relações sociais, mas a formação profissional permite mudanças no campo ético-político desses/as estudantes. Além disso, a pesquisa sinaliza que para essas alunas permanecerem na universidade precisam realizar atividades de cunho administrativo, ocupando lacunas pela falta de servidores públicos. Essas lacunas são oriundas do processo do desfinanciamento da educação e precarização das universidades públicas pelo Estado, o qual deveria fomentar e prover bolsas de iniciação científica ou de extensão para permanência das alunas na universidade.

Essa pesquisa nos mostra a importância também do Serviço Social olhar para si, não para ter uma visão endógena sobre a profissão, mas para suscitar discussões sobre a realidade de estudantes e trabalhadores/as da área, os/as quais também se inserem como classe trabalhadora e são impactados/as pelas reformas produzidas pelo Estado neoliberal.

- **Indicador Formação Antirracista**

Neste indicador situamos dois (2) artigos, os quais apontam a necessidade de modificação do currículo, pensando na conformação de uma formação antirracista, bem como a abertura para a incorporação dos feminismos na produção de conhecimento do Serviço Social, também apareceram como preocupação dos/as pesquisadores/as.

O texto “Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo” Márcia Campos Eurico (2020) faz uma análise sobre a infância negra, que tem marcas das relações capitalistas, patriarcais e racistas que aprofundam as desigualdades para este grupo geracional. Neste ensaio, a autora indica que o debate étnico-racial ocupa posição marginal na formação do Serviço Social, sendo contraditório e destoante ao projeto

ético político profissional. Como resultado, aponta que o aumento de produções sobre a temática étnico racial se dá sobretudo pelo ingresso de estudantes negros/as e que é necessário que os órgãos de representação do Serviço Social fomentem cada vez mais a discussão.

O artigo supracitado apresenta uma mudança dos objetos de investigação dos/as pesquisadores/as, que passam a incluir a pauta étnico-racial nos debates da área de Serviço Social, problematizando os privilégios da branquitude na profissão, pois assim como produzido por outras áreas de conhecimento, o Serviço Social também imbuído por uma perspectiva de neutralidade, ainda é comum a posicionalidade do conhecimento a partir do olhar sobre o outro.

Em relação à abertura para os feminismos e outras perspectivas dentro do Serviço Social, situamos o texto “Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes” de Josimara Aparecida Delgado Baour et al (2022). As autoras destacam a necessidade de inclusão dos feminismos interseccionais para a formação e o exercício profissional de assistentes sociais. As autoras explicitam tensionamentos na formação profissional, a qual se dá pela ausência de autores/as negros/as, da América Latina, mesmo aqueles/as filiados a tradição marxista. Como resultado, apresentam o fato de que como a formação profissional não trata das discussões de raça, as alunas negras não se identificam dentro dos marcos teóricos adotados na formação profissional. Coloca como necessário repensar o Serviço Social frente a ameaça ao projeto societário defendido pela profissão.

Conforme os artigos apresentados anteriormente, o artigo supracitado se coloca na mesma linha daqueles que demonstram as lacunas da formação profissional e das modificações percebidas no perfil de estudantes e profissionais do Serviço Social, o qual é marcado por raça, classe e gênero. Na atualidade, tem se tornado imperativo à profissão a discussão sobre raça, pois esse debate por muito tempo foi adiado ou até mesmo feito sob perspectiva de autores/as que reforçam o racismo na profissão, conforme apontamentos de Assis (2022).

4.4.3. Eixo 3 Prática Profissional

Nesse eixo foram alocados treze (13) artigos que tecem reflexões especificamente sobre as políticas sociais, bem como sobre a atuação profissional de assistentes sociais no atendimento aos/às usuários/as assistidos/as nos serviços públicos.

A prática profissional é balizada pela teoria que a sustenta. Apesar de alguns/algumas profissionais do Serviço Social aderirem ao ditado popular que diz “na prática, a teoria é outra”, os nossos achados mostram o contrário. Nesse eixo, reconhecemos que os/as profissionais têm proposto reflexões a partir da sua inserção nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Esse eixo encontra-se dividido em quatro (4) categorias: políticas de atenção à mulher; política de saúde; política de assistência social; política de atenção à criança e adolescente.

4.4.3.1. *Categoria Políticas de Atenção à Mulher*

As políticas de atenção à mulher tratam de programas e serviços vinculados às diversas políticas públicas. Nos achados de nossa pesquisa encontramos artigos que tratam sobre a política de atenção à saúde da mulher, a qual é transversal ao Sistema Único de Saúde (SUS) se direcionando para ações de prevenção de doenças e promoção de saúde da mulher, redução das taxas de morbidade e mortalidade materna por causas evitáveis, entre outras. Ademais, também encontramos artigos vinculados à problemática da mulher vítima de violência doméstica.

Assim, para esta categoria estabelecemos dois indicadores: saúde da mulher; violência contra a mulher.

- **Indicador Saúde da Mulher**

No indicador saúde da mulher, localizamos três (3) artigos conforme descrito na tabela abaixo:

Quadro 6 - Eixo 3 Prática Profissional - Política de Atenção à Mulher - Saúde da Mulher

AUTORIA	TÍTULO	ANO
Ana Paula Dias Corrêa, Iraildes Caldas Torres	Violência obstétrica: expressão da questão social posta ao trabalho do assistente social	2021
Jussara Francisca de Assis dos Santos	Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras	2021
Cristiane Cordeiro da Silva Delfino	Atenção integral à saúde da mulher: intersecções de gênero e raça	2022

Fonte: Elaboração Própria

Na análise produzida por Corrêa & Torres (2021) a violência obstétrica foi interpretada como expressão da questão social brasileira, cuja manifestação encontra

seus fundamentos no patriarcado. Para as autoras, esse tipo de violência é mediado pelas desigualdades de classe, gênero e raça/etnia. As autoras apresentam os resultados da pesquisa sobre a violência obstétrica em uma maternidade localizada em Manaus (AM), cujos resultados demonstram que a violência obstétrica apresenta índices elevados, configurando-se como objeto de intervenção do Serviço Social. O texto de Corrêa e Torres (2021) aponta que em Manaus, as mulheres negras e indígenas conformam os grupos que lideram nas taxas de mortalidade por causas obstétricas em comparação às mulheres brancas. As autoras sinalizam a relevância da temática para subsidiar a atuação profissional em equipe multidisciplinar. As pesquisadoras destacam a importância do Serviço Social no atendimento às mulheres vítimas deste tipo de violência, mas pontuam que é necessário um esforço coletivo com outras profissões da saúde, movimento de mulheres e sociedade em geral para o enfrentamento desta problemática.

Ainda sobre essa temática, e considerando o destaque para os movimentos sociais e de mulheres, situamos a pesquisa de Santos (2021), resultado da sua pesquisa de doutorado, cujo objeto de pesquisa foi o enfrentamento da violência obstétrica contra mulheres negras em uma maternidade na cidade do Rio de Janeiro. A autora apresenta em seus resultados que não foram percebidas articulação das ações dos/as gestores/as da saúde com as propostas do movimento de mulheres negras para o enfrentamento dessa violência. Ainda aponta que essa articulação é de extrema importância e indica como necessária a participação social, sobretudo de mulheres negras, para intervir no SUS para efetivar a equidade racial no que se refere à assistência ao parto.

Nessa mesma linha de refletir sobre o SUS e movimentos sociais para garantir a atenção à saúde da população negra, a pesquisa de Delfino (2022) faz uma análise documental sobre o Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher (PAISM), da Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher (PNAISM) e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) para identificar a perspectiva interseccional nestas políticas. A autora indica que houve uma evolução nessas políticas por considerar as especificidades da população negra. Para ela, essa evolução se deu devido à importância do movimento negro e do movimento de mulheres negras. Segundo Delfino (2022), trabalhar com a ideia de sujeito universal é maquiagem as desigualdades e as violências historicamente naturalizadas. A autora ainda produz uma comparação entre essas políticas e ressalta que apesar dos

avanços há algumas lacunas, pois as discussões sobre raça/etnia na PNAISM se deu de forma tímida, já na PNSIPN o gênero não foi suficientemente problematizado. Seguindo uma linha propositiva para melhoria dos serviços públicos de saúde, a autora sugere a realização de uma educação permanente, de reciclagem dos profissionais de saúde, que inclua o debate de gênero e raça.

Os artigos supracitados trazem a importância dos movimentos sociais, especialmente o movimento negro e o movimento feminista negro, cujas atuações se voltam para a melhoria das políticas e garantia da melhor assistência considerando a questão racial e de gênero.

- **Indicador Violência contra à mulher**

Em relação a violência doméstica, localizamos três (3) artigos conforme indica tabela abaixo.

Quadro 7 - Eixo 3 Prática Profissional - Política de Atenção à Mulher - Saúde da Mulher

AUTORIA	TÍTULO	ANO
Paola Cordeiro Pessanha Campos, Rita Cássia Freitas, Hilton Azevedo Costa Neto, Nirelle Rodrigues Marinho	Violência doméstica contra mulheres no contexto da pandemia da Covid-19: interseccionando realidades	2022
Mirla Cisne & Giulia Maria Jenelle Cavalcante de Oliveira	Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha: desafios na sociedade patriarcal-racista-capitalista do Estado brasileiro	2018
Marília Cortes Gouveia de Melo e Adriana Severo Rodrigues	Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional	2017

Fonte: Elaboração Própria

No primeiro artigo, Campos et al (2022) discute o aumento do número de casos de violência contra às mulheres no contexto da pandemia da Covid-19, com recorte para as mulheres negras. Conforme apontam os dados, devido ao isolamento social, como medidas de prevenção adotadas para reduzir a transmissão do vírus, houve um aumento das notificações de violência doméstica. Os/as autores realizaram essa pesquisa a partir da verificação da falta de estudos que relacionassem os descritores “Violência doméstica contra mulher”, “Raça/cor” e “Covid-19”. Os/as autores/as apontam para a importância de estudos interseccionais, pois estes possibilitam um

olhar aprofundado para as desigualdades e violências historicamente estruturadas e naturalizadas que atingem as mulheres brasileiras, principalmente mulheres negras.

O segundo artigo de autoria de Cisne & Oliveira (2022), traz uma análise documental sobre a Lei Maria da Penha e os desafios enfrentados para a efetivação da mesma, utilizando como aporte teórico metodológico o materialismo histórico crítico dialético. As autoras reconhecem a importância da Lei Maria da Penha, como principal legislação, mas indicam os desafios encontrados para sua efetivação devido a atuação do Estado patriarcal-racista-capitalista que operacionaliza as políticas públicas de forma fragmentada e sem investimento necessário. Ainda que indiquem intervenções a serem realizadas pelo Estado para efetivação da intersetorialidade e de atividades para serem realizadas nas instituições das diversas políticas, apontam que a única alternativa está na superação da sociedade capitalista.

Por fim, trazemos o texto de Melo & Rodrigues (2017), que também aponta a fragilidade e precariedade da política de atendimento às vítimas de violência doméstica, a partir da experiência profissional cotidiana em um Centro de Referência de Atendimento às mulheres em situação de violência. As autoras analisam os documentos que conformam as diretrizes das políticas de atendimento às mulheres em situação de violência nas relações afetivo/conjugais e da literatura sobre relações raciais e interseccionalidade. De acordo com as autoras, apesar de os centros de referência serem apontados nos documentos oficiais como principais espaços de articulação das políticas e da importância do reconhecimento das especificidades que se colocam para cada mulher, na realidade se manifesta um hiato entre a propostas e a sua implementação, o que restringe à sua efetivação e alcance aos diferentes grupos de mulheres. Além disso, as visões estereotipadas sobre gênero agravam a situação das mulheres, repercutindo para potencializar as situações de violência e violação de direitos.

Entendemos que os artigos supracitados se localizam na mesma perspectiva de compreensão sobre as dificuldades enfrentadas na efetivação das políticas de proteção à mulher. Estas dificuldades se dão sobretudo pela redução do Estado e das reformas operacionalizadas que impactam na garantia dos direitos dessas mulheres. Além disso, apontam a necessidade de compreender as especificidades das identidades de gênero e de raça para análise e interpretação da violência contra a mulher.

4.4.3.2. *Categoria Política de Saúde*

A política de saúde brasileira é regulamentada na Lei 8.080 de 1990, a chamada Lei do SUS, a qual o define como um sistema público, gratuito e universal, direito de todos/as independente de contribuição. Esta categoria está representada em dois indicadores: reforma psiquiátrica; atenção básica.

- **Indicador: Reforma Psiquiátrica**

Neste indicador localizamos dois artigos que tratam sobre a Reforma Psiquiátrica brasileira.

O primeiro artigo intitulado “Holocausto ou Navio Negreiro?: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira”, de Rachel Gouveia Passos (2018), trata das violências produzidas pelo Estado brasileiro contra as humanidades que divergem do padrão posto por uma sociedade cis-hetero-patriarcal. A partir da discussão desses casos de violência, se propõe a analisar a reforma psiquiátrica brasileira, considerando as desigualdades de classe, gênero e raça que atravessam esses corpos. A autora afirma que não é possível tratar sobre as relações étnico-raciais sem abordar gênero e classe. Discute ainda sobre o papel do manicômio na sociedade capitalista como instituição para o controle dos corpos, mas apresenta que o modelo e a lógica manicomial ainda ressoa na atualidade por meio das ações estatais que atuam a partir de uma lógica punitivista e controladora. Exemplifica que a punição se operacionaliza através das prisões e o controle por via da medicalização da vida. Para a autora, a discussão sobre raça e gênero não foi problematizada na reforma psiquiátrica brasileira, apontando ser necessário racializar o movimento da Luta Antimanicomial, inclusive pelo reconhecimento da influência e importância de Frantz Fanon para o movimento e para a reforma psiquiátrica no Brasil.

Na mesma linha, no texto “Reforma Psiquiátrica e formação sócio-histórica brasileira: elementos para o debate”, Tathiana Meyre Gomes (2018) aponta que a reforma psiquiátrica brasileira não considerou aspectos relacionados à classe, gênero e raça. O reconhecimento dessa lacuna no campo da saúde mental, na visão da autora, é frutífera, pois tanto possibilitará avanços para que os estudos passem a considerar a intersecção desses marcadores sociais, como também para identificar as razões dessas ausências. A autora discute ainda as mudanças promovidas pelo governo de Temer, que incluiu novamente o hospital psiquiátrico como alternativa para o cuidado em saúde mental, enquanto os serviços substitutivos, os Centros de

Atenção Psicossocial (CAPS), são impactados pelo desinvestimento. Demonstra que no contexto do neoliberalismo se acentuam projetos em disputa, sendo que a Reforma Psiquiátrica brasileira, em seu aspecto radical, se coaduna para um projeto de transformação da sociedade.

Destacamos que o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) traz a perspectiva do cuidado em liberdade e no território, contra a lógica asilar, excludente e estigmatizante dos manicômios. A Lei 10.216 de 2001, conhecida como Lei Paulo Delgado, estabelece as normas sobre os direitos das pessoas com transtornos mentais, normatizando os serviços substitutivos aos manicômios. A partir dessa lei, teve início a desinstitucionalização das pessoas que viviam nos manicômios e no reconhecimento dos seus direitos (Brasil, 2001).

Os serviços de saúde mental compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria n. 3.088 de 2011. Entretanto, como apontado por Gomes (2018), o governo Temer realizou retrocessos para essa política (Brasil, 2011). Concernente a esse assunto, indicamos o texto de Nunes et al., 2019.

Além disso, os dois artigos analisados demarcam que a reforma psiquiátrica não trata dos aspectos relacionados à classe, gênero e raça, destacando a importância da perspectiva interseccional para fundamentar as discussões no campo da saúde mental.

- **Indicador: Atenção Básica**

Neste indicador apresentamos apenas um artigo, intitulado “O Trabalho do Assistente Social no cuidado com mulheres em situação de vulnerabilidade social na Atenção Básica do SUS”, de Graziela Dourado Ramos & Rosa Maria Castilhos Fernandes (2020). As autoras fazem uma discussão da prática profissional na Atenção Básica, apresentando a importância do trabalho do/a assistente social na equipe multiprofissional. Essa atuação se realiza a partir do conceito da integralidade, marcada por relações interprofissionais e intersetoriais, situando o atendimento das mais diversas expressões da questão social, como violência doméstica, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e uso de drogas. Sinalizam a importância da profissão sobre os determinantes e condicionantes das mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Sobre esse artigo, destacamos que as autoras apresentam as mulheres negras como principal grupo marcado pela vulnerabilidade social, entretanto não problematizam esse dado, se concentrando apenas na atuação profissional.

4.4.3.3. *Política de Assistência Social*

A política de assistência social é uma política social direcionada para aqueles/as que dela necessitam. Os serviços são divididos em: proteção social básica; proteção social especial de média e alta complexidade.

Compõem a proteção social básica, serviços, programas e benefícios que tem por objetivo prevenir a ruptura de laços familiares e comunitários. Os três (3) artigos identificados tratam sobre as principais frentes de trabalho desenvolvidas por assistentes sociais na proteção social básica: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF) (Brasil, 1993).

- **Indicador Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**

O texto “Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam”, de Gracyelle Costa (2017), é resultado da pesquisa que objetivou compreender a discussão das relações étnico-raciais e de gênero no interior do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especificamente em seis (6) CRAS no estado de Minas Gerais. A autora destaca que a população negra, sobretudo, mulheres, compõem o público majoritário na política de assistência social. Como resultado da pesquisa, a autora destacou que na prática profissional tanto de psicólogos como de assistentes sociais que atuam nos CRAS, o quesito raça e cor não é identificado na atuação dos/as mesmos/as. Essa invisibilidade repercute na reprodução e manutenção das assimetrias de raça e gênero das famílias atendidas nos serviços da política de assistência social.

No que concerne este assunto suscitado pela autora, destacamos que em 2022 o CFESS elaborou uma nota técnica para orientar os/as profissionais quanto a importância da identificação do quesito raça/cor/etnia nos formulários dos nossos espaços de trabalho e assim identificar assimetrias étnico-raciais para materializar práticas antirracistas nestes espaços.

- **Indicador Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**

O artigo “A (In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social”, de autoria de Priscilla Maia de Andrade e Lucélia Luiz Pereira (2019), parte de uma pesquisa realizada em oito (8) CRAS do Distrito Federal, cujo objetivo foi analisar em que medida as principais normativas da política de assistência social incorporam os eixos gênero e raça, bem como aborda a (in)visibilidade dessas dimensões na política de assistência social a partir do PAIF. Como resultado, apresentou que o público atendido nos CRAS é constituído majoritariamente por mulheres negras que nunca participaram de ações relacionadas às questões de gênero e raça. Concluem como necessário a inclusão de gênero e raça de forma transversal e interseccional na política de Assistência Social.

- **Indicador Programa Bolsa Família (PBF)**

O artigo “Mulheres negras beneficiárias do PBF: o desafio da chefia familiar”, de Maria Amoras & Larissa Tuane Lima do Nascimento (2022), analisa cinco (5) narrativas de mulheres negras, chefes de família, beneficiárias do PBF em Belém (PA), a partir da perspectiva de raça, classe e gênero para compreender o contexto de opressões que envolvem a chefia familiar feminina. Aponta que o programa tende a naturalizar as contradições existentes entre raça, classe e gênero na relação da família com o Estado, situando que a trajetória de vida das mulheres é marcada pela pobreza e que as condicionalidades impostas ao programa reforça e naturaliza as contradições sociais e históricas que impõem obrigações e papéis femininos, bem como o controle dos corpos femininos negros.

Apesar de considerarmos as reflexões e críticas apontadas pelas autoras em relação ao PBF, enfatizamos que o mesmo se destacou como um dos principais programas de combate à fome, responsável pela melhoria dos indicadores sociais. No período da pandemia da Covid-19, esse programa foi desconfigurado no então governo Bolsonaro, passando a ser chamado “Auxílio Emergencial” e no período eleitoral para a campanha de 2022 foi denominado de “Auxílio Brasil” (Costa; Magalhães; Cardoso, 2023).

4.4.3.4. *Política de Atenção à Criança e Adolescente*

A Política de Atenção à Criança e Adolescente é orientada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual prevê os serviços de proteção e os serviços de execução de medidas sócio educativas. Nessa categoria encontramos apenas um artigo que trata sobre medidas socioeducativas.

- **Indicador Medidas socioeducativas**

O texto “O Movimento de Mães do DEGASE – luta e dor”, de Ida Cristina Rebello Motta (2019), discute sobre o movimento de mães que têm filhos ou familiares no cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado. Em suma, o artigo trata sobre o processo de organização dessas mães, como movimento social, para pautar as discussões sobre a proteção integral dos adolescentes que cometeram atos infracionais e estão em cumprimento em uma instituição de meio fechado no estado do Rio de Janeiro. Como resultado aponta que as famílias desses adolescentes são maciçamente chefiadas por mulheres negras e com suas trajetórias de lutas. A autora faz a análise das desigualdades sociais e econômicas, a partir dos marcadores de raça, classe e gênero e acesso restrito às políticas sociais. A autora conclui que essas mulheres se unem e se organizam pela dor da privação da liberdade ou pela morte dos seus filhos ou parentes.

A questão do encarceramento de adolescentes e a discussão em torno da redução da maioria penal é uma marca da bancada conservadora, a qual direciona a mira da Segurança Pública para meninos/as jovens da periferia, em vez de ofertar serviços e políticas que garantam o pleno desenvolvimento desses/as adolescentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou responder a pergunta: como o Serviço Social posicionou a discussão sobre gênero e raça sob a governança da extrema direita no Brasil?

Para responder a essa pergunta, realizamos um esforço teórico-metodológico de entender as epistemologias feministas que se conformaram e se conformam na ciência, cujas influências reverberam na produção de conhecimento de pesquisadores/as da área de Serviço Social.

Assim, no Capítulo 1, ao revisarmos a constituição do pensamento feminista, reconhecemos que o principal marco é o questionamento aos paradigmas analíticos da ciência moderna, inclusive ao marxismo, teoria hegemônica no Serviço Social. A audácia de questionar a ciência e a denúncia do androcentrismo científico, realizadas pelas feministas, é interpretada por pensadores e intelectuais homens como saberes menores de maneira pejorativa.

Compreendemos que a postura dos feminismos demonstra a parcialidade do conhecimento e a abertura do campo para absorver demandas que se colocam na esfera social e política, captando demandas de grupos subalternizados. Portanto, se caracteriza como um saber marcado pelo lugar social, político, geográfico e corporificado por raça, gênero, classe e outros marcadores sociais que identificam sujeitos/as, os/as quais são representações de uma coletividade.

Ainda no Capítulo 1, foi situado o debate epistemológico sobre a categoria gênero bem como sobre a intersecção de raça-classe-gênero, sendo verificada a diversidade de interpretação a partir do feminismo materialista e do feminismo negro. Esse debate epistemológico em torno dessas categorias também se expressaram nos artigos de pesquisadores/as de Serviço Social, sendo observado a adoção de “divisão sexual do trabalho” combinado ao uso da “interseccionalidade”.

Em continuidade a nossa análise, no Capítulo 2 realizamos um resgate sobre a situação social do/a negro/a brasileiro/a, a condição de escravizado/a e a sua inserção na sociedade de classes, trazendo algumas pontuações sobre ondas teóricas do pensamento social brasileiro sobre raça. Além disso, nesse capítulo apontamos a constituição dos movimentos negro, feminista e feminista negro, os quais pautaram suas reivindicações a serem incorporadas na agenda do Estado, sendo apresentado que algumas das conquistas mais significativas se realizaram nos

governos petistas. Entretanto, com a ascensão da extrema direita houve retrocessos e negação dos direitos a partir da retomada do racismo e do sexismo na agenda estatal balizada na moral familista e conservadora.

No capítulo 3 foi realizada a análise das produções teóricas de pesquisadores/as da área de Serviço Social. Importante destacar que na análise quantitativa os resultados mostraram que houve uma crescente de estudos utilizando os termos 'gênero e raça' ou 'mulheres negras' na série histórica (2017-2022). Importa destacar que o ano de 2022 apresentou o maior número de publicações, demonstrando que a produção do conhecimento está sintonizada com as transformações e requisições sociais postas à profissão. Além disso, a Revista *Katálysis* destacou-se como o periódico com o maior número de publicações sobre os descritores utilizados na nossa pesquisa, exclusivamente por assistentes sociais. A região Sudeste notabilizou o primeiro lugar no quantitativo de produções acerca da temática em estudo, seguida da região Nordeste.

Percebemos ainda que autoras como Rachel Gouveia Passos e Mirla Cisne têm se projetado de maneira proeminente na produção de conhecimento sobre classe, raça e gênero na área de Serviço Social. A primeira, representante da região sudeste, e a segunda, da região nordeste, as duas regiões do país que têm se destacado na produção de conhecimento.

Consideramos pertinente pontuar que, anterior a essas autoras, a professora Magali da Silva Almeida, pesquisadora negra, vinculada a UFBA, já problematizava essas discussões ancorada no feminismo negro marxista sendo utilizada como referência em algumas das produções analisadas nesse estudo.

Como resgatamos o pensamento de Beatriz Nascimento, autora brasileira que já pontuava a discussão do pensamento decolonial entre as décadas de 1970-1980, também consideramos pertinente posicionar Maria Nascimento, assistente social que problematizou questões relativas à morbidade e mortalidade materna das mulheres negras e sobre a infância negra nas décadas em que ocorreu o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, mas sequer é mencionada nos quadros teóricos do Serviço Social (Rocha, 2022).

Com isso, queremos dizer que é preciso refazer o caminho de volta e considerar personalidades e pesquisadores/as negros/as do Serviço Social que já mobilizavam essas questões que se expressam na contemporaneidade.

De forma geral, as produções do Serviço Social estão conectadas ao momento histórico, social e político, marcado por um movimento negacionista, anticiência, conservador, eugenista, que exerceu o seu necropoder sobre corpos marcados pela diversidade e pluralidade humana.

Embora não tenha sido nosso corpus de análise, também refletimos que as demais publicações de assistentes sociais apontaram nas suas discussões o debate em torno das temáticas como: direitos dos/as refugiados/as, meio ambiente, população indígena, transexualidades, contrarreforma das políticas e conservadorismo. Considerando o período do recorte temporal para esse estudo, alguns artigos também discutiram sobre o contexto da pandemia da COVID 19. A crise sanitária apareceu nas discussões realizadas por pesquisadores/as da área de Serviço Social, problematizando as questões referentes à população usuária das políticas sociais e serviços públicos, bem como à atuação profissional na linha de frente e os desafios postos com a formação em ensino remoto.

Da análise de conteúdo dos 54 artigos, destacamos que no Eixo 1 'Produção de conhecimento', a categoria 'marxismo' foi prevalente na discussão sobre 'gênero e raça' ou 'mulheres negras', contabilizando vinte (20) artigos sendo a 'divisão sócio-sexual e racial do trabalho e cuidado' o indicador que concentrou o maior número de artigos. Os/as pesquisadores evidenciaram que as reformas produzidas após a derrocada dos governos petistas aprofundaram as desigualdades sociais, as quais atingem de sobremaneira mulheres negras.

Os artigos também apontaram as lacunas existentes nos marcos teóricos do marxismo para a discussão étnico-racial e de gênero no debate sobre a questão social. Em relação a isso, foi percebida uma abertura para o diálogo com outras vertentes do feminismo, no sentido de enriquecer as análises produzidas em torno das desigualdades e opressões sociais. Mesmo assim, notou-se que um dos artigos produziu críticas à interseccionalidade, posicionando-se pela defesa da consubstancialidade das relações sociais.

Ainda no Eixo 1, no que concerne ao debate em torno dos direitos sexuais e reprodutivos encontramos produções ancoradas a partir do Marxismo e do Feminismo Negro. Apesar dos artigos tratarem da mesma temática, suas perspectivas se diferenciaram pois o primeiro utilizou o materialismo crítico dialético com a análise de dados quantitativos sobre o aborto na América Latina e o segundo utilizou a análise de narrativas de mulheres que realizaram o aborto. Mesmo considerando suas

diferenças metodológicas, os dois estudos apontaram as mulheres negras de camadas pobres como as principais vítimas do aborto inseguro.

A perspectiva decolonialidade/interseccionalidade foi percebida em sete (7) artigos. O debate promovido por alguns/as autores/as trouxe também a inclusão do marcador social da sexualidade para incluir mulheres negras (lésbicas, travestis, trans) vítimas de violências e opressões operacionalizadas tacitamente pela ineficiência do Estado brasileiro.

A interseccionalidade/decolonialidade também apareceu nas discussões contra a colonialidade do saber, ancorada na ciência moderna, que subsidia as apreciações em torno do modelo de proteção social, sem considerar as particularidades de países colonizados e explorados como o Brasil. Dentre tantas expressões dessas desigualdades, são situadas as violências contra mulheres negras e jovens negros moradores/as das periferias.

Em continuidade no Eixo 1 também foram apontados artigos relacionados a epistemologia vinculada ao feminismo negro, com seis (6) artigos. Conforme discutido no Capítulo 1, os/as autores/as trouxeram a discussão demarcando mulheres negras rompendo com a perspectiva de mulher universal.

Podemos perceber um traço comum na perspectiva decolonial/interseccional e do feminismo negro ao trazer à tona o debate sobre a raça, visto que ainda é hegemônico a ênfase sobre a classe sem considerar as especificidades para corpos marcados por gênero e raça.

Ainda na perspectiva do feminismo negro, os/as pesquisadores/as trouxeram as mudanças operacionalizadas a partir das políticas afirmativas de reparação histórica para a população negra, dos/as quais destacamos as pesquisas que reconheceram a importância dessas políticas. Entretanto, as desigualdades de raça e gênero na carreira docente ainda são visíveis, sendo prevalente a presença de homens brancos na docência das universidades públicas.

Em relação ao Eixo 2, que aborda sobre a 'Formação profissional', realçamos os debates que tratam sobre as propostas de modificação das diretrizes curriculares sobre a formação de assistentes sociais para inclusão do debate de raça como disciplinas obrigatórias na graduação e nos programas de pós-graduação. Essa proposta segue sintonizada com as observações realizadas pelos/as autores/as também citados/as nessa dissertação que apontam a ausência ou pouca ênfase dada à questão étnico-racial no Serviço Social.

Nesse eixo também foi trazida a discussão sobre o projeto ético-político profissional, pontuando as indicações dos artigos que ratificam o compromisso ético-político de transformação social e a importância das entidades representativas da profissão para viabilizar esse projeto frente ao cenário de retrocessos e avanços contra os direitos dos/as trabalhadores/as, marcados/as por raça, classe, gênero e sexualidade, usuários/as dos serviços nas variadas políticas públicas.

Concernente ainda a formação profissional, os/as autores/as também apresentaram a necessidade da formação antirracista, sendo importante que as entidades representativas do Serviço Social fomentem o debate em torno da perspectiva étnico-racial, rompendo com uma posição de neutralidade na produção de conhecimento de tratar as temáticas a partir do olhar sobre o outro.

Por fim, no Eixo 3, o qual versa sobre a 'Prática Profissional', os/as pesquisadores/as refletem sobre as políticas públicas e espaços ocupacionais que se inserem os/as assistentes sociais.

Nas políticas de atenção à mulher destacamos que os/as pesquisadores realizaram um debate sobre a violência obstétrica que afeta demasiadamente mulheres negras. Os/as pesquisadores/as também destacam a importância da articulação dos/as profissionais e gestores/as junto aos movimentos sociais para fortalecer as políticas e efetivar a equidade racial no SUS.

Ainda nesse eixo, foram apontadas as dificuldades para efetivação das políticas públicas de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, as quais padecem pela falta de investimento e recursos públicos, devido ao ideário neoliberal que se orienta para o enxugamento do Estado.

Em relação às políticas de saúde, as pesquisadoras trouxeram a discussão em torno da reforma psiquiátrica brasileira e a sua contrarreforma, produzida no governo Temer, o qual legitimou o retorno dos hospitais psiquiátricos na RAPS. Ao debater sobre classe-raça-gênero, as autoras apontaram que a reforma psiquiátrica brasileira não considerou esses marcadores sociais. Também foi situada a discussão sobre a atuação de assistentes sociais na atenção básica, como um dos espaços de atuação profissional, que possui como principal público de atendimento mulheres negras em situação de vulnerabilidade social.

Na política de assistência social, os/as pesquisadores/as evidenciaram que o debate sobre gênero e raça não é problematizado por profissionais que trabalham nessa política, apesar de ser reconhecido que mulheres negras são o principal

público. Os/as pesquisadores/as mostraram que os profissionais não dão relevância ao quesito raça/cor no preenchimento dos formulários utilizados nos serviços, bem como não promovem atividades educativas relacionadas às temáticas de gênero e raça para as mulheres atendidas, sendo um tema invisível nas práticas profissionais.

Na política de atenção à criança e ao adolescente, a autora realiza a discussão sobre a organização de mães, mulheres negras, que tem seus filhos/as, sobrinhos/as, netos/as, no cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, apontando que essas mulheres se reúnem pela dor, luta ou luto como causas comuns para denunciar as atrocidades cometidas pelo Estado, o qual não garante proteção, exercendo o seu poder punitivo sobre os corpos marcados por raça e classe dos jovens negros residentes das periferias.

A partir dessa análise obtivemos algumas pistas de transformações e inclusão das perspectivas dos feminismos no interior da profissão, o que pode nos indicar que os/as autores/as têm buscado outras formas de explicar essas desigualdades, as quais não encontram respostas no quadro teórico do marxismo.

Olhar para a história do Serviço Social no Brasil nos permite afirmar que é perceptível os avanços no que diz respeito aos debates suscitados pela categoria profissional, seja nos espaços ocupacionais ou na produção de conhecimento especializado na área.

Considerando o recorte temporal desta pesquisa (2017-2022), percebemos que a partir de 2021 a profissão passou a articular com mais intensidade reflexões em torno das mudanças no interior da sociedade capitalista, demarcando a necessidade de articulação de gênero e raça à discussão de classe social.

As pesquisas relacionaram as discussões ao avanço do neoliberalismo e à produção das reformas estruturais operacionalizadas pelo Estado, sob governança da extrema direita que atacou os direitos da classe trabalhadora e dos grupos subalternizados.

Neste sentido, compreendemos que os/as pesquisadores/as atenderam às requisições sociais e políticas posicionando a necessidade de incluir no quadro teórico da profissão as temáticas étnico-racial e de gênero, visto que o extremismo atacou de forma contundente mulheres, negros/as e comunidade LGBTQIA+.

No período que estamos finalizando esse estudo, em junho de 2024, o Brasil se vê diante do debate sobre um projeto de lei que visa reformar a lei do aborto legal para os casos de estupro. Esse projeto pune as vítimas com a previsão de uma pena

que é superior ao do estupro. Consideramos importante pontuar esse fato, porque os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres continuam a ser questionados e violados mesmo após a derrota do bolsonarismo nas eleições de 2022, mas o pensamento extremista e conservador ainda se faz presente no legislativo tendo maior expressão no Congresso Nacional, embora também sejam reconhecidos em âmbitos municipais e estaduais.

O nosso estudo demonstra ainda que as análises produzidas por pesquisadores/as da área de Serviço Social se balizam a partir do materialismo histórico crítico-dialético da teoria marxista, hegemônica da profissão, mas ainda assim sinaliza para a abertura de outros paradigmas teóricos, os quais posicionam a discussão de gênero e raça nos aportes teóricos do feminismo decolonial e negro, embora esse último apareça de forma tímida.

Apesar de haver algumas críticas e ressalvas quanto ao debate sobre gênero e raça no interior da profissão, sendo chamadas de discussões pós-modernas, tem se gestado um movimento importante organizado pela ABEPSS através do Grupo Temático sobre Gênero, Raça e Sexualidade, o qual tem proposto algumas inclusões para o fortalecimento da formação profissional.

Vislumbramos que o debate sobre a questão étnico-racial e de gênero e a necessidade da sua articulação para compreensão da questão social brasileira tem se apresentado de forma frutífera entre os/as pesquisadores/as. As indicações e os resultados das pesquisas produzidas se direcionam tanto para o fortalecimento do conhecimento da área, como para o fomento da formação profissional e da sua prática interventiva.

Sobre o debate epistemológico verificado entre as produções, destacamos que o objeto do nosso estudo não foi fazer a defesa de um posicionamento em detrimento a outro, mas reconhecer que a pluralidade entre os feminismos ressoa nas análises, sobretudo entre a interseccionalidade e consubstancialidade das opressões.

A partir dos resultados apresentados e dessa reflexão produzida, sinalizamos que essa pesquisa não termina aqui. Esse estudo não se fecha, pelo contrário, a partir dele se abrirão outras reflexões e possibilidades para a pesquisa na área do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 2011.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIRA, A. L. de C., BARRETO, R. de O., & CUNHA, C. D. (2017). As “Jornadas de Junho” e a resignificação da campanha “Vem pra rua”. **Revista Extraprensa**, 11(1), 203-221.

ARANTES, Nakiely da Costa. **DIREITO POLÍTICO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: A intencionalidade na negação do direito ao voto dos analfabetos**. Universidade de Brasília. Projeto de Monografia. Curso de Graduação de Ciência Política. Brasília, 2018. Disponível em: [2018_NakielyDaCostaArantes_tcc.pdf \(unb.br\)](#) Acesso em: jun. 2024.

ASSIS, Eliane Santos de. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social**. 2022. Tese (Doutorado Programa de Pós Graduação em Serviço Social). PUC-SP. São Paulo, 2022.

BAPTISTA, M. V. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no serviço social. **Cadernos Abess**, Cortez/ABESS-CEDEPSS -S. Paulo, p. 84-95, 1992.

BATTINI, Odária. Apontamentos sobre a História do Serviço Social no Brasil – 80 anos. **Serviço Social em Revista**, v. 19, n. 1, p. 155, 31 dez. 2016.

BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo; KELLER, Rene José. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 3, p. 1665-1667, jul. 2021.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálysis**, v. 10, n. , p. 46-54, 2007.

BRASIL. Lei 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [L10216 \(planalto.https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htmgov.br\)](#) Acesso em: 17 de ago.2024.

_____. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [L80https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm80 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 17 de ago. 2024.

_____. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [bvsms-saude.gov.br/bvs-saudelegis-gm-2011-prt3088_23_12_2011_rep.html.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs-saudelegis-gm-2011-prt3088_23_12_2011_rep.html.pdf) (ufba.br) Acesso em: 17 de ago. 2024.

_____. Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.html Acesso em: 17 de ago. 2024.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Chão de Feira, Caderno de Leituras n.78**. 2018. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno78/> Acesso em: jan. 2024.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em serviço social. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. Ebook. Disponível em: [HCV0123-2023: Sueli Carneiro - Dispositivo de racialidade | e-Disciplinas \(usp.br\)](https://hcv0123-2023: Sueli Carneiro - Dispositivo de racialidade | e-Disciplinas (usp.br)) Acesso em: abr. 2024.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A pesquisa no debate contemporâneo e o Serviço Social. **Cadernos Abess**, Cortez/ABESS-CEDEPSS -São Paulo, p. 43-66, 1992.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Ebook. Brasília, 2022. Disponível em: 2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf . Acesso em: 07/05/23.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. CFESS: Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnicaraca-cor-2022-nov.pdf> Acesso em: 20/07/24.

CHAGAS, Inara; MORAES, Isabela. Ministérios do governo Bolsonaro: saiba o que mudou! Politize (Blog), 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ministerios-do-governo-federal-2/#:~:text=Bolsonaro%20reduziu%20o%20n%C3%BAmero%20de,passam%20a%20ser%20um%20s%C3%B3>. Acesso em: 07/05/23.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORTÊS, Mariana. A REVOLTA DOS BASTARDOS: do pentecostalismo ao bolsonarismo. **Caderno Crh**, v. 34, p. 1-24, 29 nov. 2021.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. **O Feminismo No Brasil: Uma (Breve) Retrospectiva**. IN: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (org.). *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA, 2008.

COSTA, D. M.; MAGALHÃES, R.; CARDOSO, M. L. DE M. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00207922, 17 jul. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Boi Tempo, 2016.

FELTRAN, Gabriel. “Formas elementares da vida política: Sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-)”. *Novos Estudos Cebrap* (blog), 17 jun. 2020. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/#gsc.tab=0>. Acesso em: mai. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 2, p. 1080–1099, jun. 2018.

FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020.

FIRMIANO, Frederico Daia. Os precedentes da tormenta. **Revista Extraprensa**, v. 13, n. 2, p. 22–40, 2020.

FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder** (org. Roberto Machado). São Paulo, Paz e Terra, 2007, p. 167-178.

GALDINO, Shellen Batista. A produção de conhecimento no Serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós modernidade. (Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação de Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: Minayo, Maria Cecília Souza, org. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes; 2016. p. 79-108.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 514-522, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6ª ed., São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Periferia**, v. 1, n. 2, 2012. DOI: 10.12957/periferia.2009.3428. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/3428>. Acesso em: 26 jul. 2024.

GROSGUÉL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, abr. 2016.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n. 1, p. 7-31, 1993.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), 1995, p. 07-41.

HARVEY, DAVID. NEOLIBERALISMO COMO DESTRUIÇÃO CRIATIVA. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.2, n.4, Tradução, ago. 2007.

HEMMINGS, C. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 215–241, abr. 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

hooks, bell. **“E eu não sou uma mulher?”: Mulheres negras e feminismo**. Trad. Bhuvan Libanio. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1981.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, n. 3, p. 9-32. **Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.**

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2011.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial.** IN: THEODORO, Mário (org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. IN: HIRATA, Helena et all. **Dictionnaire critique du féminisme.** Ed. Presses Universitaires de France. Paris, 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 86, p. 93–103, mar. 2010.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o conhecimento - Uma Palestra-Performance. Tradução de Juliana Oliveira. 2016. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em: mai. 2023.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** (trad. De Célia Neves e Alderico Toríbio). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (reimpressão: 2002).

KYRILLOS, Gabriela M.; SIMIONI, Fabiane. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo Bolsonaro (2019-2021). **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 3, p. 1874-1896, jul. 2022.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: Bela, recatada e do lar. *Veja, Brasil*, 18, abril, 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>Acesso em: 07/05/23.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista.** 6º edição, Rio de Janeiro:Vozes , 2003,.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, dez. 2014.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MATIAS DOS SANTOS, Vivian. Para (re)pensar política científica no Brasil: uma contribuição feminista contra-colonial. **Africa Development**, Volume 46, n. 2, 2021,

pp. 121-154.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3a ed, - São Paulo, Anita Garibaldi, 2020, reimpressão, 2021.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Configurações**, n. 10, p. 29–41, 1 dez. 2012

MOTA, Ana Elizabete. **40 anos da Virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios**. In: MEDEIROS, E. NOGUEIRA, L. ; BEZERRA, L. (org.). *Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo. Outras Expressões, 2019. p.167-177.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

NASCIMENTO, ABDIAS, **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3ª ed. rev. São Paulo. Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: IPEAFRO: 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. RATTTS, Alex (org). 1ª edição, 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde**. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do Método de Marx**.- 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, M. DE O. et al. Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4489–4498, 25 nov. 2019.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem. Ensaio sobre o bolsonarismo e um mundo em transição. De que Bolsonaro é o nome?** Ubu Editora, 2022. *E-book*.

OLIVEIRA, Robson de. **"Nasci errado e estou certo". A presença da Eugenia no processo de institucionalização do serviço social brasileiro**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de.; BRANDÃO, Victor Salomão Lacerda.; SILVA, Laura Maria Cabral. UMA ANÁLISE DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE A PARTIR DA APROPRIAÇÃO DE MARX. IN: **Anais da X Jornada internacional de Políticas públicas**. 2021.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: Um balanço das teorias**. IN: THEODORO, Mário (org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. A Desigualdade Racial no Brasil nas Três Últimas Décadas. **Texto para Discussão**, p. 1–27, 11 jun. 2021.

OSÓRIO SEVERO, D.; LUDERITZ HOEFEL, M. DA G.; NASCIMENTO SILVA, J. J. Movimentos de extrema-direita e violência contra as minorias no contexto do Brasil: Discursos de ódio e colonização do imaginário. **Relações Internacionais**, n. 73, p. 67–84, mar. 2022.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, 2004, p. 1-8.

PASTORINI, Alejandra; FARIA, Gabriela Gomes. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL: protagonistas e estratégias. **Rev. Plaza Pública**, Año 13 - Nº 23, Jul. 2020

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. “MÉTODO BH”: O EMBRIÃO DA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL. IN: CRESS-MG. Boletim ONLINE CONEXÃO GERAES, nº14, 2019. Disponível em: [52085ea8-ed2c-4875-9665-2ec58d7a7f53.pdf \(cress-mg.org.br\)](https://www.cress-mg.org.br/52085ea8-ed2c-4875-9665-2ec58d7a7f53.pdf) Acesso em: ago. 2024.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas: revista de ciências sociais**. Vol.21. p. 445-454.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Relatório Especial 2023 - 25 anos - Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatorio-especial-2023-25-anos-desenvolvimento-humano-no-brasil> Acesso em: 10 de ago. 2024.

PONTES, Reinaldo. **MEDIAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PROCOPIO DA SILVA, Ana Paula. RACISMO ESTRUTURAL, CRISE DO CAPITAL E OFENSIVA CONSERVADORA: desafios à consolidação da igualdade racial nas políticas sociais públicas. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

PROCOPIO DA SILVA, Ana Paula. Resistências negras e amefricanidade: diálogos

entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina. **Revista Fim do Mundo**, n. 4, p. 42–59, 27 mar. 2021.

REIS PRÁ, Jussara. Políticas Feministas e questões de gênero. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

Rocha, A. P. (2022). Assistente Social Maria De Lourdes Nascimento: Antirracismo e defesa da infância em 1940-1950. **Temporalis**, 22(44), 269–284.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 445–456, dez. 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Maria Antonieta Rocha dos. **Interseccionalidade (s): um não lugar na formação de Serviço Social**. 2021. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SARDENBERG, Cecília. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** Labrys/estudos feministas. Repositório Universidade Federal da Bahia (UFBA), janeiro/junho 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6875> Acesso em: 10 abr. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Educação e Realidade**, jul./dez. 1995 20 (2): 71-99.

SCOTT, Joan Wallack. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11–27, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 26 jul. 2024.

SECCO, Lincoln. **As Jornadas De Junho**. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boi Tempo. Carta Maior, 2013, p. 71-78.

SILVA, Mauricio Ferreira da. Governo Temer: uma estratégia de retomada conservadora no Brasil. **Cuadernos de Política Exterior Argentina** (Nueva Época), 130, p.21-36, diciembre 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, n. 122, p. 199–223, 1 jun. 2015.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de.; OLIVEIRA, Marcellly Batista de. CONSERVADORISMO: IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA DAS CLASSES

DOMINANTES. IN: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social, 2018.

SPERA, Henrique Baraldi. Avaliação da produção científica em Ciências Sociais e Humanas: revisão da literatura recuperada em base de dados e rede de autores. 2017. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TOITIO, Rafael. “Ideologia de gênero” e “marxismo cultural” nas taras presidenciais: marxismo e feminismo na cena política brasileira. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 80-108, 31 dez. 2020.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VIEIRA, Balbina. **A história do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. 3ªed. Rio de Janeiro: Agir (1980).

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do serviço social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Libertas**, v. 20, n. 2, p. 293–306, 11 dez. 2020.

ANEXO 1

Referências dos artigos analisados neste trabalho:

1. GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA DA ABEPSS SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, FEMINISMOS, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES et al. FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO, FEMINISMOS, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES. *Temporalis, [S. l.]*, v. 21, n. 42, p. 293–303, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p293-303. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235>. Acesso em: 4 jul. 2024.
2. MEDEIROS, Priscilla Brandão. DIVISÃO SÓCIO SEXUAL DO TRABALHO: NATURALIZAÇÕES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE MINIMIZAÇÃO DO ESTADO. *Temporalis, [S. l.]*, v. 20, n. 40, p. 215–232, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2020v20n40p215-232. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31689>. Acesso em: 4 jul. 2024.
3. FERREIRA, Carla Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. DIALÉTICA DA QUESTÃO SOCIAL E A UNIDADE CLASSE, GÊNERO E RAÇA. *Temporalis, [S. l.]*, v. 21, n. 42, p. 62–76, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p62-76. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>. Acesso em: 4 jul. 2024.
4. GOMES DA SILVA, Poliana Machado. ANTE À RADICALIZAÇÃO HETERO-PATRIARCAL: RESISTÊNCIAS E POSSIBILIDADES ÉTICO-POLÍTICAS NO SERVIÇO SOCIAL. *Temporalis, [S. l.]*, v. 19, n. 38, p. 180–195, 2019. DOI: 10.22422/temporalis.2019v19n38p148-163. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24119>. Acesso em: 4 jul. 2024.
5. GERSHENSON, Beatriz; GOMES FERREIRA, Guilherme; DE FREITAS ÁVILA, Lisélen; OLIVEIRA JACQUES, Carla. Juventudes “encerradas”: extermínio e aprisionamento segundo opressões de classe, raça e gênero. *Argumentum, [S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 119–133, 2017. DOI: 10.18315/argum.v9i1.13724. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13724>. Acesso em: 4 jul. 2024.
6. GOMES, Tathiana Meyre. Reforma Psiquiátrica e formação socio-histórica brasileira: elementos para o debate / Psychiatric reform and Brazilian socio-historic formation: elements for the debate. *Argumentum, [S. l.]*, v. 10, n. 3, p. 24–34, 2018. DOI: 10.18315/argumentum.v10i3.21691. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21691>. Acesso em: 4 jul. 2024.
7. PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negroiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira / Holocaust or “The Ship Negroiro?": concerns for the Brazilian Psychiatric Reform. *Argumentum, [S. l.]*, v. 10, n. 3, p. 10–23, 2018. DOI: 10.18315/argumentum.v10i3.21483. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483>. Acesso em: 4 jul. 2024.
8. CORRÊA, Ana Paula Dias; TORRES, Iraídes Caldas. Violência obstétrica: expressão da questão social posta ao trabalho do assistente social. *Argumentum, [S. l.]*, v. 13, n. 3, p. 90–102, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i3.35383. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/35383>. Acesso em: 4 jul. 2024.
9. CINACCHI, Giovanna Bueno; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; MACHADO, Ricardo William Guimarães; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; RODRIGUEZ, Andrea. Mulheres e a vida na rua: onde as violências se encontram. *Argumentum, [S. l.]*, v. 13, n. 3, p. 41–56, 2021. DOI: 10.47456/argumentum.v13i3.35376. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/35376>. Acesso em: 4 jul. 2024.
10. DUARTE, Marco José de Oliveira; OLIVEIRA, Dandara Felícia Silva. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.]*, v. 19, n. 48, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.60303. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/60303>. Acesso em: 4 jul. 2024.
11. LIMA, Nathália Diógenes Ferreira; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Aborto, Racismo e Violência: Reflexões a partir do Feminismo Negro. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.]*, v. 18, n. 46, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.52010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/52010>. Acesso em: 4 jul. 2024.
12. EURICO, Marcia Campos. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.]*, v. 18, n. 45, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.47214. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47214>. Acesso em: 4 jul. 2024.
13. SANTOS, Jussara Francisca de Assis dos. Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres negras brasileiras. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.]*, v. 19, n. 47, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.56082. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/56082>. Acesso em: 4 jul. 2024.

14. PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 18, n. 45, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.47219. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47219>. Acesso em: 4 jul. 2024.
15. SILVA, S. M. P. DA; MACIEL, V. V.; FRANÇA, M. H. DE O. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. *Revista Katálysis*, v. 23, p. 256–265, 1 jul. 2020.
16. CISNE, M.; CASTRO, V. V.; OLIVEIRA, G. M. J. C. DE. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3, p. 452–470, dez. 2018.
17. BONALUME, B. C.; JACINTO, A. G. Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza. *Revista Katálysis*, v. 22, n. 1, p. 160–170, abr. 2019.
18. MARINHO, S. Lentes feministas à renovação do marxismo: intercambiando olhares. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 2, p. 346–355, ago. 2022.
19. CISNE, M.; IANAEL, F. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 2, p. 191–201, ago. 2022.
20. VERONEZE, R. T. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. *Revista Katálysis*, v. 25, p. 316–325, 6 maio 2022.
21. PASSOS, R. G.; NOGUEIRA, C. M. Outsourcing and the sociosexual and racial division of labor. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3, p. 484–503, dez. 2018.
22. PASSOS, R. G. “O lixo vai falar, e numa boa!” *Revista Katálysis*, v. 24, n. 2, p. 301–309, ago. 2021.
23. LIMA, N. D. F. Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 2, p. 242–251, ago. 2022.
24. PASSOS, R. G.; NOGUEIRA, C. M. Outsourcing and the sociosexual and racial division of labor. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 3, p. 484–503, dez. 2018.
25. ELPIDIO, M. H.; VALDO, J. P. DA S. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. *Libertas*, v. 22, n. 2, p. 316–333, 17 dez. 2022.
26. SOUZA RUIZ, J. L. DE; MEDRADO ABRANTES, M. O sistema prisional brasileiro e a Covid-19. *Libertas*, v. 20, n. 2, p. 619–642, 15 dez. 2020.
27. Melo, Marília Cortes Gouveia de; Rodrigues, Adriana Severo. Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional. *O Social em Questão - Ano XX - nº 38*, p. 153-170, Mai a Ago/2017.
28. Costa, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. *O Social em Questão - Ano XX - nº 38*, p. 227-246, Mai a Ago/2017.
29. Andrade, Priscilla Maia de; PEREIRA, Lucélia Luiz. A (In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social. *O Social em Questão - Ano XXII - nº 45*, p. 57-80, Set a Dez/2019.
30. Motta, Ida Cristina Rebello. O Movimento de Mães do DEGASE – luta e dor. *O Social em Questão - Ano XXII - nº 43*, p. 281-302, Jan a Abr/2019.
31. Henriques, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. *O Social em Questão - Ano XX - nº 37*, p. 153-172, Jan a Abr/2017.
32. PASSOS, Rachel Gouveia. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. *O Social em Questão - Ano XX - nº 38*, p. 77-94, Mai a Ago/2017.
33. DELFINO, C. C. DA S. Atenção integral à saúde da mulher: intersecções de gênero e raça. *Revista Praia Vermelha*, v. 32, n. 2, 30 nov. 2022.
34. OLIVEIRA, A. C.; RIBEIRO, T. DA S. Mulheres negras na provisão e distribuição de cuidados no Brasil. *Revista Praia Vermelha*, v. 32, n. 2, 30 nov. 2022.
35. ROCHA, Q. V. D. Contribuições do método marxista para compreensão do envelhecimento, consubstancia Opressão/ Exploração. *Revista Praia Vermelha*, v. 32, n. 1, 8 jun. 2022.
36. BAOUR, J. A. D.; TAVARES, M. S.; CARMO, C. R. DO. Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes. *Revista Praia Vermelha*, v. 32, n. 2, 30 nov. 2022.
37. CISNE, M.; SANTOS, R. P. S. DOS. Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica. *Revista Praia Vermelha*, v. 32, n. 1, 8 jun. 2022.
38. ROCHA, C. C. Pandemia da Covid-19 e divisão social do trabalho na (re)produção capitalista na atualidade. *Revista Praia Vermelha*, v. 32, n. 1, 8 jun. 2022.
39. HENRIQUES, C. S. A transgressão da cor: mulheres negras trabalhadoras & intelectuais no Brasil. *Revista Praia Vermelha*, v. 29, n. 1, 11 jul. 2019.
40. CAMPOS, P. C. P. et al. Violência doméstica contra mulheres no contexto da pandemia da Covid-19: interseccionando realidades. *Revista Praia Vermelha*, v. 32, n. 2, 30 nov. 2022.
41. GHIRALDELLI, R.; FREITAS PRAXEDES, A. DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA NAS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DOMÉSTICO. *REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL*, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 48–83, 2022. DOI:

- 10.56267/rdtps.v8i15.13748. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/13748>. Acesso em: 4 jul. 2024
42. AMORAS, M.; NASCIMENTO, L. T. L. DO. MULHERES NEGRAS BENEFICIÁRIAS DO PBF: O DESAFIO DA CHEFIA FAMILIAR. *Revista Gênero*, v. 22, n. 2, 18 fev. 2022.
43. CARDOSO DE BRITO, Â. E. A BALANÇA DE EFA: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DE RAÇA E GÊNERO SOBRE A INSERÇÃO DE NEGROS E NEGRAS NO MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UFBA (2016-2017). *Revista Gênero*, v. 18, n. 1, p. 06, 27 abr. 2018.
44. RAFAEL, J. C. TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E OPRESSÕES: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE VIOLÊNCIA DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO NO BRASIL. *Revista Gênero*, v. 20, n. 2, p. 110, 14 ago. 2020.
45. CISNE, Mirla; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante de. Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha: desafios na sociedade patriarcal-racista-capitalista do Estado brasileiro. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 77–96, 2018. DOI: 10.5433/1679-4842.2017v20n1p77. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/32465>. Acesso em: 4 jul. 2024.
46. BUENO, Nayara Cristina; PREUSS, Lislei Teresinha. O giro decolonial e suas contribuições para a análise da proteção social na América Latina. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 232–251, 2021. DOI: 10.5433/1679-4842.2021v24n1p232. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/39564>. Acesso em: 4 jul. 2024.
47. RAMOS, Graziela Dourado; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. O Trabalho do Assistente Social no cuidado com Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social na Atenção Básica do SUS. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 282–299, 2020. DOI: 10.5433/1679-4842.2020v23n2p282. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38424>. Acesso em: 4 jul. 2024.
48. CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista-materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 425–440, 2020. DOI: 10.5433/1679-4842.2020v22n2p425. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38003>. Acesso em: 4 jul. 2024.
49. MONTEIRO, F.; FORTUNA, S. L. de A.; NASCIMENTO, S. A. do; PATRIARCA, T. F. A Reforma Trabalhista e a precarização dos direitos das mulheres negras no Brasil. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 115-126, 2020. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2619>. Acesso em: 4 jul. 2024.
50. LAURETT NEVES RANGEL, G. Histórias não contadas: Mulheres usuárias de drogas que perderam a guarda dos filhos recém nascidos. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 167-181, 2021. DOI: 10.47208/sd.v27i3.3054. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/3054>. Acesso em: 4 jul. 2024.
51. LIMA, R. L.; CORTEZ, L. S. As discentes do curso de Serviço Social: reflexões sobre educação, formação profissional e valores. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 467-494, 2017. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1501>. Acesso em: 4 jul. 2024.
52. JAQUES RIBEIRO, C.; DE FREITAS MORAES, C.; RODEGUEIRO BARCELOS ARAUJO, C. G.; DE ANDRADE BARBOSA, P. R. Corpo, Gênero e Cidade: deslocamentos micropolíticos. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 63-77, 2021. DOI: 10.47208/sd.v27i2.2810. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2810>. Acesso em: 4 jul. 2024.
53. MULLER, E. F.; MOSER, L. Trabalho de cuidado de idosos, reprodução social e desigualdades de gênero. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 109-122, 2021. DOI: 10.47208/sd.v27i2.2874. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2874>. Acesso em: 4 jul. 2024.
54. CARVALHO SOUSA MORAIS HELAL, A. C.; MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA, R. A violência contra mulheres no Brasil e as estratégias para seu enfrentamento. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 145-158, 2022. DOI: 10.47208/sd.v28i2.3128. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/3128>. Acesso em: 4 jul. 2024.